



**Prefeitura de  
Fortaleza**

Secretaria Municipal do  
Desenvolvimento Habitacional  
de Fortaleza

**PLANO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO TERRITORIAL – PDST**

**PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA – PMCMV**

**RESIDENCIAL HELONEIDA STUDART**

**HABITAFOR**

**SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO HABITACIONAL DE  
FORTALEZA**

**OLINDA MARIA DOS SANTOS**

**SECRETÁRIA DA HABITAFOR**

**ANDRÉA SOBREIRA CIALDINI BORGES**

**COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS SOCIAIS/PMCMV/HABITAFOR**

**HELANE CARNEIRO VIEIRA**

**RESPONSÁVEL TÉCNICA**

**FORTALEZA - CE**

**NOVEMBRO / 2018**



## SUMÁRIO

<b>IDENTIFICAÇÃO</b> .....	<b>1</b>
Dados da Contratação.....	<b>1</b>
Valores da Intervenção.....	<b>1</b>
Execução do PDST.....	<b>1</b>
<b>1 APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>2</b>
1.1 Caracterização do Empreendimento	<b>3</b>
1.2 Seleção e Hierarquização das Famílias	<b>4</b>
<b>2 DIAGNÓSTICO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS</b> .....	<b>7</b>
2.1 Expectativa de comprometimento médio mensal da renda das famílias..	<b>7</b>
2.2 Habitação predominante.....	<b>13</b>
2.3 Caracterização da População Beneficiária.....	<b>13</b>
2.3.1 Características das Famílias.....	<b>14</b>
<b>3 CARACTERIZAÇÃO DA MACROÁREA</b> .....	<b>30</b>
3.1 Forma e tempo de ocupação da área.....	<b>35</b>
3.2 Serviços Públicos e Equipamentos Comunitários.....	<b>39</b>
3.2.1 Serviços.....	<b>39</b>
3.2.2 Equipamentos Comunitários.....	<b>53</b>
<b>4 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO</b> .....	<b>63</b>
<b>5 JUSTIFICATIVA</b> .....	<b>74</b>
<b>6 OBJETIVO GERAL</b> .....	<b>75</b>
6.1 Objetivos Específicos.....	<b>75</b>
<b>7 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES</b> .....	<b>78</b>
7.1 Detalhamento Metodológico das Atividades.....	<b>78</b>



8	COMPOSIÇÃO DE CUSTOS.....	144
9	CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO.....	152
10	CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO.....	152
11	DISCRIMINAÇÃO FINANCEIRA DAS ATIVIDADES.....	153
12	AVALIAÇÃO.....	184
13	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	186

## IDENTIFICAÇÃO

### DADOS DA CONTRATAÇÃO

<b>Programa:</b> Minha Casa Minha Vida	<b>Contrato CAIXA nº PT:</b> 0411467-36
<b>Ação/Modalidade:</b> PMCMV– Faixa 1	<b>Fonte de recursos:</b> Fundo de Arrendamento Residencial – FAR
<b>Empreendimento:</b> Residencial Heloneida Studart	
<b>Localização/Município:</b> Rua Jardim do Éden, s/n – Bom Jardim	UF: CE
<b>Proponente/Agente Promotor:</b> Prefeitura Municipal de Fortaleza <b>Telefone:</b> (85) 3488.3376 / (85) 3488-3377 / (85) 3488-3379 <b>E-mail:</b> <a href="mailto:presidenciahabitafor@fortaleza.ce.gov.br">presidenciahabitafor@fortaleza.ce.gov.br</a>	
<b>Agente executor:</b> Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza – HABITAFOR Coordenadoria de Programas Sociais – CPS	
<b>Telefone:</b> (85) 3488-3376	<b>Email:</b> <a href="mailto:habitafor@fortaleza.ce.gov.br">habitafor@fortaleza.ce.gov.br</a>

### VALORES DA INTERVENÇÃO

1



Rua Paula Rodrigues, 304 – Fátima - Fortaleza, Ceará, Brasil

85 3488-3374



Composição do Investimento	Obras	Trabalho Social	TOTAL
Repasso/Financiamento	15.584.398,06	362.880,00	15.947.278,06

## EXECUÇÃO DO PDST

### RESPONSABILIDADE TÉCNICA

<b>Área gestora do Trabalho Social:</b> Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza (HABITAFOR) – Coordenadoria de Programas Sociais – COPS	
<b>Responsável técnica social:</b> Helane Carneiro Vieira	
<b>Formação:</b> Assistente Social	<b>Registro profissional:</b> 5576
<b>Telefone:</b> (85) 3488-3379	<b>Email:</b> helanecv@gmail.com

### PRAZOS E REGIME DE EXECUÇÃO

Prazo de obras	Prazo do PDST	Forma de execução do PDST
Finalizada em 2018	12 meses	Mista
Empresa responsável pela elaboração do PDST: Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza – HABITAFOR		

## 1. APRESENTAÇÃO

A Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza que em Dezembro de 2014 se tornou Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza – HABITAFOR vem desde 2003 trabalhando junto à política habitacional do município de Fortaleza no tocante à garantia do direito à moradia digna para a população de Fortaleza, tendo em vista a redução do déficit habitacional no município, que conforme dados da Fundação João Pinheiro – FJP (2010) era de 95.166 unidades. Ainda segundo esta instituição (2009), entende-se por déficit habitacional: “a noção mais imediata e intuitiva da necessidade de construção de novas moradias para a solução de problemas sociais e específicos de habitação detectados em certo momento”.

Ressalta-se que o cálculo do déficit habitacional compreende as seguintes variáveis: domicílios precários (soma dos domicílios improvisados e dos rústicos), coabitação familiar (soma dos cômodos e das famílias conviventes secundárias com



intenção de constituir um domicílio exclusivo), ônus excessivo com aluguel urbano e adensamento excessivo de domicílios alugados. (FJP, 2010).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a projeção da população brasileira em 2014 giraria em torno dos 201 (duzentos e um) milhões de habitantes. A cidade de Fortaleza consiste da 5ª (quinta) maior capital do país com 314,930 km², e apresenta o número de 2.452.185 pessoas residentes, conforme censo do ano de 2010 do IBGE.

Com a finalidade de criar mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais, à requalificação de imóveis urbanos e à produção ou reforma de habitações para famílias brasileiras, o Governo Federal lançou em 2009 o Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, instituído pela Lei nº 11.977, de 7 de Julho de 2009. A execução do referido programa pode ser realizada pelos estados e municípios, com a gerência do Ministério das Cidades e operacionalização pela Caixa Econômica Federal – CEF ou Banco do Brasil. Os recursos do Minha Casa Minha Vida decorrem do Fundo de Arrendamento Residencial - FAR que se subdividem em duas propostas distintas:

**- Programa Nacional de Habitação Urbana – PNHU**

Objetiva promover a construção ou aquisição de novas unidades habitacionais, ou a requalificação de imóveis urbanos, para famílias com renda mensal de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

**- Programa Nacional de Habitação Rural - PNRH**

Objetiva construir ou reformar imóveis de agricultores familiares e trabalhadores rurais cuja renda familiar anual bruta não ultrapasse R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Dentro do Programa Nacional de Habitação Urbano – PNHU existem faixas de renda definidas para aquisição e alienação dos imóveis. Na Faixa 1 o Programa objetiva a produção de unidades habitacionais, que depois de concluídas são vendidas sem arrendamento prévio, às famílias que possuem renda familiar mensal até R\$1.800,00 (Hum mil e oitocentos reais).



Paralela à produção de habitações de interesse social definiu-se em normativos específicos do Ministério das Cidades (Portarias e Resoluções) que versam sobre o planejamento e execução de ações relativas ao Trabalho Social mediante a produção de um Plano de Desenvolvimento Sócio Territorial - PDST que deve ser implementado com as famílias beneficiárias no PMCMV.

O Presente Plano de Desenvolvimento Sócio Territorial norteou-se considerando a Portaria nº 21 de 22 de Janeiro, a Orientação Operacional 01/2014 do Ministério das Cidades – MCidades e Portaria nº 518 de 08 de Novembro de 2013 que dispõem de instruções específicas para a elaboração e execução do Trabalho Social.

### **1.1 Caracterização do Empreendimento**

O presente Plano trata especificamente do empreendimento Heloneida Studart, constituído por 288 UH - unidades habitacionais, situado à Rua Jardim do Éden, s/nº, - Bom Jardim, na área de abrangência da Regional V. Este empreendimento se trata de um condomínio aberto formado por 18 blocos com 16 unidades habitacionais em cada bloco configurado por Térreo + 3 pavimentos superiores. O condomínio dispõe ainda de 2 Salões de Festas, 2 play grounds, 2 lixeiras, abrigo para gás, 2 campos de futebol, estacionamento para 96 veículos pequenos, sistema de coleta de esgoto e drenagem superficial.

Embora seja configurado como um empreendimento aberto, ainda necessita ser considerado condomínio, visto que as áreas comuns como as partes internas dos blocos, play ground, campos de futebol, salões de festas e as lixeiras, não possuem verba pré-definida para manutenção por parte do Estado, ou seja, os moradores necessitam entre eles definir formas de custeio para manutenção desses espaços e equipamentos. Dessa forma, propõe-se a atuação através de mais um eixo dentro do Trabalho Social: Eixo Gestão Condominial e Patrimonial – GCP onde constam atividades voltadas para a definição de uma Equipe Gestora que atuará neste sentido.

Entregue em 27 de Abril/2018, o Residencial Heloneida Studart encontra-se localizado ao lado do Residencial Ana Facó, que tem estrutura física semelhante, no entanto possui demanda e acompanhamento das famílias por parte do Governo do Estado do Ceará. Dessa forma, ressaltamos a importância do desenvolvimento deste

Trabalho Social de forma suficientemente célere para atender às demandas das famílias residentes.

## **1.2 Seleção e Hierarquização das Famílias**

A seleção das famílias a serem beneficiadas no PMCMV está dentro das atribuições do município responsável através da operação contratada e deve considerar critérios nacionais e municipais para hierarquização e elegibilidade. Os critérios nacionais de priorização para seleção de beneficiários no Programa segundo a Portaria nº 595/2013 conforme disposto também na Lei 11.977, de 7 de julho de 2009 são:

- a) famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas;
- b) famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar;
- c) famílias de que façam parte pessoas com deficiência.

Já os critérios locais aprovados pelo Município de Fortaleza mediante Resolução nº 47 de 27 de agosto de 2013 (ANEXO B) são os seguintes:

I – Famílias beneficiárias do Programa de Locação Social, conforme o Artigo 13 da Lei Municipal nº 9.798/2011;

II – Famílias numerosas, que configure densidade excessiva de moradores por dormitório (número médio de moradores superior a três por cômodo utilizado como dormitório), bem como coabitação familiar, que compreenda a soma das famílias conviventes secundárias (apenas aquelas com intenção de constituir domicílio exclusivo são consideradas déficit habitacional) e das que vivem em domicílios localizados em cômodos – exceto cedido por empregador;

III – Famílias da qual façam parte membros com doenças crônicas (HIV, câncer, hemofilia, cardiopatias graves). § 1º - No caso de famílias com pessoas com deficiência e idosos, o CMAS Fortaleza recomenda priorizar àquelas contempladas com o Benefício de Prestação Continuada (BPC); § 2º - No caso de beneficiários do Programa de Locação Social, o CMAS Fortaleza recomenda priorizar os egressos dos Serviços de Acolhimento Institucional.



No que se refere especificamente ao Residencial Heloneida Studart, trata-se de demanda fechada, sendo a mesma selecionada para beneficiamento através da Portaria nº 163, de 06/05/2016, que trata sobre a instituição do Sistema Nacional de Cadastro Habitacional (SNCH) e aprova o Manual de Instruções para a seleção dos beneficiários do Programa Nacional de Habitação Urbana, no âmbito do PMCMV.

A referida portaria do Ministério das Cidades, institui no seu item 4.7 que, “será admitida a indicação de famílias provenientes de assentamento(s) irregular(es), em razão de estarem em área de risco; de terem sido desabrigadas; ou por motivos justificados em projetos de regularização fundiária e obras que tenham motivado seu deslocamento involuntário, ficando dispensadas da aplicabilidade dos critérios de priorização de que tratam os itens 3 e 4 (...)”. Assim, através do Ofício 1906/2017, encaminhado em 13 de Novembro de 2017 à Gerência Executiva de Habitação/FO da Caixa Econômica Federal, foi apresentada a Caracterização da Demanda selecionada pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, para ser beneficiada no referido Empreendimento.

As famílias beneficiadas são, em sua maioria, oriundas do Programa de Locação Social – PLS, e eram acompanhadas pelas Equipes Sociais que atuam no Programa tanto na HABITAFOR como na Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Fortaleza. No entanto, o PLS possui caráter provisório, tendo o período máximo de 2 anos para a concessão do benefício à família cadastrada. Após este período, a família deve ser incluída em projeto habitacional como forma de evitar o retorno da mesma à área de risco de onde provém, bem como para garantir condições dignas de moradia. Como podemos ver no Art. 2º, § 8º, do Decreto nº 13.579, de 12 de maio de 2015, disposto a seguir:

§ 8º O tempo de permanência da família no Programa Locação Social é de até 2 (dois) anos, mediante reavaliação semestral que constate a continuidade da condição que justificou o ingresso do beneficiário.

Dessa forma todas as famílias são cadastradas em programas habitacionais, tendo como principal objetivo a eliminação das áreas de risco, buscando a garantia de habitabilidade bem como a melhoria na qualidade de vida das mesmas. Destaca-se ainda





que de acordo com os critérios do PLS, as famílias incluídas são oriundas de 08 bairros diferenciados da cidade, marcados pela característica de possuir uma área de risco ou mesmo alguma espécie de infortúnio público, como estabelecido em Lei. Especificamos abaixo as comunidades em que as famílias se encontravam quando ocorreu a intervenção da Prefeitura Municipal de Fortaleza:

1. Comunidade Seis Companheiros;
2. Comunidade Ecoporto;
3. Comunidade Rua Rio Nilo;
4. Comunidade Jambalaia;
5. Comunidade Travessa Paraíso;
6. Comunidade Jangurussu;
7. Comunidade Santa Terezinha;
8. Comunidade Urucutuba.

Após aprovação da demanda por parte do Ente financeiro foram encaminhados os dossiês das famílias juntamente com um documento de dispensa da aplicabilidade de critérios no processo de priorização/seleção e identificação de família residente em área de risco, que identifica e especifica a demanda que o beneficiário está inserido. Posteriormente, seguiu-se o processo desde a avaliação até a entrega das unidades habitacionais ocorrida em Abril/2018.

## **2. DIAGNÓSTICO DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS**

A coleta dos dados das famílias residentes para posterior diagnóstico deu-se através das informações extraídas do Sistema de Cadastro Único. Os dados pesquisados revelam uma realidade proporcional à totalidade do empreendimento uma vez que o presente Plano contempla ações para as 288 famílias que residirão no empreendimento, entretanto, apresenta informações de uma amostra de 191 destas. Assim são propostas ações para as demais famílias com base no perfil traçado a partir da referida amostra.



Na amostra de 191 famílias, consta um total de 535 pessoas, assim ao realizarmos um cálculo para obter uma média de moradores pelo número de famílias, teremos uma média de 2,8 moradores por núcleo familiar. Abaixo apresentamos as informações obtidas mediante diagnóstico social das famílias e a partir destes dados podemos inferir sobre a realidade destas e propor ações condizentes com o perfil do público-alvo.

## 2.1 Expectativa de comprometimento médio mensal da renda das famílias

Entre as famílias beneficiadas no empreendimento pôde-se verificar que a maior parte destas é procedente de outros bairros, o que corresponde a 97% do total. Isso impacta diretamente sobre a necessidade de oferta de serviços, sendo necessárias ações ou estratégias para atender a população, pois a população migrante corresponde a grande parte dos beneficiários. Apenas 3% dos destes procedem do mesmo bairro, ou seja, já residiam no bairro onde está localizado o empreendimento. Esses dados podem ser observados na tabela a seguir:

*Tabela 1: Procedência das Famílias*

PROCEDÊNCIA DAS FAMÍLIAS		
ALAGADICO NOVO	1	0,52%
AEROLANDIA	6	3,14%
ALTO DA BALANCA	1	0,52%
ALVARO WEYNE	3	1,57%
ANCURI	1	0,52%
ANTONIO BEZERRA	4	2,09%
AUTRAN NUNES	4	2,09%
BARRA DO CEARÁ	35	18,32%
BARROSO	2	1,05%
BELA VISTA	1	0,52%
BOA VISTA	1	0,52%
BOM JARDIM	6	3,14%
BONSUCESSO	1	0,52%
CAIS DO PORTO	1	0,52%
CAMBEBÁ	1	0,52%
CANINDEZINHO	3	1,57%



CARLITO PAMPLONA	3	1,57%
CASTELO ENCANTADO	1	0,52%
CIDADE DOS FUNCIONÁRIOS	2	1,05%
CIDADE OESTE	1	0,52%
COLONIA	2	1,05%
CONJUNTO CEARA	3	1,57%
CONJUNTO ESPERANCA	1	0,52%
CONJUNTO PALMEIRAS	7	3,66%
COUTO FERNANDES	1	0,52%
CRISTO REDENTOR	1	0,52%
DIAS MACEDO	4	2,09%
DOM LUSTOSA	1	0,52%
EDSON QUEIROZ	3	1,57%
FLORESTA	1	0,52%
GENIBAU	1	0,52%
GRANJA PORTUGAL	3	1,57%
HENRIQUE JORGE	1	0,52%
ITAPERY	1	0,52%
JACARECANGA	1	0,52%
JANGURUSSU	4	2,09%
JARDIM AMERICA	1	0,52%
JARDIM DAS OLIVEIRAS	1	0,52%
JARDIM PETROPOLIS	3	1,57%
JARDIM VIOLETA	1	0,52%
JOAO XXIII	1	0,52%
JOCKEY CLUB	1	0,52%
JOSE BONIFACIO	1	0,52%
LAGOA REDONDA	2	1,05%
MEIRELES	1	0,52%
MESSEJANA	5	2,62%
MONDUBIM	4	2,09%
MONTESE	1	0,52%
MUCURIBE	2	1,05%
NOSSA SENHORA DAS GRACAS	2	1,05%
NOVO MONDUBIM	1	0,52%
PADRE ANDRADE	1	0,52%
PAPICU	2	1,05%
PARQUE DOIS IRMAOS	1	0,52%
PARQUE GENIBAU	1	0,52%
PARQUE SANTA ROSA	2	1,05%

PARQUE SANTO AMARO	1	0,52%
PARQUE SAO JOSE	3	1,57%
PARREAO	1	0,52%
PASSARE	4	2,09%
PAUPINA	5	2,62%
PICI	2	1,05%
PIRAMBU	1	0,52%
PRAIA DO FUTURO	1	0,52%
PREFEITO JOSÉ WALTER	4	2,09%
QUINTINO CUNHA	3	1,57%
RODOLFO TEOFILLO	1	0,52%
SAO CRITOVAO	1	0,52%
SAO JOAO DO TAUAPE	1	0,52%
SERRINHA	3	1,57%
VICENTE PINZON	7	3,66%
VILA ELLERY	1	0,52%
VILA MANOEL SATIRO	2	1,05%
VILA PERY	2	1,05%
VILA VELHA 4	1	0,52%
<b>TOTAL</b>	<b>191</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Banco de Dados do Cadastro Único (SETRA /HABITAFOR, Fev/2018)

Embora seja uma demanda fechada, podemos perceber que a grande variedade de bairros se dá pela característica de que algumas famílias já não se encontravam nas áreas de risco físico e infortúnio social, e sim no Programa de Locação Social – PLS, que possibilita a locação de uma moradia independente na Cidade de Fortaleza, independente do bairro.

Pode-se perceber que anteriormente as famílias, em sua maioria, já estavam habituadas com as taxas relativas à água e luz uma vez que 89% delas tinha acesso a energia elétrica por meios oficiais e 83,18% utilizavam-se da água através da rede autorizada de distribuição, o que se constitui num aspecto facilitador para adesão ao Projeto e para a permanência das famílias no empreendimento.

Em relação ao acesso aos serviços de água e luz o percentual de famílias que se utilizavam na moradia anterior de formas clandestinas é pouco expressivo. Essas



informações podem ser visualizadas com suas respectivas frequências de ocorrência através das tabelas a seguir:

**Tabela 2: Tipo de Acesso a Energia Elétrica**

TIPO DE ACESSO À ENERGIA		
ELÉTRICA COM MEDIDOR PRÓPRIO	166	86,88%
ELÉTRICA COM MEDIDOR COMUNITÁRIO	4	2,12%
ELÉTRICA SEM MEDIDOR	8	4,23%
OLÉO, QUEROSENE OU GÁS	1	0,53%
VELA	1	0,53%
OUTRA FORMA	9	4,76%
NÃO INFORMADO	2	0,95%
	<b>191</b>	<b>100%</b>

Fonte: Banco de Dados do Cadastro Único (SETRA /HABITAFOR, Fev/2017)

**Tabela 3: Tipo de Acesso a Rede de Água**

TIPO DE ACESSO À REDE DE ÁGUA		
REDE GERAL DE DISTRIBUIÇÃO	159	83,18%
POÇO OU NASCENTE	12	6,35%
OUTRA FORMA	18	9,52%
NÃO INFORMADO	2	0,95%
<b>TOTAL</b>	<b>191</b>	<b>100%</b>

Fonte: Banco de Dados do Cadastro Único (SETRA /HABITAFOR, Fev/2017)

Além disso, nas tabelas a seguir são especificados com mais clareza o valor das despesas que as famílias apresentam mensalmente de forma separada, elencando gastos como: energia elétrica, água, transporte, medicação, entre outros.

**Tabela 4: Gastos Mensais com Energia**

DESPESAS COM ENERGIA		
SEM DESPESA	29	15%
R\$ 1,00 A R\$ 100,00	117	61%

R\$ 101,00 A R\$ 200,00	42	22%
R\$ 201,00 A R\$ 350,00	2	1%
ACIMA DE R\$ 350,00	1	1%
<b>TOTAL</b>	<b>191</b>	<b>100%</b>

Fonte: Banco de Dados do Cadastro Único (SETRA /HABITAFOR, Fev/2018)

*Tabela 5: Gastos Mensais com Água*

DESPESAS COM ÁGUA		
SEM DESPESA	56	29%
R\$ 1,00 A R\$ 100,00	127	66%
R\$ 101,00 A R\$ 200,00	7	4%
ACIMA DE R\$ 201,00	1	1%
<b>TOTAL</b>	<b>191</b>	<b>100%</b>

Fonte: Banco de Dados do Cadastro Único (SETRA /HABITAFOR, Fev/2018)

*Tabela 6: Gastos Mensais com Transporte*

DESPESAS COM TRANSPORTE		
SEM DESPESA	175	91,00%
R\$ 1,00 A R\$ 100,00	7	4,00%
R\$ 101,00 A R\$ 200,00	7	4,00%
R\$ 201,00 A R\$ 500,00	2	1,00%
<b>TOTAL</b>	<b>191</b>	<b>100%</b>

Fonte: Banco de Dados do Cadastro Único (SETRA /HABITAFOR, Fev/2018)

*Tabela 7: Gastos Mensais com Alimentação*

DESPESAS COM ALIMENTAÇÃO		
SEM DESPESA	7	4
R\$ 5,00 A R\$ 100,00	21	11
R\$ 101,00 A R\$ 200,00	54	28
R\$ 201,00 A R\$ 400,00	84	44
ACIMA DE 400,00	25	13
<b>TOTAL</b>	<b>191</b>	<b>100%</b>

Fonte: Banco de Dados do Cadastro Único (SETRA /HABITAFOR, Fev/2018)

*Tabela 8: Gastos Mensais com Medicação*

DESPESAS COM MEDICAÇÃO		
------------------------	--	--

SEM DESPESA	159	83,00%
R\$ 5,00 A R\$ 100,00	17	9,00%
R\$ 101,00 A R\$ 200,00	12	6,00%
R\$ 201,00 A R\$ 400,00	2	1,00%
ACIMA DE 400,00	1	1,00%
<b>TOTAL</b>	<b>191</b>	<b>100%</b>

Fonte: Banco de Dados do Cadastro Único (SETRA /HABITAFOR, Fev/2018)

*Tabela 9: Gastos Mensais com Aluguel*

DESPESAS COM ALUGUEL		
SEM DESPESA	71	37,00%
R\$ 130,00 A R\$ 250,00	24	13,00%
R\$ 251,00 A R\$ 400,00	68	36,00%
R\$ 401,00 A R\$ 600,00	27	13,48%
ACIMA DE R\$ 600,00	1	0,52%
<b>TOTAL</b>	<b>191</b>	<b>100%</b>

Fonte: Banco de Dados do Cadastro Único (SETRA /HABITAFOR, Fev/2018)

Podemos perceber que no que se refere às despesas com água e luz o número mais expressivo dos beneficiários se encontra com o gasto no valor de até R\$100,00. Além destas, as despesas mais expressivas que se apresentam nos gastos com alimentação e aluguel (sendo o valor do aluguel proveniente do benefício do PLS), o que denota uma necessidade de propor ações e estratégias voltadas especialmente para uma boa administração do orçamento familiar a fim de que estes não se tornem inadimplentes com as parcelas do apartamento e possibilitando assim a permanência dos mesmos no empreendimento. Bem como a importância de abordar temas relacionados ao uso consciente de água e energia como forma de evitar o consumo excessivo das mesmas.

## 2.2 Habitação predominante

Identificou-se quanto à tipologia construtiva da moradia anterior que em 98,84% dos casos, na moradia anterior as famílias residiam em imóveis de alvenaria, o que não



implicará em grandes mudanças ou adaptações a nova moradia conforme é possível verificar na seguinte tabela:

*Tabela 10: Tipologia da Construção*

TIPOLOGIA DA CONSTRUÇÃO		
ALVENARIA COM REVESTIMENTO	153	98,55%
ALVENARIA SEM REVESTIMENTO	34	0,29%
MADEIRA	2	0,06%
NÃO INFORMADO	2	1,05%
<b>TOTAL</b>	<b>191</b>	<b>100%</b>

Fonte: Banco de Dados do Cadastro Único (SETRA /HABITAFOR, Fev/2018)

### 2.3 Caracterização da População Beneficiária

A coleta dos dados das famílias residentes no empreendimento deu-se através do banco de dados do sistema de Cadastro Único. Os dados foram fornecidos pela Secretaria de Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à Fome – SETRA e compilados pela Equipe Social da Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional – HABITAFOR. Os mesmos estão expostos a seguir, apresentando um panorama das informações prestadas.

#### 2.3.1 Características das Famílias

A partir das informações compiladas através da base de dados do Cadastro Único, foi elaborado o perfil socioeconômico das 191 famílias pesquisadas. Este perfil está dividido entre o perfil do titular, onde apresentamos os dados referentes aos titulares dos imóveis que também se configuram como responsáveis familiares do Cadastro Único (que se apresentam em 191), e posteriormente apresentamos os dados referentes aos demais familiares que compõem as famílias beneficiadas (que se apresentam em um quantitativo de 535).





### 2.3.2 Perfil do Titular

- **Raça**

Verificamos quanto à Raça que entre os responsáveis familiares a etnia predominante é a Parda sendo a frequência relativa identificada de 87,96% dos titulares que se declararam desta Raça, seguida pela Branca (7,33%) dos casos, as demais tem frequência minoritária e podem ser observadas na tabela abaixo.

*Tabela 11: Raça dos Titulares*

TITULAR QUANTO À RAÇA		
PARDA	168	87,96%
BRANCA	14	7,33%
PRETA	7	3,66%
AMARELA	1	0,52%
INDÍGENA	1	0,52%
<b>TOTAL</b>	<b>191</b>	<b>100%</b>

Fonte: Banco de Dados do Cadastro Único (SETRA /HABITAFOR, Fev/2018)

- **Gênero**

Entre os responsáveis familiares, 166 são mulheres correspondendo a 87% do total de unidades e 25 são homens, 13%, isto se harmoniza com o fato de que no Programa de Habitação de Interesse Social a titularidade nos imóveis é preferencialmente feminina. Essa questão se baseia em uma perspectiva futura em que na maioria dos casos as famílias apresentam a mãe como agregadora do núcleo familiar em detrimento do cônjuge ou companheiro que tende a ser mais ausente na composição das famílias e, devido a isso, há essa sugestão de prioridade em relação à titularidade feminina.

*Tabela 12: Sexo dos Titulares*

TITULAR QUANTO AO GÊNERO		
FEMININO	166	87%
MASCULINO	25	13%
<b>TOTAL</b>	<b>191</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Banco de Dados do Cadastro Único (SETRA /HABITAFOR, Fev/2018)

Ressaltamos ainda que dentre as 166 mulheres que são apontadas como titulares, somente 33 apresentam companheiros e dentre estes somente 17 desenvolvem atividade remunerada. Estes dados nos informam que pelo menos 149 mulheres, além de serem titulares do cadastro único são também as chefes de família.

#### • Faixa Etária

Foi possível perceber através da pesquisa realizada que a faixa etária predominante entre os titulares está compreendida entre os 24 e 59 anos de idade o que corresponde a 89% do total de chefes entrevistados, ou seja, um elevado percentual encontra-se em faixa etária produtiva de trabalho, apresentando um número expressivo de moradores que estão dentro de um dos critérios mais exigidos no mercado de trabalho que é a questão da idade. Em relação as demais variáveis de idades, podemos ser observadas na tabela abaixo.

**Tabela 13:** Faixa Etária dos Titulares

FAIXA ETÁRIA DO TITULAR		
19 A 23 ANOS	8	4%
24 A 40 ANOS	92	48%
41 A 59 ANOS	78	41%
ACIMA DE 59	13	7%
<b>TOTAL</b>	<b>191</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Banco de Dados do Cadastro Único (SETRA /HABITAFOR, Fev/2018)

Ressaltamos que o percentual de idosos que se constituem titulares é corresponde a 7% do total, ou seja, apresenta-se um número pequeno de idosos que compõem as famílias que residirão no empreendimento, dessa forma não se faz interessante se pensar ações voltadas a este público, dada a pequena expressividade dos mesmos frente à população em geral.

#### • Escolaridade

Quanto ao nível de escolaridade dos titulares pôde-se verificar que 64% dos chefes de família não concluíram o ensino fundamental, o que se constitui em um percentual bastante elevado, o que impacta diretamente em suas realidades se considerarmos que estes são os responsáveis pela provisão do sustento a família e que o baixo nível de escolaridade incide diretamente no tipo de atividade exercida, bem como na renda advinda.

**Tabela 14: Escolaridade dos Titulares**

GRAU DE ESCOLARIDADE DO TITULAR		
NÃO ALFABETIZADO	16	8,00%
ENSINO FUNDAMENTAL I	36	19,00%
ENSINO FUNDAMENTAL II	70	37,00%
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	6	3,00%
ENSINO MEDIO	63	33,00%
<b>TOTAL</b>	<b>191</b>	<b>100%</b>

Fonte: Banco de Dados do Cadastro Único (SETRA /HABITAFOR, Fev/2018)

Como podemos verificar na tabela abaixo, entre os titulares que não concluíram os estudos, nenhum se encontra estudando. Estes dados apontam a necessidade de se pensar estratégias e ações voltadas à sensibilização dos beneficiários acerca da importância da formação educacional como meio de possibilitar melhores posições no mercado de trabalho.

**Tabela 15: Titulares estudando**

TITULAR ESTUDANDO		
NÃO	191	100,0%
SIM	0	0,0%
<b>TOTAL</b>	<b>191</b>	<b>100%</b>

Fonte: Banco de Dados do Cadastro Único (SETRA /HABITAFOR, Fev/2018)

• **Situação de Trabalho**

- **Quanto a Condição Funcional e ao Vínculo**

Em relação ao trabalho, 52,88% dos titulares encontram-se trabalhando, exercendo atividades laborativas diversas, destes 31% possui vinculo empregatício,



enquanto 47,12% encontram-se sem trabalhar. Então apesar de grande parte estar trabalhando, não possuem vínculo formal de trabalho exercendo atividades informalmente. As tabelas a seguir mostram os dados relatados:

**Tabela 15: Condição Funcional do Titular**

CONDIÇÃO FUNCIONAL		
TRABALHA	101	52,88%
NÃO TRABALHA	90	47,12%
<b>TOTAL</b>	<b>191</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Banco de Dados do Cadastro Único (SETRA /HABITAFOR, Fev/2018)

Além disso, podemos destacar que cerca de 159 dos chefes de família estão em situação de desemprego ou inserção precária no mercado de trabalho informal, sendo que somente 31 dentre os que trabalham, possuem vínculo empregatício. Estes dados estão diretamente relacionados à escolaridade, visto que dentre os chefes de famílias que se encontram em situações precárias de trabalho, 104 não concluíram sequer o Ensino Fundamental.

**Tabela 16: Tipo de Vínculo do Titular**

TIPO DE VÍNCULO DO TITULAR		
TRABALHADOR AUTÔNOMO	68	67%
EMPREGADO COM CARTEIRA ASSINADA	30	30%
TRABALHADOR TEMPORÁRIO	1	1%
TRABALHADOR DOMÉSTICO COM CARTEIRA ASSINADA	1	1%
NÃO INFORMADO	1	1%
<b>TOTAL</b>	<b>101</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Banco de Dados do Cadastro Único (SETRA /HABITAFOR, Fev/2018)

Ressaltamos que dentre os 47,12% apresentados como “NÃO TRABALHA” se refere a pessoas que não se encontram inseridas no mercado de trabalho. Dessa forma, este único dado se refere a situações diferenciadas, visto que além das pessoas desempregadas, que não possuem renda, podemos destacar ainda os aposentados e pensionistas, que embora não desenvolvam mais atividade remunerada, apresentam renda através da aposentadoria ou pensão. Destacamos ainda que a base de dados do



cadastro único não especifica as situações supracitadas, apresentando o quantitativo geral de pessoas que não trabalham como disposto na tabela acima, no entanto podemos apontar 21 famílias dentre as que não trabalham que recebem o Benefício de Prestação Continuada – BPC (seja o BPC deficiente ou o BPC Idoso).

### 2.3.3 Perfil dos Membros

Como dito anteriormente, pôde-se identificar através da tabulação dos dados que nas famílias pesquisadas no empreendimento o nº total de moradores corresponde a 535, sendo 191 titulares e 344 membros familiares. Com relação aos membros das famílias pesquisadas podemos assim caracterizá-las:

- **Quanto a Raça**

Observou-se que a frequência relativa de moradores no empreendimento por raça é assim estratificada, 86% se auto declara da raça parda, seguido de 12% da raça branca, as demais raças possuem percentuais minoritários. É possível observar a distribuição por raça na tabela abaixo:

*Tabela 17: Raça dos Membros da Família*

MEMBROS QUANTO À RAÇA		
PARDA	298	86,00%
BRANCA	40	12,00%
PRETA	6	2,00%
<b>TOTAL</b>	<b>344</b>	<b>100%</b>

Fonte: Banco de Dados do Cadastro Único (SETRA /HABITAFOR, Fev/2018)

- **Quanto ao Gênero**

Observou-se que a frequência relativa de moradores no empreendimento do sexo masculino é maior, perfazendo um percentual total de 51%, o que implica em planejarmos e propormos ações específicas para esse público predominante no empreendimento. É possível observar a distribuição por gênero na tabela abaixo:

*Tabela 18: Sexo dos membros da Família*

MEMBROS QUANTO AO GENERO		
FEMININO	168	49,00%
MASCULINO	176	51,00%
<b>TOTAL</b>	<b>344</b>	<b>100%</b>

Fonte: Banco de Dados do Cadastro Único (SETRA /HABITAFOR, Fev/2018)

Foi possível apreender através da pesquisa realizada com os moradores do empreendimento que 168 são do sexo feminino e 176 são do sexo masculino, ou seja, 51% dos moradores são homens enquanto 49% são mulheres, podendo constatar a predominância do sexo masculino. Já entre os titulares, como visto em tabelas acima, a predominância é do sexo feminino, sendo 166 titulares do sexo feminino (87%) em detrimento a 25 do sexo masculino (13%), isto se harmoniza com o fato de que no Programa de Habitação de Interesse Social a titularidade nos imóveis é, preferencialmente, feminina, pelos motivos de maior permanência das esposas e mães nas famílias em detrimento aos cônjuges/ companheiros e pais, como já explicado no texto da tabela 12.

- **Quanto ao Tamanho**

Como especificado anteriormente, a quantidade de famílias pesquisadas perfaz um total de 191. Dessa forma, no que diz respeito à composição familiar, de acordo com a quantidade de membros por família podemos destacar, de acordo com a tabela apresentada abaixo, que no Residencial Heloneida Studart que a maioria das famílias (95%) é composta por até cinco membros. Sendo a incidência de famílias com mais de 5

20

membros pouco frequente apenas em 4,5% dos casos. Dessa forma, podemos perceber que a grande maioria das famílias não é caracterizada por ser numerosa, ou seja, podem se dividir de forma razoável dentro da nova configuração de moradia. Podemos verificar estes dados na tabela abaixo:

**Tabela 19: Número de Moradores por Domicílio**

QUANTIDADE DE PESSOAS POR DOMICÍLIO		
1 PESSOA	35	18%
2 PESSOAS	49	26%
3 PESSOAS	52	27%
4 PESSOAS	29	15%
5 PESSOAS	17	9%
6 PESSOAS	05	3%
7 PESSOAS	01	0,5%
8 PESSOAS	02	1%
NÃO INFORMADO	01	0,5%
<b>TOTAL</b>	<b>191</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Banco de Dados do Cadastro Único (SETRA /HABITAFOR, Fev/2018)

Foi identificada ainda a quantidade de famílias vivendo em regime de coabitação no empreendimento. O número não se apresenta de forma expressiva, configurando-se com um percentual de 0,5%, fator muito importante para a forma de residir no novo local. Os dados estão expostos abaixo como podemos ver a seguir:

**Tabela 20: Quantidade de Famílias em regime de Coabitação**

QUANTIDADE DE FAMÍLIAS POR DOMICÍLIO		
1 FAMÍLIA	189	99%
2 FAMÍLIAS	1	0,5%
NÃO INFORMADO	1	0,5%
<b>TOTAL</b>	<b>191</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Banco de Dados do Cadastro Único (SETRA /HABITAFOR, Fev/2018)

Caso houvesse uma incidência maior e mais significativa de casos de famílias em regime de coabitação seria um fator preocupante tendo em vista que, como dito



anteriormente, o imóvel não se configura em um espaço muito amplo, tornando-se até relativamente restrito para uma família numerosa, mais ainda para duas famílias ou mais. É importante destacar ainda que embora exista uma família em regime de coabitação, o número de pessoas no domicílio não excede as 08, mesma situação em que se encontra mais uma família.

- **Quanto a Composição por Faixa Etária**

Entre a população residente no empreendimento foi possível identificar que parte considerável é composta por membros em faixa etária produtiva de trabalho compreendida entre 19 e 59 anos, correspondendo a 29% do total de moradores. Além disso, o valor percentual total de crianças e adolescentes é de 70% dos moradores do empreendimento, sendo necessário pensar em ações e estratégias voltadas para este público. A tabela a seguir apresenta detalhadamente essas informações levantadas:

**Tabela 21: Faixa Etária dos Membros**

FAIXA ETÁRIA DOS MEMBROS		
0 A 3 ANOS	35	10%
4 A 7 ANOS	51	15%
8 A 11 ANOS	51	15%
12 A 18 ANOS	102	30%
19 A 23 ANOS	41	12%
24 A 40 ANOS	37	11%
41 A 59 ANOS	22	6%
ACIMA DE 59	5	1%
<b>TOTAL</b>	<b>344</b>	<b>100%</b>

Fonte: Banco de Dados do Cadastro Único (SETRA /HABITAFOR, Fev/2018)

Assim como no caso dos titulares, os demais membros das composições familiares não apresentam um grande quantitativo de idosos, sendo esta parcela representada por apenas 1% dos moradores. Confirma-se, portanto, a falta de aplicabilidade das ações voltadas a este segmento.





- **Escolaridade**

Em relação aos componentes familiares que estão inseridos no ensino regular, verificou-se que se apresentam em um quantitativo idêntico ao que aqueles que não estão cursando. Entre os membros que não concluíram os estudos, um total de 172 pessoas encontra-se estudando, totalizando 50%. A tabela abaixo apresenta os percentuais, bem como os valores absolutos.

**Tabela 22: Membros das Famílias Cursando**

MEMBROS ESTUDANDO		
SIM	172	50%
NÃO	172	50%
<b>TOTAL</b>	<b>344</b>	<b>100%</b>

Fonte: Banco de Dados do Cadastro Único (SETRA /HABITAFOR, Fev/2018)

Dessa forma, apresentou-se a escolaridade através dos membros que não estão inseridos no Ensino Regular, apresentando a série em que os mesmos encerraram seus estudos, e daqueles que ainda encontram-se estudando foram apresentados dados acerca da série que frequentam.

No que se refere aos que não estudam, destacamos o quantitativo de 20% que não está em idade escolar, não se aplicando, portanto a esta análise. Dentre os 80% que restaram, destaca-se um percentual considerável de pessoas que não concluíram sequer o Ensino Fundamental (54%). Somente 26% dos membros alcançaram o Ensino Médio e nenhum chegou a cursar o Ensino Técnico ou Superior.

**Tabela 23: Grau de Instrução dos Membros da Família**

ESCOLARIDADE		
NÃO ALFABETIZADO	31	18%
SEM IDADE ESCOLAR	35	20%
CLASSE DE ALFABETIZAÇÃO	1	1%
ENSINO FUNDAMENTAL I	23	13%



ENSINO FUNDAMENTAL II	36	21%
ENSINO MÉDIO	44	26%
ENSINO FUNDAMENTAL EJA	2	1%
<b>TOTAL</b>	<b>172</b>	<b>100%</b>

Fonte: Banco de Dados do Cadastro Único (SETRA /HABITAFOR, Fev/2018)

Esta informação corrobora a necessidade de ações e estratégias para sensibilização acerca da importância dos estudos como forma de acesso a melhores colocações no mercado de trabalho que já foi sinalizada no diagnóstico referente à escolaridade dos titulares. Estas ações se fazem importantes visto que a escolaridade incide diretamente na inserção no mercado de trabalho e nos cargos que ocupam, afetando diretamente na renda das famílias e, conseqüentemente, em sua qualidade de vida. Em relação aos membros que permanecem inseridos na rede de ensino, as informações sobre o grau de escolaridade estão apresentadas na tabela abaixo:

**Tabela 24: Membros Inseridos no Ensino Regular**

<b>MEMBROS INSERIDOS NO ENSINO REGULAR</b>		
CRECHE	2	1,00%
PRÉ-ESCOLA	15	9,00%
ENSINO FUNDAMENTAL	124	72,00%
ENSINO MÉDIO	21	12,00%
ENSINO FUNDAMENTAL EJA	9	5,00%
ENSINO MÉDIO EJA	1	1,00%
<b>TOTAL</b>	<b>172</b>	<b>100%</b>

Fonte: Banco de Dados do Cadastro Único (SETRA /HABITAFOR, Fev/2018)

Ressaltamos que dentre os membros apontados acima, 164 registros se configuram como crianças e adolescentes em idades de 02 a 18 anos. Os demais podem ser apontados como adultos inseridos em classes de EJA.

- **Situação de Trabalho**



Entre os membros das famílias pesquisadas, identificou-se que dos que se encontram em idade produtiva apenas 8% trabalha, fator preocupante a considerarmos fazendo-se necessário pensar estratégias de promoção e incentivo ao trabalho a fim de inserirmos estes no mercado, fomentando ações de capacitação e inclusão profissional. É importante ainda frisar que de acordo com o grande quantitativo de crianças e adolescentes nas composições familiares (Tabela 21), esta parcela da população foi identificada na tabela abaixo como sem idade pra trabalhar, perfazendo um total considerável de 48% dos casos. Dessa forma, apresenta-se o quantitativo geral de pessoas que não trabalham como disposto na tabela abaixo:

*Tabela 25: Total de Membros da Família Trabalhando*

CONDIÇÃO FUNCIONAL DOS MEMBROS		
SEM IDADE PARA TRABALHAR	164	48%
TRABALHA	28	8%
NÃO TRABALHA	147	43%
NÃO INFORMADO	5	1%
<b>TOTAL</b>	<b>344</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Banco de Dados do Cadastro Único (SETRA /HABITAFOR, Fev/2018)

No entanto, dado o grande contingente de pessoas nesta situação, faz-se premente que as que se encontram em faixa etária produtiva estejam devidamente inseridas no mercado de trabalho, como forma de garantia da subsistência dos demais membros da família. O que ratifica a importância de se pensar ações e estratégias para capacitação destas pessoas como forma de possibilitar uma geração de renda.

Dentre as 28 pessoas que trabalham, foi pesquisado ainda o tipo de vínculo que as mesmas possuem em sua atividade remunerada. Percebeu-se assim que mais de 60%



não possui vínculo formal de trabalho. Ressaltamos que o baixo nível de escolaridade impacta diretamente sob as condições de trabalho incidindo na ocorrência preponderante de vínculos informais de trabalho que não asseguram os direitos trabalhistas mínimos, faz-se necessário incentivar a estes concluírem os estudos e fomentar ações de qualificação e capacitação profissional propiciando a inserção destes no mercado formal de trabalho.

**Tabela 26: Tipo de Vínculo dos Membros**

TIPO DE VÍNCULO DOS MEMBROS		
TRABALHADOR AUTÔNOMO	14	50,00%
TRABALHADOR TEMPORÁRIO	1	3,57%
EMPREGADO SEM CARTEIRA ASSINADA	1	3,57%
EMPREGADO COM CARTEIRA ASSINADA	10	35,71%
TRABALHADOR DOMÉSTICO SEM CARTEIRA ASSINADA	1	3,57%
TRABALHADOR DOMÉSTICO COM CARTEIRA ASSINADA	1	3,57%
	<b>28</b>	<b>100%</b>

Fonte: Banco de Dados do Cadastro Único (SETRA /HABITAFOR, Fev/2018)

- **Renda Per Capita das famílias**

Um dos critérios determinantes para o beneficiamento no PMCMV – Faixa 1 é a família possuir renda máxima de R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais), conforme estabelecido na Portaria Nº 99, de 30 de Março de 2016 do Ministério das Cidades. Em relação às 191 famílias pesquisadas, pode-se identificar que a maior frequência de renda *per capita* das mesmas está na composição de até  $\frac{1}{2}$  SM, perfazendo um valor de 75%, seguido de 13% que não possuem nenhuma renda e 5% que recebem mais de  $\frac{1}{2}$  até 1 SM.

**Tabela 27: Renda da Família**

RENDA FAMILIAR (PER CAPITA)		
SEM RENDA	74	13%
ATÉ 1/2 SALARIO	431	75%
MAIS DE 1/2 A 1 SALARIO	27	10%



MAIS DE 1 A 2 SALARIOS	3	2%
<b>TOTAL</b>	<b>191</b>	<b>100%</b>

Fonte: Banco de Dados do Cadastro Único (SETRA /HABITAFOR, Fev/2018)

Se relacionarmos renda com escolaridade e tipo de vínculo, veremos que estes últimos impactam diretamente na renda, uma vez que a predominância dos moradores encontra-se sem renda e com até  $\frac{1}{2}$  salário mínimo. Mais uma vez reitera-se a importância de promover a oferta de qualificação e formação profissional aliada à educação como mecanismo de valorização que possibilitem a melhoria na qualidade de vida por meio do incremento financeiro nos orçamentos familiares, fator importante para a permanência dos mesmos no empreendimento e adesão ao projeto, uma vez que se trata de um programa destinado ao público de baixa renda, mas ainda assim de um financiamento no qual as famílias terão de restituir parte do valor do imóvel. Além disso, com as mudanças para imóvel vieram também outras despesas as quais as famílias não estavam habituadas, como a taxa de condomínio. Portanto faz-se necessário uma renda que lhes garanta o pagamento de suas despesas bem como a sustentabilidade da família no empreendimento de forma adequada. Ressalta-se que para esta análise não foi considerado como fonte de renda o benefício Federal do Programa Bolsa Família – PBF.

- **Vulnerabilidades**

Através da pesquisa identificou-se entre as famílias a ocorrência de membros com deficiência, constatou-se que, a maioria dos membros (91%) não possui nenhum tipo de deficiência, enquanto 9% declararam apresentar deficiência.

*Tabela 28: Nº Membros com deficiência*

QUANTIDADE DE PESSOAS COM DEFICIÊNCIA		
NÃO	313	91%
SIM	31	9%
<b>TOTAL</b>	<b>344</b>	<b>100%</b>

Fonte: Banco de Dados do Cadastro Único (SETRA /HABITAFOR, Fev/2018)

Ressaltamos que dentre as pessoas que declararam possuir alguma deficiência, totalizando 48, 17 são titulares dos imóveis cadastrados, perfazendo dessa forma um total de 9% dos titulares pessoas com alguma deficiência.

**Tabela 29: N° Titulares com deficiência**

QUANTIDADE DE TITULARES COM DEFICIÊNCIA		
NÃO	174	91%
SIM	17	9%
<b>TOTAL</b>	<b>191</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Banco de Dados do Cadastro Único (SETRA /HABITAFOR, Fev/2018)

Ainda entre o número de moradores que se declarou como PCD (31 membros), foi constatada uma maior incidência de deficiência física com 36%, seguido da deficiência mental com 29% dos casos. Os demais tipos podem ser analisados na tabela abaixo:

**Tabela 30: Tipos de deficiência dos Membros**

TIPOS DE DEFICIÊNCIA DOS MEMBROS		
DEFICIENCIA VISUAL	2	7%
BAIXA VISÃO	1	3%
SURDEZ PROFUNDA	2	6%
DEFICIÊNCIA FÍSICA	11	36%
DEFICIÊNCIA MENTAL	9	29%
SÍNDROME DE DOWN	1	3%
TRANSTORNO MENTAL	5	16%
<b>TOTAL</b>	<b>31</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Banco de Dados do Cadastro Único (SETRA /HABITAFOR, Fev/2018)

Já em relação aos titulares, a incidência maior continua sendo de deficiência física, perfazendo 53% dos casos, seguida de deficiência mental, em 11% dos casos. Podemos verificar tais informações na tabela a seguir:

**Tabela 31: Tipos de deficiência dos Titulares**



TIPOS DE DEFICIÊNCIA DOS TITULARES		
BAIXA VISÃO	2	10%
DEFICIÊNCIA FÍSICA	11	53%
DEFICIÊNCIA MENTAL	2	11%
TRANSTORNO MENTAL	2	9%
<b>TOTAL</b>	<b>17</b>	<b>83%</b>

Fonte: Banco de Dados do Cadastro Único (SETRA /HABITAFOR, Fev/2018)

Ressaltamos que, a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015 em seu art. 3º, inciso IX considera como pessoa com mobilidade reduzida: aquela que tenha, por qualquer motivo, dificuldade de movimentação, permanente ou temporária, gerando redução efetiva da mobilidade, da flexibilidade, da coordenação motora ou da percepção, incluindo idoso, gestante, lactante, pessoa com criança de colo e obeso. No entanto, na base de dados do cadastro único, as informações acerca do quantitativo de pessoas nesta condição não são fornecidas nos moldes do que está proposto em Lei. Ou seja, no cadastro único não são informadas, por exemplo, as mulheres que se encontram gestantes, lactantes ou com crianças de colo ou mesmo pessoas que apresentam obesidade.

Faz-se necessário ainda destacar que a maioria das condições que causam dificuldade de movimentação são temporárias como é o caso das mulheres gestantes, lactantes ou com criança de colo. Apenas os idosos se enquadram como condição permanente de mobilidade reduzida. No que se refere a este quantitativo, como já apresentado anteriormente, os idosos se apresentam em um número de 18, sendo 7% destes os chefes de família.

Dentre as famílias que apresentam em sua composição familiar pessoas com deficiência e idosos, destacamos aquelas que são atendidas pelo Benefício de Prestação Continuada – **BPC**, 12% - totalizando 23 famílias recebem este benefício.

*Tabela 32: Famílias atendidas pelo BPC*

FAMÍLIAS ATENDIDAS PELO BPC		
NÃO	168	88%



SIM	23	12%
<b>TOTAL</b>	<b>191</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Banco de Dados do Cadastro Único (SETRA /HABITAFOR, Fev/2018)

Como dito anteriormente, o BPC pode ser concedido a pessoas com deficiência ou idosos, assim na tabela abaixo podemos especificar, dentre as 23 famílias que recebem o mesmo, qual deles lhes foi concedido:

***Tabela 33: Contagem BPC***

<b>CONTAGEM BPC</b>		
DEFICIENTE	18	78%
IDOSO	5	22%
<b>TOTAL</b>	<b>23</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Banco de Dados do Cadastro Único (SETRA /HABITAFOR, Fev/2018)

### **3. CARACTERIZAÇÃO DA MACROÁREA**

O bairro Bom Jardim, onde está situado o empreendimento Heloneida Studart, está localizado na macroárea da Secretaria Executiva Regional V (SER V) e faz fronteira com os bairros Siqueira, Canindezinho, Granja Portugal e Granja Lisboa.

Esta Regional é compreendida por 18 bairros, a saber: Canindezinho, Conjunto Ceará I, Conjunto Ceará II, Conjunto Esperança, Genibaú, Granja Lisboa, Granja Portugal, Jardim Cearense, Manoel Sátiro, Maraponga, Mondubim, Planalto Ayrton Senna, Prefeito José Walter, Presidente Vargas, São José, Santa Rosa, Bom Jardim e Siqueira. Tais bairros correspondem a cerca de 14% do território de Fortaleza e possuem um número aproximado de 570 mil habitantes segundo dados da PMF.







*Mapa 01: Localização do Bairro Bom Jardim dentro da SER V*





**Fonte:** Habitafor, 2018.

*Mapa 02: Localização na cidade - Residencial Heloneida Studart*

32



Rua Paula Rodrigues, 304 – Fátima - Fortaleza, Ceará, Brasil

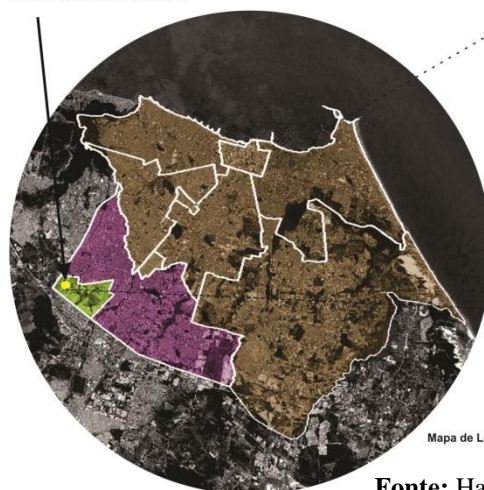
85 3488-3374



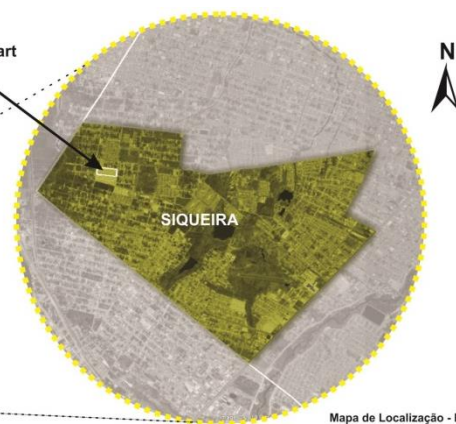
Localização: Rua Maria Aparecida, entre as ruas Firmino Rivera e Andreas Soares, Bairro Siqueira - SER V

Res. Heloneida Studart

Res. Heloneida Studart



Mapa de Localização - Fortaleza



Mapa de Localização - Bairro

Fonte: Habitafor, 2018.

### Mapa 03: Localização Residencial Heloneida Studart



Fonte: Habitafor, 2018.

- **Uso e ocupação do Solo e fatores de riscos e insalubridade.**

Os terrenos localizam-se na porção Sudoeste da cidade de Fortaleza, no bairro Siqueira, região da cidade sob a administração da Secretária Executiva Regional V – SER V, no qual tem como principais vias de acesso às ruas Maria Pires e Jardim do Éden.

As áreas dos terrenos correspondem, aproximadamente, 14.520,00m<sup>2</sup> cada, e estão localizados na seguinte poligonal: Rua Maria Pires, ao leste, Jardim do Éden, ao Oeste, e duas ruas sem denominação oficial a Norte e Sul.

Em se tratando do Macrozoneamento do Plano Diretor Participativo da cidade de Fortaleza – PDPFor - estão inserido na ZRU 2 (Zona de Requalificação Urbana 2), que faz relação as áreas com insuficiência ou precariedade da infraestrutura e dos serviços urbanos, principalmente de saneamento ambiental, carência de equipamentos e espaços públicos e incidência de núcleos habitacionais de interesse social precários.

A ZRU2 incentiva investimentos para complementar a infraestrutura, principalmente de saneamento ambiental, tendo uma das prioridades a sub-bacia do rio Maranguapinho, como é o caso. Assim, o plano diretor regulamenta os seguintes instrumentos que deverão ser especialmente aplicados nos terrenos dessa Zona\*:

- IPTU progressivo no tempo;
- Desapropriação mediante pagamento por títulos da dívida pública;
- Direito de preempção;
- Direito de superfície;
- Operação urbana consorciada;
- Consórcio imobiliário;
- Estudo de impacto de vizinhança (EIV);
- Estudo ambiental (EA);
- Zona Especial de Interesse Social (ZEIS);
- Instrumentos de regularização fundiária;
- Outorga onerosa de alteração de uso.

A aplicação dos instrumentos indicados nos incisos I, II e III está condicionada à disponibilidade de infraestrutura na presente zona.



Nos projetos dos empreendimentos foram respeitadas todas as diretrizes e índices específicos de ocupação do solo para estas áreas, respeitando os parâmetros estipulado no PDPFor, tais como: índice de aproveitamento básico: 1,5; índice de aproveitamento máximo: 1,5; índice de aproveitamento mínimo: 0,1; taxa de permeabilidade: 30%; taxa de ocupação: 60%; taxa de ocupação de subsolo: 60%; altura máxima da edificação: 48m; área mínima de lote: 125m<sup>2</sup>; testada mínima de lote: 5m; profundidade mínima do lote: 25m.

Em relação a principal via de acesso ao local, a Rua Maria Pires, o Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPFor) a classifica como uma Via Local, que é aquela “destinadas a atender ao tráfego local, com baixo volume de tráfego e com baixos níveis de adensamento dos lotes lindeiros”.

Em relação à classificação das atividades dos terrenos, segundo a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município de Fortaleza (LUOS), será do grupo R (residencial) e subgrupo R (residencial) e constituído por conjunto habitacional de interesse social com prédios de apartamentos (Código 00.00.07, classe 09 – 10 PE) com porte máximo de 300. O número mínimo de vagas de estacionamento de veículos será de 01 vaga para 03 unidades.

Nas atividades ao sistema viário, segundo a Lei de Uso e Ocupação do Solo do Município de Fortaleza (LUOS), nos terrenos tem o uso permitido para adequação a zona especial e é circundado por vias locais, que terá recuos de 5m de frente, de 3 m de lateral e de 3m de fundo. A de Observações: Norma 06 - O acesso direto ao automóvel, quando for exigida vaga interna para estacionamento, deverá estar de acordo com o PROJETO 2 (anexo 8.1.1 da LUOS; III – em todos os pavimentos a distância mínima entre blocos deverá ser igual ou superior a duas vezes o recuo lateral exigido considerando os acréscimos decorrentes da verticalização, para a classe do subgrupo de uso. (Art.60 da LUOS).

### **3.1 Forma e tempo de ocupação da área**



De acordo com alguns moradores mais antigos, as primeiras famílias residentes no bairro surgiram no ano de 1961. Antes de ser considerado bairro, o espaço geográfico se delimitava por uma fazenda loteada por um empresário chamado João Gentil.

A oferta de terrenos a baixo custo atraiu as famílias de diversos bairros distintos, famílias essas que passaram a adquirir lotes no referido terreno. A Rua Oscar Araripe foi a primeira via aberta que nos dias de hoje se tornou o principal corredor de acesso ao bairro.

Como os terrenos continuavam a serem vendidos a baixo preço em relação aos outros bairros da capital, o bairro começou a crescer de forma desproporcional. Esse crescimento desordenado fez surgir as primeiras favelas.

Ao final dos anos 80, o bairro começou sentir carências de ações do poder público, tendo em vista que havia poucas escolas, nenhum hospital, falta de saneamento e segurança pública, bem como precariedade dos serviços. Toda essa falta de assistência ocasionou uma onda de violência tomasse conta de toda a área abrangida pelo determinado bairro.

Já ao final dos anos 90 o bairro Bom Jardim passa a pertencer nas páginas dos jornais como um dos mais violentos da capital, com um elevado índice de mortalidade de jovens. Várias ações são prometidas, porém não há eficácia concreta nos resultados, fator que faz com que o bairro permaneça marcado pela característica de ser um bairro com alto índice de violência.

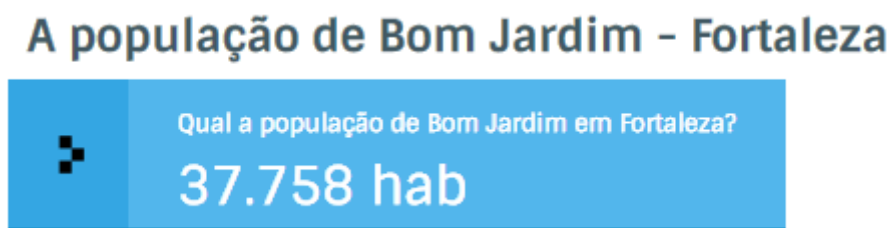
Com isso, alguns projetos foram criados para tentar solucionar o problema da violência no bairro, buscando mudar essa pesadosa realidade. Até meados de 2010 foram realizados os seguintes projetos: Mulheres da Paz, Projeto Trilhos Urbanos, Dança para a Vida, Música Tocando a Vida, Cultura Tradicional Popular (Maracatu Estrela Bela), Teatro Vivo, Capacidade de Jovens Mulheres. Espera-se que aos poucos essa realidade venha sendo mudada e que a tranquilidade retorne aos moradores do





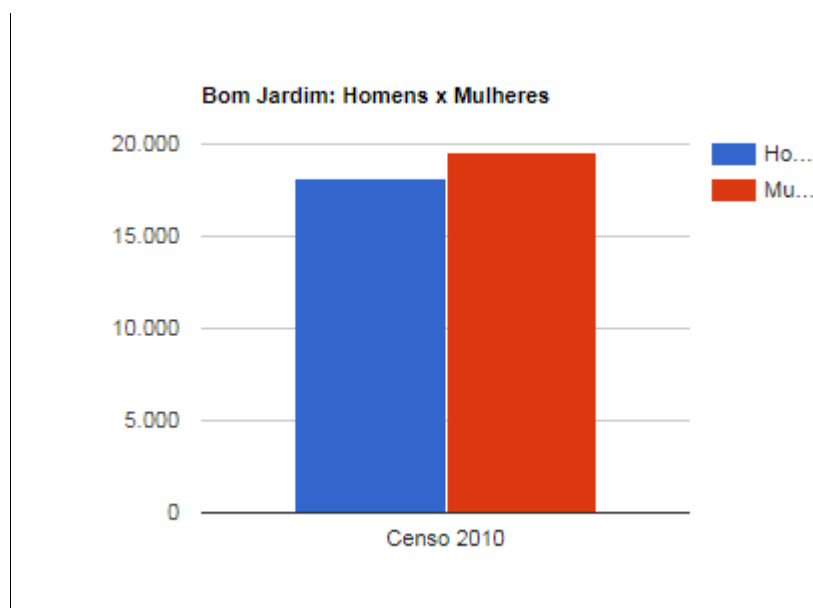
referido bairro. Abaixo listamos algumas informações a respeito da população Bairro Bom Jardim com base no último Censo 2010:

*Figura 1: A população de Bom Jardim*



Fonte: [http://populacao.net.br/populacao-bom-jardim\\_fortaleza\\_ce.html](http://populacao.net.br/populacao-bom-jardim_fortaleza_ce.html). Acesso: 11/01/18

*Figura 2: Bom Jardim Homem X Mulheres*



Fonte: [http://populacao.net.br/populacao-bom-jardim\\_fortaleza\\_ce.html](http://populacao.net.br/populacao-bom-jardim_fortaleza_ce.html). Acesso: 11/01/18

Sendo assim, no bairro existem mais mulheres do que homens. Sendo a população composta de 51,85% de mulheres e 48,15% de homens.

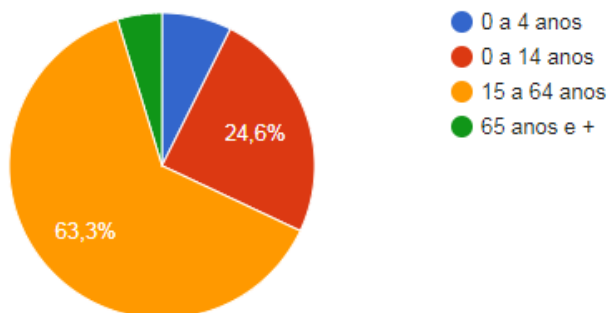
O gráfico a seguir demonstra a faixa etária da população residente por grupos:

37



*Figura 03: Bom Jardim Faixa Etária*

Bom Jardim: Faixa etária



Faixa Hetária	População	Porcentagem
0 a 4 anos	3021	8%
0 a 14 anos	10044	26,6%
15 a 64 anos	25826	68,4%
65 anos e +	1926	5,1%

\*Número aproximados devido cálculos de porcentagem

**Fonte:** [http://populacao.net.br/populacao-bom-jardim\\_fortaleza\\_ce.html](http://populacao.net.br/populacao-bom-jardim_fortaleza_ce.html). Acesso: 11/01/18

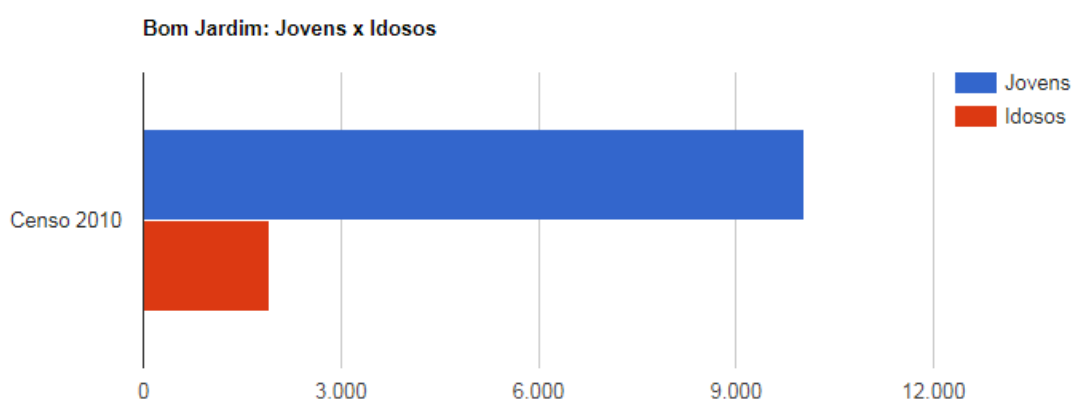
De acordo com o gráfico, a população entre 0 e 4 anos anos representa 8% do total, sendo em valor absoluto 3021 pessoas; A população entre 5 a 14 anos representa 26,6% da população, sendo 10044 pessoas; A população entre 15 a 64 anos representa 68,4%, sendo 25826 pessoas; A população de 65 anos e acima representa 5,1% da população, sendo 1926 pessoas.

## Jovens x Idosos



Comparação entre Jovens e Idosos. Entende-se por jovens a faixa etária de 0 a 14 anos e por idosos, pessoas com mais de 65 anos. No *Bom Jardim*, Fortaleza, existem mais jovens do que idosos. Sendo que a População é composta de 26,6% de Jovens e 5,1% de idosos.

*Figura 04: Bom Jardim Jovens X Idosos*



*Em Bom Jardim, Fortaleza, existem mais jovens do que idosos. Sendo a população composta de 26,6% de jovens e 5,1% de idosos.*

**Fonte:** [http://populacao.net.br/populacao-bom-jardim\\_fortaleza\\_ce.html](http://populacao.net.br/populacao-bom-jardim_fortaleza_ce.html). Acesso: 11/01/18

A figura a seguir trás outros dados relevantes do bairro, obtidos pelo Censo IBGE 2010.

*Figura 05: Dados Gerais Bairro Bom Jardim*



## Dados tabulados sobre a População de Bom Jardim

Domicílios Particulares Permanentes	11.255
População Residente	37.758
População Homens	18.180
População Mulheres	19.578
Razão de Dependência Jovens	38.9%
Razão de Dependência Idosos	7.4%
Razão de Dependência Total	46.3%
Índice de Envelhecimento	19%
Razão de Masculino x Feminino	92.9%
Razão Crianças-Mulheres	29%
Média de moradores por Domicílios	3.6
Proporção de domicílios ocupados	93.1%
Proporção de domicílios não ocupados	6.9%

Fonte: [http://populacao.net.br/populacao-bom-jardim\\_fortaleza\\_ce.html](http://populacao.net.br/populacao-bom-jardim_fortaleza_ce.html). Acesso: 11/01/18

### 3.2 Serviços Públicos e Equipamentos Comunitários

#### 3.2.1 Serviços:

Com base nos dados obtidos através do documento publicado pelo Instituto de Pesquisa de Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) – Informe N° 44 de novembro de 2012 que retratou as condições domiciliares de Fortaleza por bairro, usando com fonte de dados o Censo de 2010, podemos traçar um panorama do Bairro Bom Jardim, destacando sua situação de Saneamento, relativo a:

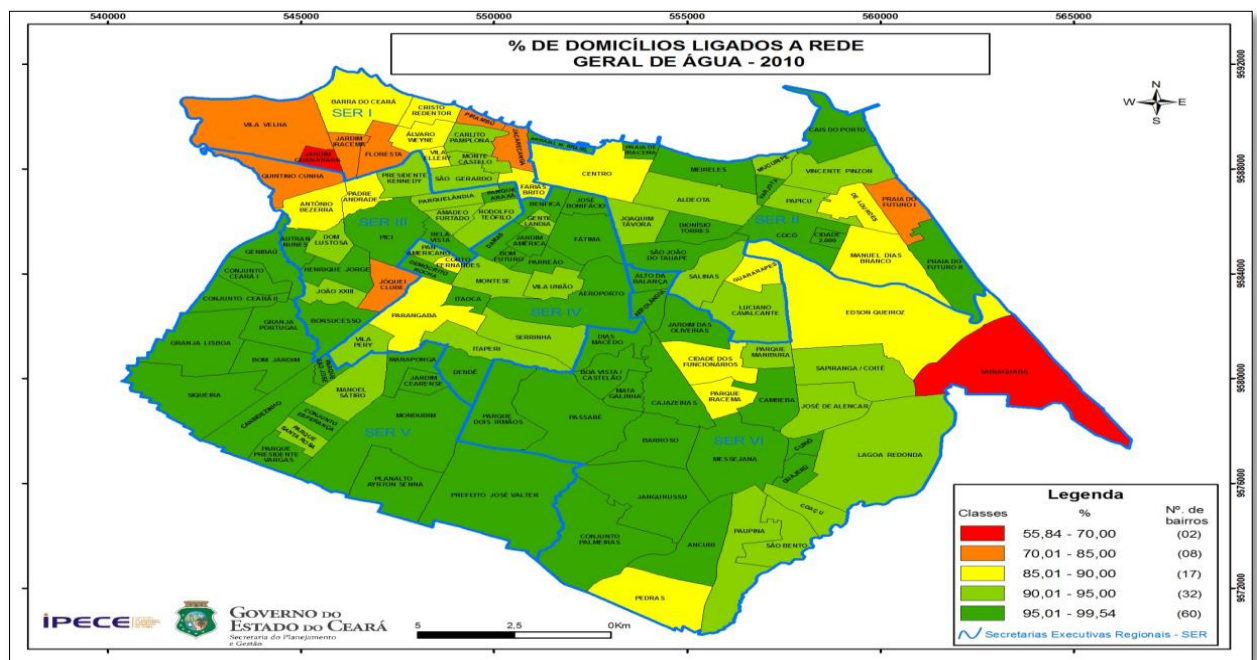
#### ● **Abastecimento de Água**

40



Com relação às residências ligadas a rede geral de abastecimento de água, Fortaleza possui um valor médio de 93,31%. Ressalta-se que este acesso é de imprescindível importância para a promoção da saúde e qualidade de vida da população, tendo em vista a grande quantidade de domicílios ainda sem acesso a esse fornecimento e que em muitos dos casos utiliza-se água não tratada inclusive para beber. Entretanto, o bairro Bom Jardim figura entre os bairros com percentual alto de acesso a esse serviço público se comparado aos demais bairros da capital, sendo 97,83% de seus domicílios ligados à rede geral de água. Se considerarmos os demais bairros da Regional V, Bom Jardim está entre os que detêm maiores proporções de acesso à rede de água, conforme é possível perceber no mapa a seguir:

**Mapa 04: Domicílios ligados a Rede Geral de Água**



Porcentagem de domicílios ligados à rede geral de água, segundo bairros de Fortaleza - 2010. (**Fonte dos dados:** Censo Demográfico do IBGE, 2010, dados preliminares. INFORME 44: Perfil Municipal de Fortaleza. Tema IX: As condições domiciliares dos bairros. Elaboração: IPECE). Acesso em: 07/07/17.

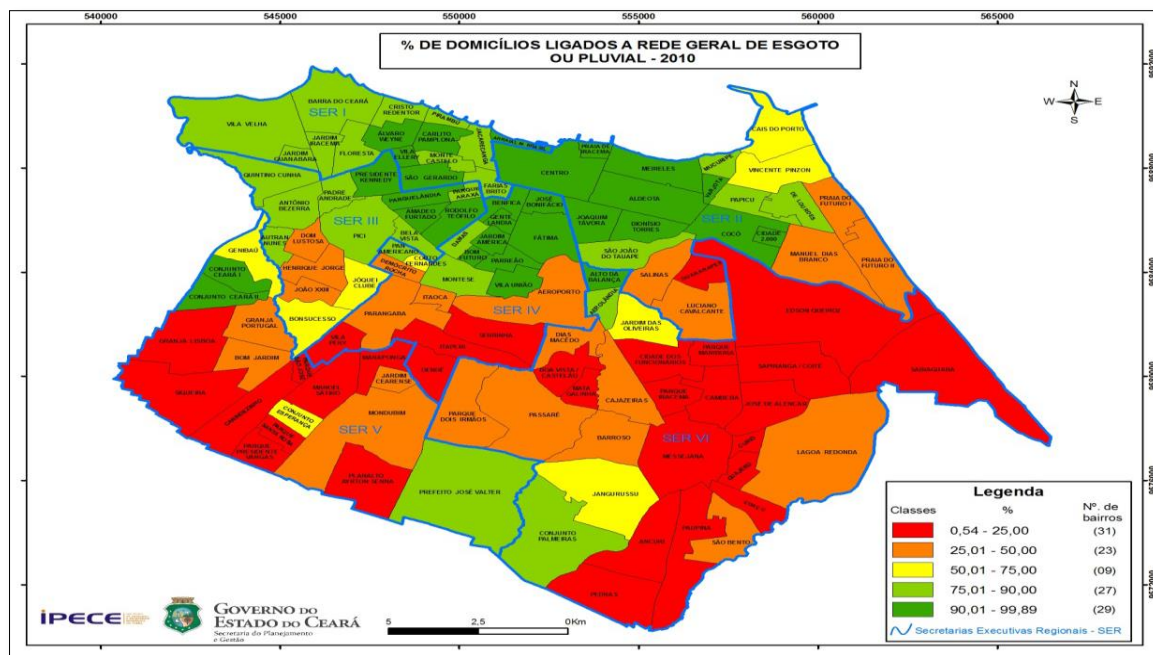
● **Esgotamento Sanitário**



Concernente à disponibilidade de acesso ao serviço de esgotamento sanitário, em 2010 Fortaleza registrou um valor de 59,56% dos domicílios com este serviço disponível, entretanto, existe uma significativa desigualdade na oferta deste na capital, sendo possível verificar que maioria dos bairros situados nas SER I, II e III possui boa parcela dos domicílios contando com este serviço urbano e em contrapartida, os bairros da SER V e VI são os mais carentes em relação a políticas públicas de esgotamento sanitário. Apesar dos avanços ocorridos na proporção de domicílios ligados a rede geral de esgoto ou pluvial em Fortaleza, conclui-se que a taxa de cobertura de esgotamento sanitário ainda é baixa e desigual na capital, necessitando de mais políticas de expansão da rede de coleta de esgotos na cidade no intuito de aumentar o percentual de cobertura, trazendo, desta forma, benefícios para a população em diversas áreas, como, por exemplo, na saúde, saneamento e meio-ambiente. Particularmente no bairro Bom Jardim, a situação de acesso a estes serviços encontra-se num limiar mediano, pois apenas 41,04% de seus domicílios estão ligados à rede geral de esgoto, conforme revela o mapa a seguir:

*Mapa 05: Domicílios Ligados à Rede Geral de Esgoto*



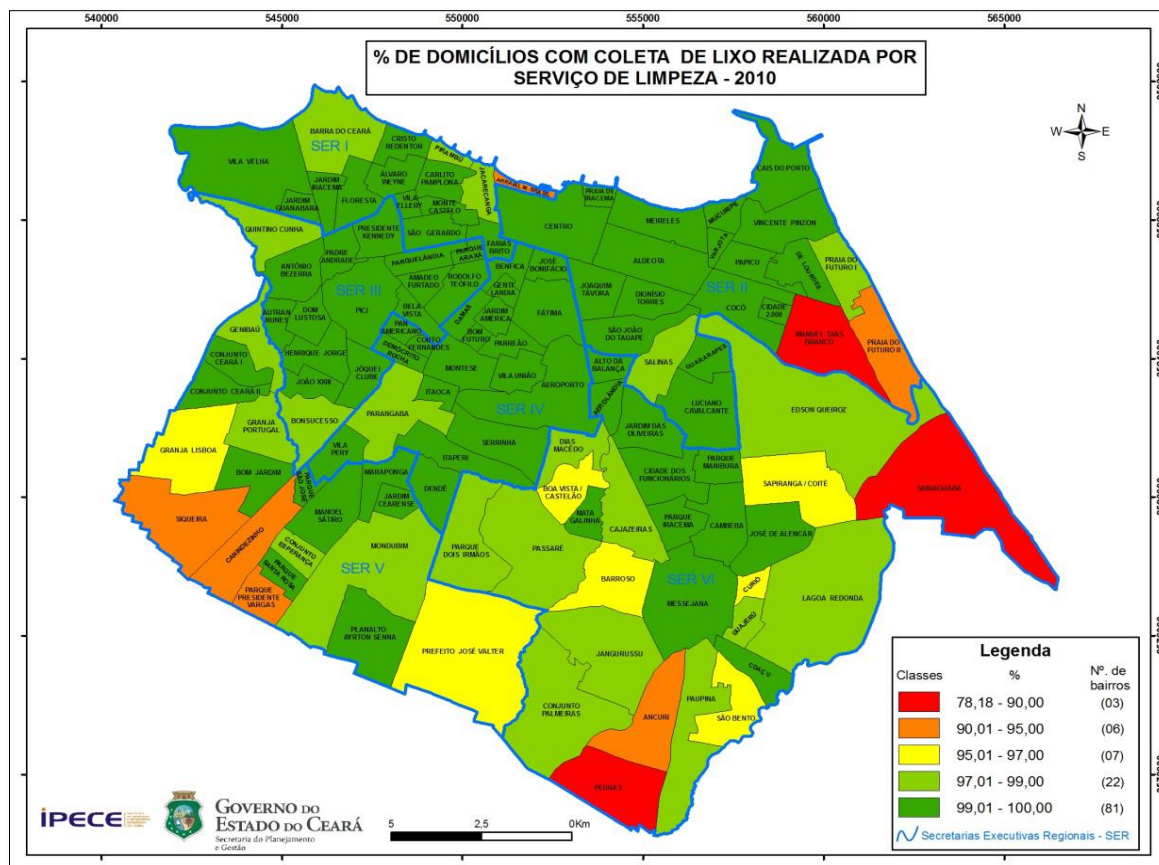


Porcentagem de domicílios ligados à rede geral de esgoto, segundo bairros de Fortaleza - 2010. (**Fonte dos dados:** Censo Demográfico do IBGE, 2010, dados preliminares. INFORME 44: Perfil Municipal de Fortaleza. Tema IX: As condições domiciliares dos bairros. Elaboração: IPECE). Acesso em: 07/07/17.

### • Coleta de Lixo

Fortaleza caminha para a universalização na oferta de coleta de lixo, possuindo um percentual de 98,75% das residências cobertas por esse serviço. A coleta de lixo dos domicílios ocasiona impactos positivos na minimização de problemas na área ambiental e de saúde pública, melhorando conseqüentemente a qualidade de vida da população. O Bairro Bom Jardim também neste aspecto figura entre os bairros como melhor índice de acesso a este serviço, atingindo o mesmo 99,47% dos domicílios, conforme é possível observar no mapa abaixo:

**Mapa 06: Domicílios com Coleta de Lixo Realizada por Serviços de Limpeza**



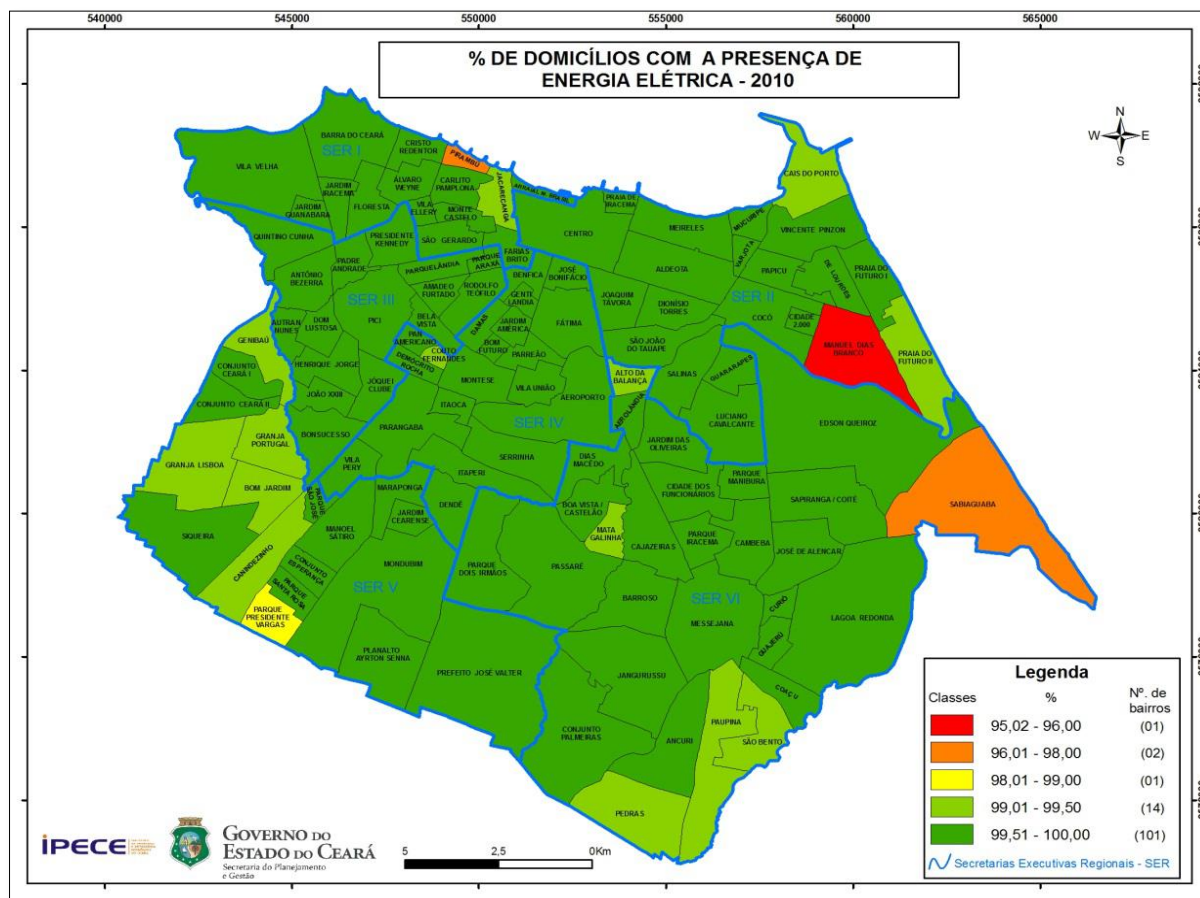
Porcentagem de domicílios com coleta de lixo realizada por serviço de limpeza segundo bairros de Fortaleza - 2010. (Fonte dos dados: Censo Demográfico do IBGE, 2010, dados preliminares. INFORME 44: Perfil Municipal de Fortaleza. Tema IX: As condições domiciliares dos bairros. Elaboração: IPECE). Acesso em: 07/07/17

### • Energia Elétrica

Fortaleza também caminha rumo à universalização de acesso ao serviço de energia elétrica estando disponibilizado para 99,70% das residências. O bairro Bom Jardim possui um percentual similar de acesso sendo de 99,46% de domicílios ligados a rede de energia elétrica, não figurando nesse percentual a proporção de ligações oficiais versus ligações clandestinas. O mapa a seguir exhibe a distribuição territorial do indicador da proporção de domicílios com a presença de energia elétrica em nível de bairros, podendo-se identificar os bairros com os menores percentuais.



*Mapa 07: Domicílios com a Presença de Energia Elétrica*



Porcentagem de domicílios ligados com existência de energia elétrica segundo bairros de Fortaleza - 2010. (Fonte dos dados: Censo Demográfico do IBGE, 2010, dados preliminares. INFORME 44: Perfil Municipal de Fortaleza. Tema IX: As condições domiciliares dos bairros. Elaboração: IPECE). Acesso em: 07/07/17.

• **Transporte Público**

O transporte realizado por ônibus em Fortaleza é operacionalizado pelo Sistema Integrado de Transportes (SIT-FOR). Suas operações foram iniciadas em 1992 a partir da inauguração de dois terminais: Messejana e Antônio Bezerra. A partir do ano de 2006 o SITFOR passou a ser regulamentado pela Empresa de Transporte Urbano de



Fortaleza - ETUFOR, momento em que a gestão de transportes do município permaneceu totalmente pública.

O sistema proporciona ao usuário a opção de deslocamento através da integração física e tarifária em terminais de integração. A rede de linhas do SIT-FOR é baseada em dois tipos: as que fazem a integração bairro-terminal, as que integram o terminal ao Centro da cidade ou ainda a outro terminal.

Atualmente mais de 1 milhão de passageiros por dia utilizam o SITFOR, que trabalha com 263 linhas de ônibus regulares, incluindo 22 "corujões". Fortaleza possui 7 terminais integrados (Antônio Bezerra, Papicu, Parangaba, Lagoa, Siqueira, Messejana e Conjunto Ceará) e 2 terminais abertos (Coração de Jesus e Praça da Estação). Cerca de 850 mil passageiros por dia utilizam os terminais fechados, através de 218 linhas de ônibus regulares (157 ligadas aos terminais integrados e 61 não integradas). São 25 empresas operantes com uma frota de 1.776 ônibus, além do transporte complementar de vans, táxi e moto táxi.

Desde 2014, a população de Fortaleza possui o benefício da integração temporal através do Bilhete Único Fortaleza, sendo esse o atual modelo de integração utilizado no transporte coletivo da capital cearense. Com ele é possível pegar quantos ônibus quiser, no período de duas horas, em qualquer sentido, pagando apenas uma passagem ou meia passagem, no caso dos estudantes.

Com o Bilhete Único o passageiro fica livre para fazer o embarque e desembarque na parada em que desejar, sem ter a obrigatoriedade de passar por um terminal. Essa vantagem reduz o tempo de viagem, uma vez que o cidadão poderá fazer a integração em cerca de 5 mil pontos espalhados na cidade.

As linhas de ônibus que trafegam próximo ao terreno onde está localizado o empreendimento são:

### **Linhas de ônibus**





Nº	Linha	Itinerário
01	036 – Conjunto Ceará / Papicu / Montese (Corujão)	Terminal Conj. Ceará – Terminal Papicu
02	037 – Conjunto Ceará / Aldeota (Corujão)	Terminal Conj. Ceará – Terminal Papicu
03	043 – Conjunto Ceará / Lagoa / Fernandes Távora	Terminal Conj. Ceará – Terminal Lagoa
04	045 – Conjunto Ceará / Papicu / Montese	Terminal Conj. Ceará – Terminal Papicu
05	046 - Conjunto Ceará (Corujão)	Terminal Conj. Ceará – Centro
06	063 – Bom Jardim (Corujão)	Bom Jardim - Centro
07	076 – Conjunto Ceará / Aldeota	Terminal Conj. Ceará – Terminal Papicu
08	081 - Conjunto Ceará / Antônio Bezerra II	Terminal Conj. Ceará – Terminal Antônio Bezerra
09	083 - Conjunto Ceará / Lagoa / Augusto dos Anjos	Terminal Conj. Ceará – Terminal Lagoa
10	096 - Conjunto Ceará / Barão de Studart	Terminal Conj. Ceará – Aldeota
11	322 – Granja Portugal / Lagoa	Terminal Conj. Ceará – Terminal Lagoa
12	324 – 1a. etapa	Conj. Ceará – Terminal Conj. Ceará
13	327 – 4a. etapa	Conj. Ceará – Terminal Conj. Ceará
14	333 – Bom Jardim / Centro / Expresso	Bom Jardim - Centro
15	335 – Bom Jardim I	Bom Jardim – Terminal Siqueira
16	336 – Parque Santa Cecília I	Santa Cecília – Terminal

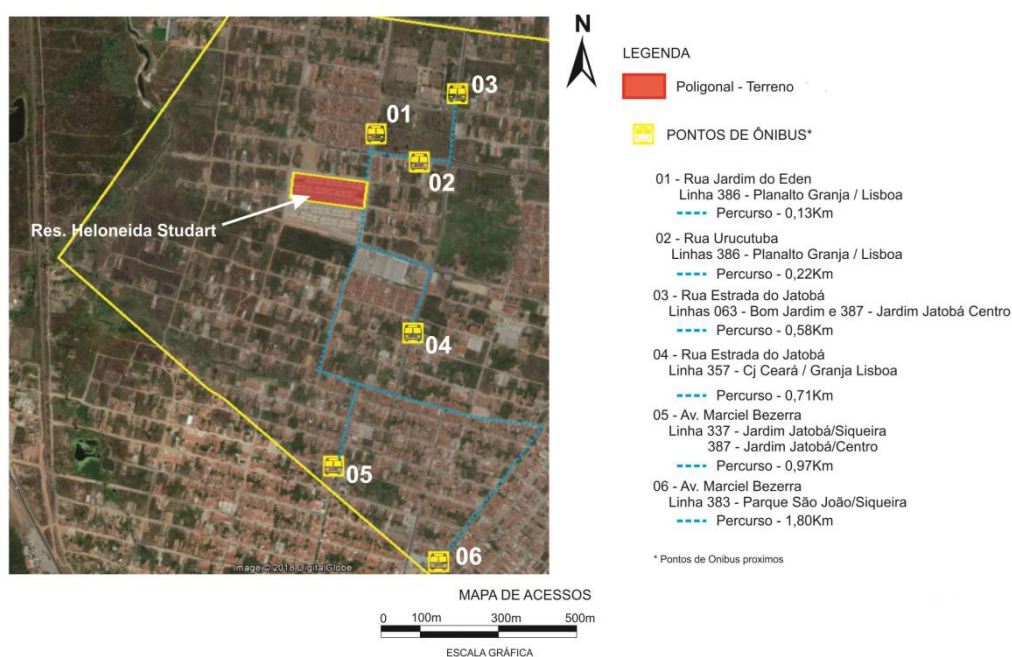


		Siqueira
17	337 – Jardim Jatobá / Siqueira I	Jardim Jatobá – Terminal Siqueira
18	341 - Conjunto Ceará I	Terminal Conj. Ceará – Centro
19	342 – Parque São Vicente	Parque São Vicente – Terminal Siqueira
20	343 - Conjunto Ceará II	Terminal Conj. Ceará – Centro
21	345 - Conjunto Ceará / Siqueira	Terminal Conj. Ceará – Terminal Siqueira
22	357 - Conjunto Ceará / Granja Lisboa	Granja Lisboa - Terminal Conj. Ceará
23	366 – Bom Jardim II	Bom Jardim – Terminal Siqueira
24	367 - Conjunto Ceará / Bom Jardim / SP1	Bom Jardim – Terminal Siqueira
25	368 - Conjunto Ceará / Bom Jardim / SP2	Bom Jardim – Terminal Siqueira
26	376 – Parque Santa Cecília II	Parque Santa Cecília – Terminal do Siqueira
27	385 - Conjunto Ceará / Centro	Terminal Conj. Ceará - Centro
28	386 – Planalto Granja Lisboa	Granja Lisboa – Terminal do Siqueira
29	388 – Conjunto Tatu Mundé	Conj. Tatumundé – Terminal Siqueira
30	393 – Miguel Arraes / Siqueira	Jardim Jatobá – Terminal Siqueira
31	397 – Jardim Jatobá / Siqueira II	Jardim Jatobá – Terminal Siqueira
32	709 - Conjunto Ceará / Centro (STPC)	Terminal Conj. Ceará - Centro



33	710 - Conjunto Ceará / Bonsucesso / Centro (STPC)	Conj. Ceará - Centro
34	754 – Granja Lisboa / Goiabeiras (STPC)	Granja Lisboa - Goiabeiras

**Mapa 08: Linhas de Ônibus**



Fonte: Habitafor, 2018.

- Segurança Pública**

**5º Distrito Policial -**

Endereço: Avenida Júlio Braga c/ Osório de Paiva, 161, Parangaba - Fortaleza/CE

Fone: (0xx85) 3101.2948 / Fax: (0xx85) 3101.2949 CEP:60720-640

Email: 5dp@policiacivil.ce.gov.br

### 8º Distrito Policial

Endereço: Avenida João Araujo Lima, 561, José Walter - Fortaleza/CE

Fone: (0xx85) 3101.2950 / Fax: (0xx85) 3101.2951 CEP:60750-015

Email: [8dp@policiacivil.ce.gov.br](mailto:8dp@policiacivil.ce.gov.br)

### 12º Distrito Policial

Endereço: Rua 602, s/n - Conjunto Ceará - Fortaleza/CE

Fone: (0xx85) 3101.5666 / Fax: (0xx85) 3101.5665z CEP: 60531-510

Email: [12dp@policiacivil.ce.gov.br](mailto:12dp@policiacivil.ce.gov.br)

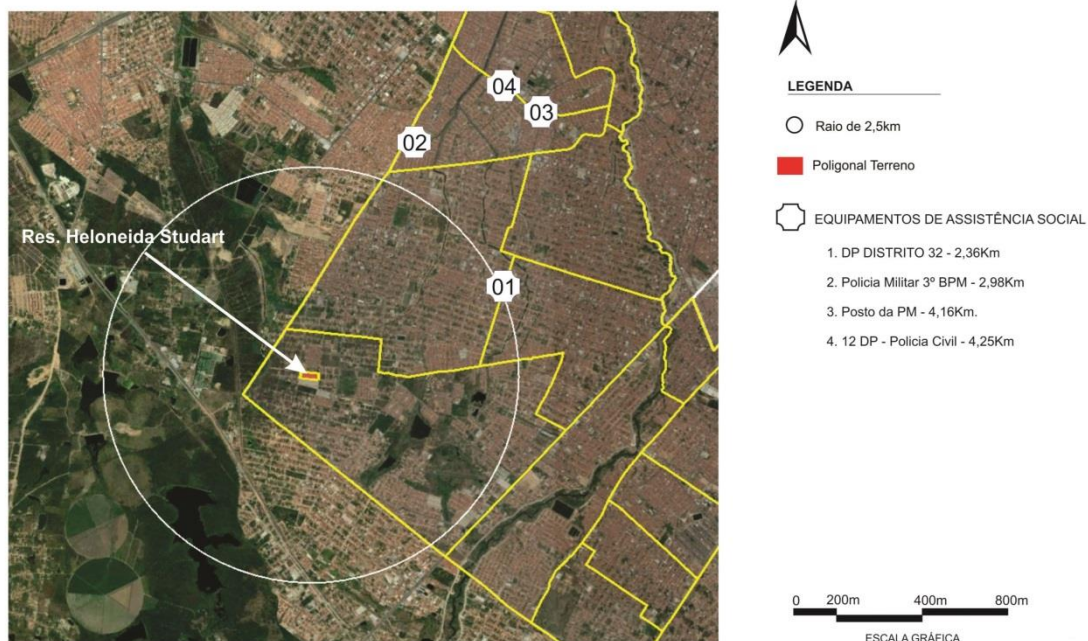
### 32º Distrito Policial

Endereço: Rua Lo 02 n° 40 – Granja Lisboa - Fortaleza/CE

Fone: (0xx85) 3101.6104 CEP:60540-280

Email: [32dp@policiacivil.ce.gov.br](mailto:32dp@policiacivil.ce.gov.br)

### Mapa 09: Equipamentos de Segurança Pública



Fonte: Habitafor, 2018.

50

- **Esporte e Lazer**

Segundo informou-nos a SECEL, o único equipamento esportivo e de lazer existente na área da Regional V que está sob sua jurisdição é o Estádio do / Bairro: Bom Jardim (Rua Guararema 1960 - / Bairro: Bom Jardim. Ainda segundo informações obtidas através da SER V verificou-se a existência dos seguintes equipamentos de esporte no perímetro de intervenção do empreendimento:

-Campo da Nereide

Endereço: Rua Barro Vermelho – Bom Jardim

-Campo da Piçarra

Endereço: Rua Guararema – Bom Jardim

-Campo do Internacional

Endereço: Rua Pato Branco – Bom Jardim

-Campo do Beira Rio

Endereço: Rua João XXII com Barro Vermelho – Bom Jardim

-Campo 07 de Setembro

Endereço: Rua Sargento Barbosa – Bom Jardim

-Campo do Cearazinho

Endereço: Rua Manoel Galdino com Rua Ari Maia – Bairro Bom Jardim

-Campo do Falmenguinho

Endereço: Rua Oscar Araripe – Bairro Bom Jardim

-Campo do Ceará

Endereço: Rua Xavier da Silveira – Bom Jardim

-Campo do Brasilzinho

Endereço: Rua Xavier da Silveira – Bom Jardim

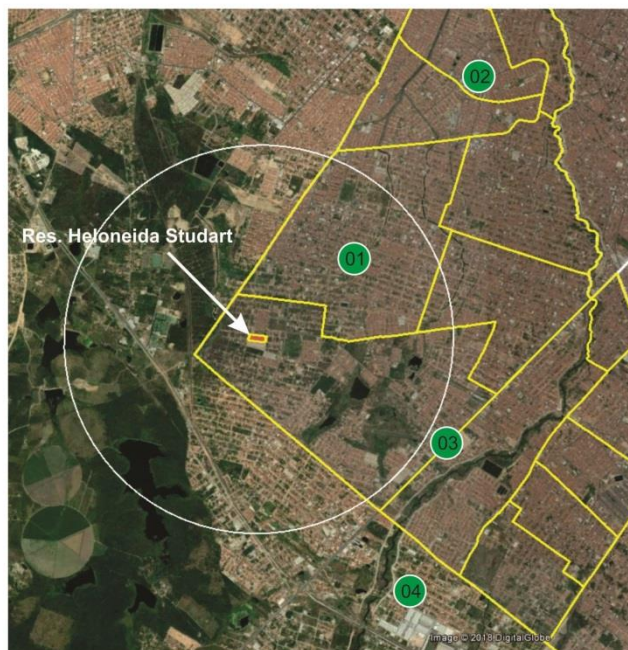
-Estádio do Bairro Bom Jardim

Endereço: Rua Guararema – Bom Jardim





**Mapa 10: Equipamentos de Esporte e Lazer**



**LEGENDA**

○ Raio de 2,5km

■ Poligonal Terreno

● EQUIPAMENTOS DE ESPORTE E LAZER

1. Quadra Esportiva- 1,59Km
2. Polo de Lazer do Conjunto Ceará - 4,30Km
3. Vila Olimpica do Canindezinho - 2,73Km.
4. Centro Esportivo Renato Brasil - 3,73Km



**Fonte:** Habitafor, 2018.

- **Hospitais**

-Instituto de Saúde e Gestão Hospitalar ISGH (UPA Conjunto Ceará): Rua 860 S/N – 3ª Etapa Conjunto Ceará;

-Instituto de Saúde e Gestão Hospitalar ISGH (UPA Canindezinho): Rua 15, S/N – Planalto Vitorio;

-Unidade Básica de Saúde C.S. Guarani Mont'Alverne: Rua Geraldo Barbosa, 3230 – Granja Lisboa;

-Unidade Básica de Saúde Dom Lustosa: Avenida A, S/N – Granja Lisboa;

-Unidade Básica de Saúde parque São José: Rua Desembargador Frota, S/N – Parque São José.



- **Correios**

Agência: Avenida B, 711 – Conjunto Ceará

- **Igrejas**

-Paróquia Santa Cecília: Rua Douro Fernando Augusto, 2000 – Granja Lisboa, Fortaleza – CE;

- Igreja São João Batista – Santo Amaro: Rua A – Bom Jardim, Fortaleza – CE;

-Igreja Cristã Gileade: Rua Oscar França, 1318-1340 – Bom Jardim, Fortaleza – CE;

-Primeira Igreja Batista Bom Jardim: Rua José Martins, 1183 – Bom Jardim, Fortaleza – CE;

-Igreja Presbiteriana Renovada do Bom Jardim: Rua Mirtes Cordeiro, 899 – Bom Jardim, Fortaleza – CE;

-Assembleia de Deus Templo Central Bom Jardim: Rua Oscar França, 697 – Bom Jardim, Fortaleza – CE;

-Assembleia de Deus Templo Central Itu Bom Jardim: Rua Itu, 891 – Bom Jardim, Fortaleza – CE;

-Igreja Cristã Gileade – Parque Santo Amaro: Rua Nova Conquista – Bom Jardim, Fortaleza – CE;

-Assembleia de Deus Canaã: Rua Edson Martins, 1264 – Bom Jardim, Fortaleza – CE;

-Igreja do Evangelho Quadrangular: Rua Geraldo Barbosa, 2011 – Bom Jardim, Fortaleza – CE;

-Igreja Universal do Reino de Deus: Avenida Oscar Araripe, 181 – Bom Jardim, Fortaleza – CE;

-Igreja do Evangelho Quadrangular (Santo Amaro): Rua Geraldo Barbosa – Bom Jardim, Fortaleza – CE;

-Igreja do Evangelho Quadrangular Siqueira: Avenida Oscar Araripe, 569 – Bom Jardim, Fortaleza – CE.

- **Pavimentação de ruas**

As ruas do bairro são eminentemente asfaltadas.

- **Instituição Financeira**

- Caixa Econômica Federal: Avenida H, 901 – Conjunto Ceará;
- Bradesco Dia & Noite: Rua Cônego de Castro, 3918 – Vila Peri;
- CrediAmigo Banco do Nordeste: Avenida A, 1170 – Conjunto Ceará, Fortaleza – CE;
- Bradesco S.A: Avenida A, 1008 – Conjunto Ceará, Fortaleza – CE;
- Banco do Brasil – Agência Osório de Paiva, 1371 – Parangaba, Fortaleza – CE;
- Itaú: Rua Sete de Setembro, 32 – Parangaba, Fortaleza – CE
- Caixa Econômica Federal: Rua Sete de Setembro, 132 – Parangaba, Fortaleza - CE

- **Rede Telefônica**

Todas as empresas que fornecem serviços telefônicos (fixo e móvel) no Município apresentam área de cobertura no bairro Bom Jardim.

### 3.2.2 Equipamentos Comunitários:

A região onde se situa o Residencial Heloneida Studart está localizada em uma área cujo acesso aos serviços essenciais de educação, saúde, esporte, lazer, transporte, entre outros se encontram dentro do perímetro estabelecido por Lei. Após levantamento atualizado solicitado junto às respectivas secretarias responsáveis, em Junho de 2018, elenca-se a seguir os equipamentos existentes no entorno do Residencial com suas respectivas capacidades de atendimento e distancias do empreendimento.





- **Educação**

A região possui: 12 CEI'S, 2 Creches, 10 Escolas de Ensino Infantil e Fundamental, 3 Escolas de Ensino Fundamental e 3 Escolas de Ensino Fundamental e Médio. Mais detalhes sobre as mesmas podem ser observados na tabela a seguir:

**Tabela 34: Equipamentos de Educação**

TIPO	NOME	ENDEREÇO	DISTÂNCIA (KM)	VAGAS			
				PRE-ESCOLA	FUND. I	FUND. II	EJA
CEI	CEI PROFESSORA ANTONIA MARIA DE LIMA	RUA GERALDO BARBOSA, 3923	1,8	1	-	-	-
CEI	CEI JOÃO MENDES DE ANDRADE	RUA DESCARTES BRAGA, 4222	1,2	0	-	-	-
CEI	CEI CHICO ANYSIO	RUA ALVES BEZERRA, 739	2,1	7	-	-	-
CEI	CEI MANOEL MALVEIRA MAIA	RUA XAVIER DA SILVEIRA, S/N	1,5	-	-	-	-
CEI	CEI MARIA DOLORES PETROLA DE MELO JORGE	RUA PAULINO ROCHA, 1000	2,1	0	-	-	-
CEI	CEI PROFESSOR JOSÉ CÍRIO PEREIRA FILHO	RUA RUBI, S/N	0,9	0	-	-	-
CEI	CEI RACHEL VIANA MARTINS	RUA TUCUNDUBA, 2703	1,03	0	-	-	-
CEI	CEI RAIMUNDO MOREIRA SENA	RUA A, S/N	1,9	0	-	-	-
CEI	CEI NOGUEIRA	RUA P, S/N (LOT. PARAÍSO VERDE)	1,6	10	-	-	-
CEI	CEI MARIA DOLORES PETROLA DE MELO JORGE UNID II	RUA SARGENTO BARBOSA, S/N	2,2	5	-	-	-



CEI	CEI PROFESSOR AGOSTINHO GÓSSON	RUA H, S/N ( CONJ. NOVA RESIDÊNCIA)	1,9	-	-	-	-
CEI	CEI FRANCISCA DE ABREU LIMA	RUA C, S/N (LOTEAMENTO SIQUEIRA II)	2,2	4	-	-	-
CRECHE	CRECHE NOVO MUNDO PIONEIRO	RUA 02, S/N	0,2	-	-	-	-
CRECHE	CRECHE ESPAÇO DA CRIANÇA	RUA BOM JESUS, 2695	1,8	-	-	-	-
EI / EF	ESCOLA MUNICIPAL JOÃO MENDES DE ANDRADE EI / EF	RUA B, 1366, CONJUNTO PALMARES	1,2	-	12	41	42
EI / EF	ESCOLA MUNICIPAL RACHEL VIANA MARTINS EI / EF	RUA TUCUNDUBA, 2703	1,07	0	3	48	-
EI / EF	ESCOLA MUNICIPAL HERBERT DE SOUSA EI / EF	RUA URUCUTUBA, 1599	2,5	0	9	-	-
EI / EF	ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR JOSÉ CÍRIO PEREIRA FILHO EI / EF	RUA QUARTZO ROSA, 100	0,9	3	26	-	-
EI / EF	ESCOLA MUNICIPAL MANOEL MALVEIRA MAIA EI / EF	RUA MANOEL GALDINO, S/N	1,5	19	46	-	-
EI / EF	ESCOLA MUNICIPAL RAIMUNDO MOREIRA SENA EI / EF	RUA G, S/N	1,9	3	24	-	-
EI / EF	ESCOLA MUNICIPAL ULYSSES GUIMARÃES EI / EF	RUA TENENTE FRANCISCO PAIVA, 1350	1,8	0	5	-	-
EI / EF	ESCOLA MUNICIPAL MARIA DOLORES PETROLA DE MELO JORGE EI / EF	RUA PAULINO ROCHA, 1000	2,1	0	17	-	-



EI / EF	ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR EDILSON BRASIL SOÁREZ EI / EF	AV. I, S/N, CONJUNTO TATUMUNDÉ	1,7	1	12	7	0
EI / EF	ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA ANTÔNIA MARIA DE LIMA EI / EF	RUA SARGENTO JOÃO PINHEIRO, 2601	1,2	2	6	-	-
EF	ESCOLA MUNICIPAL DOM ANTÔNIO DE ALMEIDA LUSTOSA EF	RUA GERALDO BARBOSA, 3901	-	-	-	0	-
EF	ESCOLA MUNICIPAL SECRETÁRIO ESCOLAR FRANCISCO DE ASSIS MOREL FERNANDES EF	RUA COSTA DO SOL, 1061	2,3	-	15	19	-
EF	ESCOLA MUNICIPAL PROFESSOR ALEXANDRE RODRIGUES DE ALBUQUERQUE EF	RUA ALVES BEZERRA, S/N	2,1	-	-	10	-
EF / EM	EEFM POETA PATATIVA DO ASSARÉ	RUA DESCARTES BRAGA, 3185 - GRANJA PORTUGAL	1,76	-	-	-	-
EF / EM	EEFM PAULO ELPÍDIO	RUA PROFESSOR MANUEL DE CASTRO, 1202 - SIQUEIRA	0,69	-	-	-	-
EF / EM	EEFM MICHELSON NOBRE DA SILVA	RUA OSCAR ARARIPE, 3359 - GRANJA PORTUGAL	2,12	-	-	-	-

Fonte: DADOS GERENCIAIS SGE/SME (11/07/2018)

Além das escolas que já se encontram em funcionamento, a Secretaria Municipal de Educação – SME através do Sistema de Gestão Educacional – SGE aponta ainda 4 (quatro) Escolas Municipais de Tempo Integral – ETI's que possuem projetos em execução e/ou com previsão de início próximo (2019 e 2020).

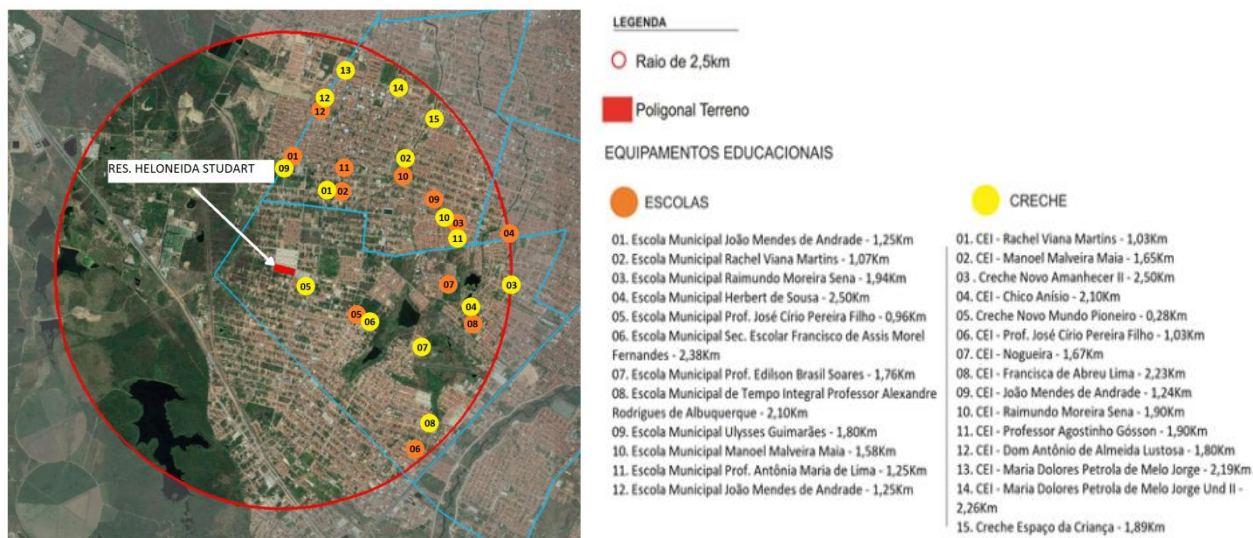


PREVISÃO DE CONSTRUÇÃO - ESCOLA TEMPO INTEGRAL		
1	ETI GRANJA LISBOA - RUA XAVIER DA SILVEIRA, PRÓXIMO A RUA GUARAREMA ;	PREVISÃO 2019
2	ETI GRANJA LISBOA - RUA GUARAREMA, ESQUINA COM A RUA MIRTES CORDEIRO;	PREVISÃO 2020
3	ETI SIQUEIRA - RUA ENG. LUIS MONTENEGRO;	AGUARDANDO ORDEM DE SERVIÇO
4	ETI SIQUEIRA - RUA P, S/N (LOT. PARAÍSO VERDE) – TEBAS.	EM EXECUÇÃO

Fonte: DADOS GERENCIAIS SGE/SME (11/07/2018)

O mapa a seguir identifica o empreendimento e situa os respectivos equipamentos de educação existentes na região:

*Mapa 11: Localização dos Equipamentos de Educação*



Fonte: Habitafor, 2018.



- **Saúde**

Na área de abrangência do Residencial Heloneida Studart os equipamentos de saúde já existentes estão listados na tabela abaixo:

*Tabela 35: Equipamentos de Saúde existentes na região do empreendimento*

<b>Tipo de Equipamento existente</b>	<b>Nome</b>	<b>Endereço</b>	<b>Capacidade de atendimento</b>	<b>Distância</b>
UPA BOM JARDIM	INSTITUTO DE SAUDE E GESTAO HOSPITALAR ISGH	Rua Sargento João Pinheiro S/N – Bom Jardim	Demanda por Territorialidade	4,79 Km
UPA CANINDEZINHO	INSTITUTO DE SAUDE E GESTAO HOSPITALAR ISGH	RUA 15 S/N – Planalto Vitorio	Demanda por Territorialidade	1,23 Km
UAPS	C.S. GUARANY MONT'ALVERNE	Rua Geraldo Barbosa, 3230 – Granja Lisboa	Excedida	1,96 Km
UAPS	Dom Antônio Almeida Lustosa	Rua Cel. João Correia S/N - Granja Lisboa	Excedida	1,80 Km
UAPS	Parque São José	R. Des.Frota, S/N – Parque São José	4.000 pessoas / mês	4,76 Km
UAPS	Dr João Barbosa Pires de Paula Pessoa	Rua Ribi S/N – Siqueira	4.000 pessoas / mês	1,03 Km
UAPS	Siqueira	Rua Eng. Luis Montenegro 485 – Siqueira	4.000 pessoas / mês	1,99 Km
UAPS	Dr Abner Cavalcante Brasil	Tv. Joana Batista, 471 – Siqueira	4.000 pessoas / mês	2,45 Km
Hospital	Hospital Distrital Nossa Senhora da Conceição	Rua 1018 n° 148 - Conjunto Ceará	Demanda por territorialidade	3,68Km

Fonte: SMS, 2018



Considerando os equipamentos elencados acima, informamos que a Unidade Atenção Primária à Saúde (UAPS) Dr. João Barbosa Pires de Paula Pessoa, localizada a 1,03 Km do empreendimento será a unidade de referência para atendimento das famílias que serão beneficiadas no Residencial Heloneida Studart. Existe hoje, na referida Unidade, uma capacidade de atender aproximadamente a mais 1.000 pessoas, com possibilidade de uma possível ampliação de Equipes de Saúde da Família, pois suas instalações físicas têm condições de agregar novas demandas. Além disso, as UPAS e o Hospital Nossa Senhora da Conceição deverão atuar ainda no atendimento desta população em situações de urgência e emergência.

**Mapa 12:** Equipamentos de Saúde existentes no entorno do empreendimento



Fonte: Habitafor, 2018.

- **Assistência Social**

A política de Assistência Social em Fortaleza é coordenada pela Secretaria Municipal do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate a Fome (SETRA), órgão da Prefeitura responsável pela implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), através dos serviços de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social - PNAS 2004:





A Proteção Social Básica (PSB) tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e fortalecer os vínculos familiares e comunitários e destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, ausência de renda e/ou fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social (discriminações etárias, étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras).

A Proteção Social Especial (PSE) é a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de violação de direitos, em nível pessoal e social, por abandono, maus tratos físicos e/ou psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras.

Os serviços da Proteção Social Básica são executados pelos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, por outras unidades de Assistência Social e, de forma indireta, através de entidades e organizações de assistência conveniadas à Prefeitura Municipal.

Os CRAS atuam com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando à orientação para o fortalecimento dos convívios Sócio Familiares e comunitários. Suas equipes, através do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif), executam serviços da Proteção Social Básica no âmbito municipal. Nas unidades, são realizadas atividades socioeducativas, acompanhamento social, oficinas de convivência, atividades lúdicas e culturais, campanhas educativas e preventivas, concessão de benefícios eventuais previstos em lei, entre outros serviços. É também nos CRAS que se organiza e se coordena a Rede de Serviços Sócio Assistenciais.

Considerando, segundo a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB/SUAS 2005), que Fortaleza tem responsabilidade de estruturar CRAS de acordo com o seu porte e em áreas de maior vulnerabilidade social, e, portanto, é uma metrópole, devendo contar com uma estrutura de 08 CRAS, no mínimo, para atender até 5.000 famílias, considerando que existem atualmente 26 CRAS no município distribuídos nas SER'S.

Os serviços da Proteção Social Especial são executados pelos Centros de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, dentre outros serviços como: Casas-Lares, Abrigos, Albergues e Casas de Passagem.

Os CREAS visam à orientação e o convívio Sócio Familiar e comunitário. Difere-se da proteção básica por se tratar de um atendimento dirigido às situações de violação de direitos.

Considerando, segundo NOB/SUAS 2005, que Fortaleza é uma metrópole, e, portanto, deve oferecer, aos usuários da assistência social, o acesso aos serviços de proteção social especial de maneira mais próxima dos territórios considerados de maior vulnerabilidade. Identificamos que existem 02 CRAS e 01 CREAS no território próximo ao empreendimento os quais são:

**Tabela 36:** Equipamentos de Assistência Social existentes no entorno do empreendimento

<b>Tipo de Equipamento existente</b>	<b>Nome</b>	<b>Endereço</b>	<b>Distância</b>	<b>Referência Prevista</b>	<b>Referência Atual</b>	<b>Vagas disponíveis</b>
Centros de Referência de Assistência Social	CRAS Granja Portugal	Rua Humberto Lomeu, nº1130, Granja Portugal	3,75 Km	Até 5.000 famílias	15.098 famílias	Não
Centros de Referência de Assistência Social	CRAS Bom Jardim	Rua João Correia, nº 2023, Granja Lisboa.	2,50 Km	Até 5.000 famílias	19.896 famílias	Não



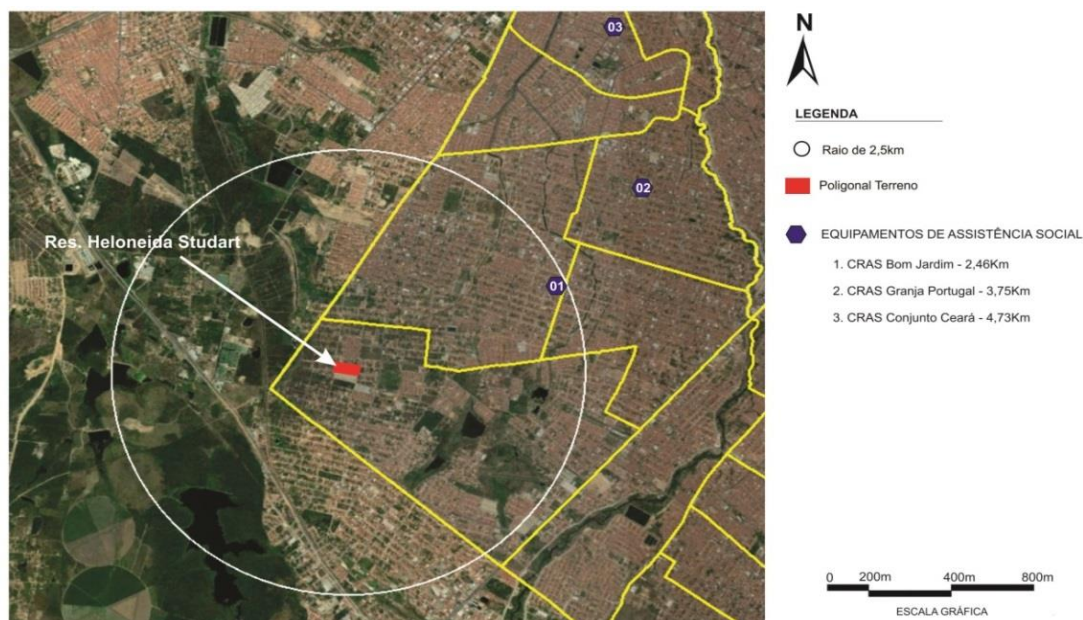


Centros de Referência de Assistência Social	CRAS Canindezinho	Rua José Maurício, nº 45, Canindezinho	2,40 Km	Até 5.000 famílias	16.283 famílias	Não
Centro de Referência Especializado de Assistência Social	CREAS Conjunto Ceará	Avenida Alanis Maria Laurindo de Oliveira, 461, Ceará I	4,73 Km	Demanda por Territorialidade	-	Sim

Fonte: SDHDS, 2018.

Segundo informações da Secretaria Municipal dos Direitos Humanos e Desenvolvimento Social (SDHDS), o CRAS do Bom Jardim não têm capacidade de atender as famílias mediante ampliação da oferta de salas e de equipes, mas se compromete em buscar a viabilização da edificação de um novo CRAS na maior proximidade possível do Residencial Heloneida Studart, seja em imóvel alugado ou mesmo a construção de novo equipamento em terreno público a ser cedido para tal fim.

**Mapa 13:** Equipamentos de Assistência Social no entorno do empreendimento



Fonte: Habitafor, 2018.



## 4 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

O Empreendimento Heloneida Studart está situado no Município de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará, a distancia do empreendimento para o Centro de Fortaleza é de 12,3 Km.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida comparativa usada para classificar os países pelo seu grau de "desenvolvimento humano" e para ajudar a classificar os países como desenvolvidos (desenvolvimento humano muito alto), em desenvolvimento (desenvolvimento humano médio e alto) e subdesenvolvidos (desenvolvimento humano baixo). A estatística é composta a partir de dados de expectativa de vida ao nascer, educação e PIB (PPC) per capita (como um indicador do padrão de vida) recolhidos em nível nacional, a escala vai de 0 a 1, quanto mais próximo de 1 mais desenvolvido é o país. O IDH do Município de Fortaleza é de 0,754.

- **Dados Econômicos e Sociais do Município de Fortaleza**

Produto Interno Bruto (PIB): R\$ 49,7 bilhões (ano de 2013)

Renda Per Capita: R\$ 19.494 (ano de 2013)

Principais Atividades Econômicas: turismo, comércio, indústria e serviços.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): 0,754 - alto (PNUD - 2010)

Esperança de vida ao nascer: 74,4 anos (2010)

Mortalidade infantil (antes de completar um ano): 15,8/por 1.000 nascidos vivos

- **Pontos Turísticos e Culturais do Município de Fortaleza**

- Praia do Meireles

- Parque do Cocó



- Lagoa da Messejana
- Farol do Mucuripe
- Escola de Música do Ancuri
- Beach Park (parque temático)
- Praia de Iracema
- Praia do Futuro
- Centro Cultural Dragão do Mar
- Praia da Barra do Ceará

- **Geografia do Município de Fortaleza**

Clima: tropical atlântico

Vegetação principal: Mata Atlântica

Rios Principais: rio Ceará e rio Cocó

Temperatura média anual: 26°C

Índice Pluviométrico (anual): 1600 mm

Biomias: Caatinga e Mata Atlântica

Por tratar-se de uma capital urbanizada, das atividades econômicas desenvolvidas na mesma se destacam algumas áreas: Serviços, Administração Pública e Comércio são os maiores geradores de vínculos formais na cidade, com 38,99%, 21,69% e 18,14% do total de empregos criados em 2010, respectivamente. Na Indústria de Transformação, destacaram-se as Indústrias Têxtil e de Alimentos e bebidas, enquanto que o Comércio Varejista foi o grande responsável pela geração de empregos no setor Comércio. Nos Serviços, o segmento Alojamento e comunicação (uma Proxy



para o desempenho do Turismo) e Administração Técnica Profissional foram os que mais se expandiram no período 2000-2010. Vale ressaltar o grande aumento dos postos de trabalhos relacionados ao setor Construção Civil (165,18%), passando de 21.945 para 58.194 mil, impulsionados pelas grandes obras públicas e imobiliárias que tem contemplado a cidade nos últimos anos.

O setor de Agricultura apresenta crescimento negativo de -43,32%, o que é plausível, já que Fortaleza têm 100 % de área urbana desde 2010. Ressalta-se ainda que no que se refere à Atividade Agrícola, ainda que reduzida no município, possui dentre os produtos mais cultivados arroz, feijão, mamona e milho.

As atividades de pecuária bovina apresentam alguma concentração nos pequenos e médios estabelecimentos – dos 2.382,5 mil bovinos, 1.240 mil encontravam-se em estabelecimentos de menos de 100 ha - e tinham como principal finalidade a produção de leite, consumida em torno de 50% no próprio estabelecimento. Já a pecuária bovina de corte no Estado foi desenvolvida de forma semi-extensiva. Destaca-se a criação de ovinos e caprinos, que juntos possuem um efetivo semelhante ao dos bovinos.



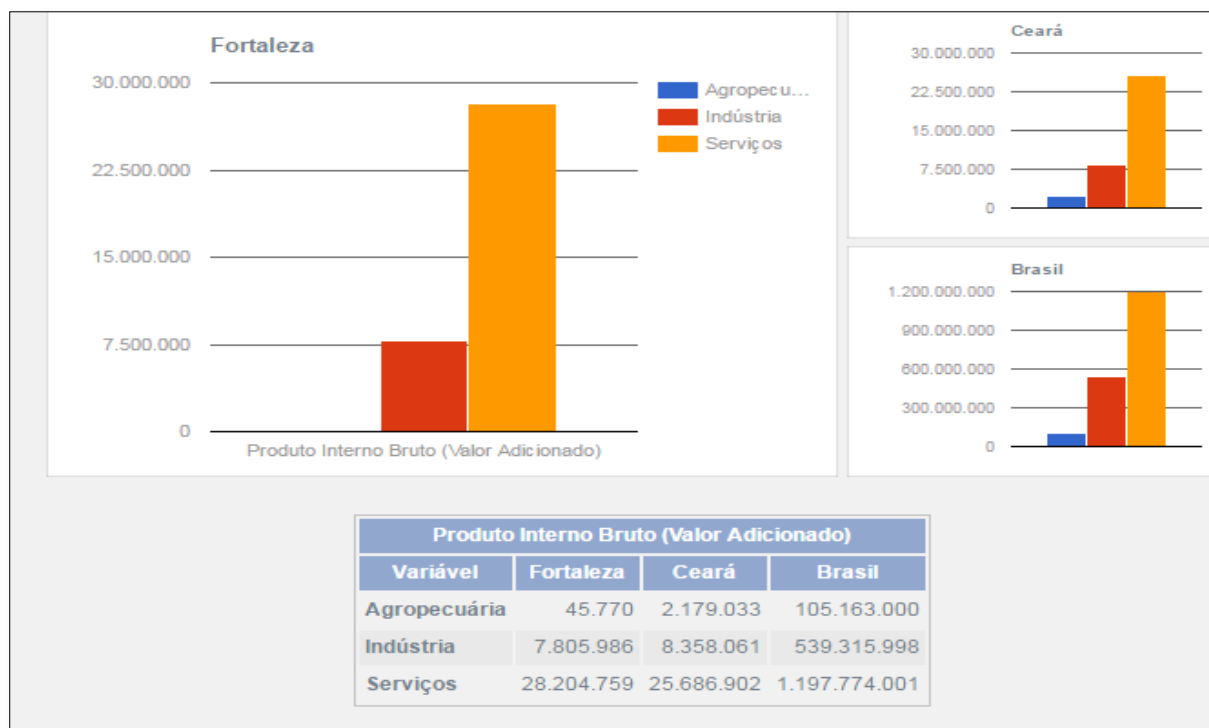
*Tabela 37: Evolução e Participação do Emprego Formal Por Setor e Subsetor de Atividade Econômica – Fortaleza – 2000/2010*

Discriminação	2000		2010		Variação Relativa (%)
	Nº	Part. (%)	Nº	Part. (%)	
<b>1. Extrativa Mineral</b>	<b>326</b>	<b>0,08</b>	<b>266</b>	<b>0,04</b>	<b>-18,40</b>
<b>2. Indústria de Transformação</b>	<b>65.101</b>	<b>15,73</b>	<b>88.583</b>	<b>12,21</b>	<b>36,07</b>
Prod. Mineral Não Metálico	1.195	0,29	1.319	0,18	10,38
Indústria Metalúrgica	3.846	0,93	3.427	0,47	-10,89
Indústria Mecânica	1.205	0,29	1.588	0,22	31,78
Elétrico e Comunic	989	0,24	1.423	0,20	43,88
Material de Transporte	553	0,13	1.944	0,27	251,54
Madeira e Mobiliário	2.095	0,51	2.757	0,38	31,60
Papel e Gráf	3.025	0,73	5.282	0,73	74,61
Borracha, Fumo, Couros	1.567	0,38	2.471	0,34	57,69
Indústria Química	3.037	0,73	4.145	0,57	36,48
Indústria Têxtil	30.729	7,42	42.518	5,86	38,36
Indústria Calçados	3.067	0,74	3.586	0,49	16,92
Alimentos e Bebidas	13.793	3,33	18.123	2,50	31,39
<b>3. Serviço Utilidade Pública</b>	<b>4.565</b>	<b>1,10</b>	<b>4.786</b>	<b>0,66</b>	<b>4,84</b>
<b>4. Construção Civil</b>	<b>21.945</b>	<b>5,30</b>	<b>58.194</b>	<b>8,02</b>	<b>165,18</b>
<b>5. Comércio</b>	<b>66.347</b>	<b>16,03</b>	<b>131.633</b>	<b>18,14</b>	<b>98,40</b>
Comércio Varejista	55.457	13,40	110.789	15,27	99,77
Comércio Atacadista	10.890	2,63	20.844	2,87	91,40
<b>6. Serviços</b>	<b>136.067</b>	<b>32,87</b>	<b>282.876</b>	<b>38,99</b>	<b>107,89</b>
Instituição Financeira	8.391	2,03	12.524	1,73	49,26
Adm Técnica Profissional	31.622	7,64	103.105	14,21	226,05
Transporte e Comunicações	21.293	5,14	30.593	4,22	43,68
Alojamento/Comunicação	40.633	9,82	81.276	11,20	100,02
Médicos Odontológicos Vet	15.461	3,74	20.577	2,84	33,09
Ensino	18.667	4,51	34.801	4,80	86,43
<b>7. Administração Pública</b>	<b>116.377</b>	<b>28,11</b>	<b>157.368</b>	<b>21,69</b>	<b>35,22</b>
<b>8. Agricultura</b>	<b>3.209</b>	<b>0,78</b>	<b>1.819</b>	<b>0,25</b>	<b>-43,32</b>
<b>Total</b>	<b>413.937</b>	<b>100</b>	<b>725.525</b>	<b>100,00</b>	<b>75,27</b>

Fonte: Rais, MTE, 2010.

Atualmente o setor de serviços é o que move a economia de Fortaleza, com uma participação de 77,78% do Produto Interno Bruto (PIB) municipal, sendo o comércio uma das principais atividades com maior participação na renda gerada pelo segmento. Podemos identificar o acima exposto no gráfico e tabela seguir:

Gráfico 01: PIB de Fortaleza por setor de influência econômica



Fonte: IPEA. Censo, 2010.

Também no período de 2006 a 2013 o fluxo turístico via Fortaleza saltou de 2,1 milhões de visitantes para 3,1 milhões, uma expansão de 52,3% no período, perfazendo uma média anual de 6,2%. Acompanhando o crescimento no número de visitantes, o nível de empregos nas atividades produtoras de bens e serviços de consumo turístico (em destaque para alojamento e alimentação) cresceu a uma média de 2,5% ao ano. No mesmo sentido seguiram o gasto médio realizado pelo turista e a receita dele decorrente que somou R\$ 5,5 bilhões em 2013, um crescimento de 120,2% quando comparado a 2006. No mesmo período, a demanda hoteleira de Fortaleza passou de 1,1 milhão para 1,7 milhão de hóspedes, uma variação de 59,3% entre 2006 e 2013. A oferta da rede hoteleira, medida pela capacidade instalada em termos de Uhs, aumentou 22,2%, alcançando a marca 29.694 unidades. Sua cadeia produtiva relacionada ao Turismo vem sendo revigorado tendo em vista o volume de inversões, a construção de diversos equipamentos modernos, tendo como destaque o Centro de Eventos na cidade de



Fortaleza, a duplicação e reforma da malha viária de estradas que dão acesso ao litoral cearense, da Arena Castelão e as obras, em andamento, como as do Aquário Ceará.

- **Existência de outros empreendimentos habitacionais de interesse social nas proximidades do empreendimento.**

### **Residencial Independência I**

Endereço: Rua Guararema, nº 401 – Granja Lisboa.

Programa: MCMV - FAR

Nº de Unidades: 168

Data de Conclusão: 2012

### **Residencial Independência II**

Endereço: Rua 23 de Julho, 3.100 – Granja Lisboa.

Programa: MCMV - FAR

Nº de Unidades: 240

Data de Conclusão: 2014

### **Residencial Parque Granja Lisboa**

Endereço: Rua Cel. Fabriciano, Parque Granja Lisboa

Programa: MCMV - FAR

Nº de Unidades: 1568

Previsão de entrega: 2017

### **Conjunto: Tatumundé**

Endereço: Av. I, s/n, Quadra A (próximo a Av. Urucutuba) – Bairro Bom Jardim



---

Programa: Prefeitura Municipal de Fortaleza (Orçamento Geral da União)

Nº de Unidades: 578

Data de Conclusão: 2001

**Conjunto: Residencial Miguel Arraes**

Endereço: Av. Urucutuba, s/n, bairro: Jardim Jatobá

Programa: Projeto do Rio Maranguapinho, executado pelo Governo do Estado.

Nº de Unidades: 1.212 unidades

Data de Conclusão: Setembro de 2012

**Conjunto: Residencial Leonel Brizola**

Endereço: Rua Oscar Araripe, s/n - Siqueira

Programa: Projeto do Rio Maranguapinho, executado pelo Governo do Estado.

Nº de Unidades: 576 unidades

Data de Conclusão: Abril de 2011

**Conjunto: Residencial Rachel de Queiroz**

Endereço: Av. Urucutuba, s/n, bairro: Jardim Jatobá

Programa: Projeto do Rio Maranguapinho, executado pelo Governo do Estado.

Nº de Unidades: 324 unidades

Data de Conclusão: Junho de 2012.





- **Vulnerabilidades e Risco Social, Projetos, Programas e Políticas Públicas**

A vulnerabilidade social é uma noção multidimensional, decorrente de fenômenos diversos, com causas e consequências distintas, que afeta de forma diferenciada as pessoas e grupos sociais. As condições sociais, culturais, étnicas, políticas, econômicas, educacionais e de saúde vão tornar as pessoas e os grupos, mais ou menos vulneráveis, ou seja, com capacidade de superar ou minimizar as dualidades e riscos, e de aproveitar as oportunidades para melhorar sua situação de bem-estar.

Para efeito do NOB/SUAS, a construção do conceito de vulnerabilidade social fundamenta-se na PNAS/2004, onde se define o público alvo da Assistência Social como a população vulnerável representada pelo conjunto de pessoas residentes em uma localidade que apresentem, pelo menos, uma das características abaixo:

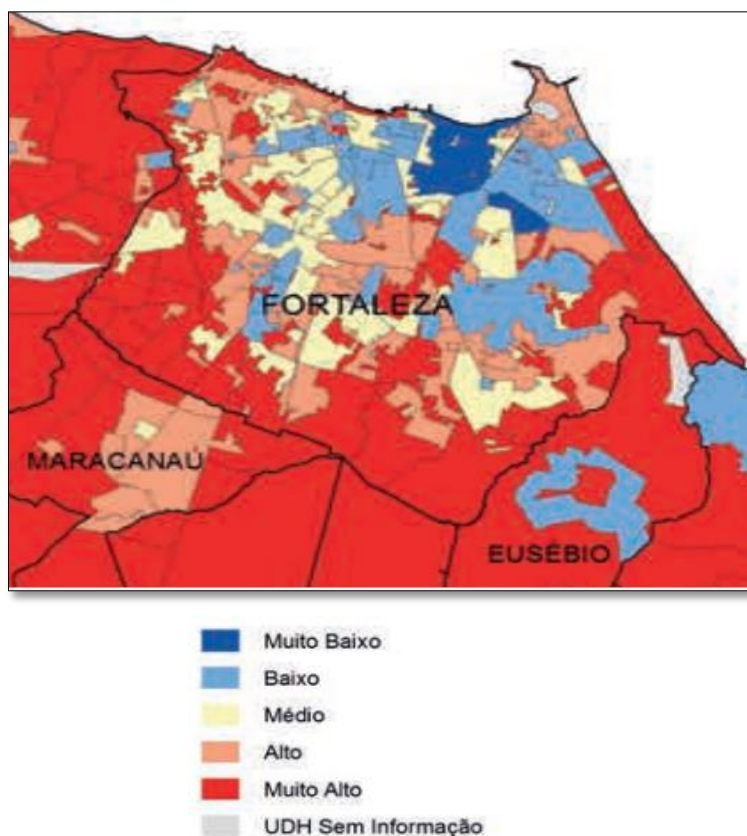
1. Famílias que residem em domicílios com serviços de infraestrutura inadequados. Conforme definição do IBGE, trata-se dos domicílios particulares com abastecimento de água proveniente de poço ou nascente ou outra forma, sem banheiro e sanitários ou com escoadouro ligado a fossa rudimentar, vala, rio, lago, mar ou outra forma e lixo queimado, enterrado ou jogado em terreno baldio ou logradouro, em rio, lago ou mar ou outro destino e mais de 2 moradores por dormitórios.
2. Famílias com renda familiar per capita inferior a um quarto do salário mínimo.
3. Famílias com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com pessoas de 0 a 14 anos e responsável com menos de 4 anos de estudos.
4. Famílias na qual há mulher chefe da família, sem cônjuge, com filhos menores de 15 anos e ser analfabeta.
5. Famílias na qual há uma pessoa com 16 anos ou mais desocupada (procurando trabalho) com 4 ou menos anos de estudos.
6. Famílias na qual há pessoas com 10 a 15 anos que trabalhe.
7. Famílias na qual há uma pessoa com 4 a 14 anos que não estude.



8. Famílias com renda per capita inferior a meio salário mínimo, com uma pessoa com deficiência. 9. Famílias com renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo, com uma pessoa com deficiência. A combinação dessas características compõe a Taxa de Vulnerabilidade Social – TVS em um determinado município.

O Mapa a seguir identifica as áreas da região metropolitana de Fortaleza com seus respectivos índices de vulnerabilidade, ressalta-se que o bairro Bom Jardim encontra-se na faixa de ocorrência de alto índice de vulnerabilidade.

**Mapa 14:** Índices de Vulnerabilidade em Fortaleza



**Fonte:** IPEA, Habitafor, 2017.

De acordo com o que trata a Portaria nº 595 de 18 de dezembro de 2013 que dispõe sobre os parâmetros de seleção dos beneficiários do Programa Minha Casa



Minha Vida – PMCMV fica definido dentro dos critérios nacionais, dentre outros, a seleção e a indicação de famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas. Esse fato é gerado pelo déficit habitacional presente na cidade de Fortaleza, que leva as famílias a se alojarem em áreas com precárias condições de moradia e, inevitavelmente, colocarem-se em risco social. Segundo o Censo de 2000, Fortaleza contava com 2.141.402 habitantes. Já no Censo de 2010, esse número passou para 2.452.185 habitantes que confere um valor relativo de 14,51% de aumento. Essa ascensão de habitantes na capital cearense ocasionou uma maior demanda por serviços públicos, havendo a necessidade de maior atenção nos serviços de infraestrutura, saúde, educação, segurança, dentre outras por meio das diversas Secretarias e órgãos públicos da Prefeitura Municipal de Fortaleza e do Governo do Estado do Ceará.

Sendo assim, levando em consideração as características das famílias beneficiadas, faz-se necessário um investimento maior em políticas estruturantes que dotem a população de condições de acúmulo de capital físico, humano e social que se voltam para a saúde, educação, participação na vida da sociedade, tais como: Programas de Abastecimento de água e saneamento, Programas integrados de esportes e educação artística na escola, Programas de melhorias da educação, Capacitação Profissional, dentre outras.

Em relação às medidas de qualificação profissional da juventude, a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social desenvolve atividades em um centro (Centro de Políticas Públicas à Juventude) onde há a integração dos projetos de capacitação profissional e de inserção dos jovens no mercado de trabalho. “O novo centro vai reunir e integrar as atividades de oito projetos sociais que, mesmo com operacionalizações próprias, convergirão para a busca de resultados comuns de socialização da juventude e de atenção às famílias carentes da Capital e do Interior. Nesse sentido, serão integradas as ações e a política de gestão dos projetos Primeiro Passo, Criando Oportunidades, Transformando Vidas, Juventude Empreendedora (Juvemp), Garantindo Acessibilidade, Economia Solidária, os Centros de Integração Tecnológico e Social (CITS) e o Empreendedor Juvenil.



Os programas de transferência de renda também se fazem oportunos ao refletirmos sobre a questão da baixa escolaridade presente em parte dos beneficiários, fator preponderante e que dificulta a inserção no mercado de trabalho, impactando diretamente na renda familiar. Desse modo, os benefícios sociais adquiridos através dos programas de transferência de renda tornam-se, por muitas vezes, imprescindíveis para o sustento e manutenção de famílias que dependem unicamente dos mesmos para o custeio de suas necessidades básicas.

- **Demandas do mercado de trabalho, potencialidades econômicas e culturais**

Apesar de ter havido um crescimento da população de Fortaleza em idade para trabalhar, o que aumenta conseqüentemente a força de trabalho, pode-se notar que não está havendo uma absorção dessa demanda na oferta laboral. Isso possa talvez ser explicado pela conjuntura macroeconômica enfrentada pelo país que teve seus efeitos mais fortemente aguçados a partir do final do ano de 2014.

O aumento da taxa básica de juros tem prejudicado diretamente o ritmo de atividade econômica. Além desse fator, outros pontos contribuíam para esse cenário ao considerarmos o aumento da taxa de inflação, bem como o desequilíbrio das expectativas dos agentes econômicos que impactaram diretamente na condição financeira de consumo das famílias, afetando também a produção industrial, as vendas do comércio e, finalmente, o ciclo de novas oportunidades de trabalho em todo o país.

Em relação à dinâmica econômica do Ceará a situação não é diferente do restante do Brasil, pois o estado também vem vivenciando os efeitos decorrentes da crise, cujos rebatimentos se fazem sentir sobre a dinâmica do mercado de trabalho local ao observar um aumento no indicador de taxa de desemprego de forma mais ascendente a partir dos últimos meses de 2014.

Após inúmeros processos cíclicos ao longo dos seus 289 anos, Fortaleza possui a economia baseada predominantemente no setor de serviços, tendo como destaque dentro desse cenário o segmento do Turismo, potencialidade tanto econômica quanto cultural. A cidade possui o nono maior Produto Interno Bruto (PIB) dentre os municípios



brasileiros e o maior na Região Nordeste, com base nos dados do IBGE de 2011. Segundo dados da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (Sefaz) e da Secretaria de Finanças de Fortaleza (Sefin), é possível observar o impulsionamento econômico da cidade.

Como dito anteriormente, a força está concentrada mesmo nos serviços, tornando-se a principal demanda e potencialidade econômica do mercado de trabalho. Esse setor contabiliza 77,78% das riquezas provenientes durante o ano. O setor industrial, segundo maior setor, corresponde apenas a 22,09% e a agricultura, 0,13%. Esses dados são referentes à Fortaleza e a cidade funciona independente da Região Metropolitana e das cidades do Interior, fazendo a capital ser a responsável por 48% do PIB do Estado.

Fortaleza, berço de profissionais atuantes em indústrias instaladas além das fronteiras da cidade e concentração de consumo do que é produzido em terras vizinhas, não pode ser vista sozinha ou isoladamente, tendo em vista que seu crescimento é associado em série e precisa ser visto e percebido como uma totalidade.

## 5 JUSTIFICATIVA

Com a evolução nas formas de pensar e realizar ações voltadas para o campo das políticas de habitação no Brasil adotou-se a perspectiva de valorização da democracia, organização social e participação da comunidade nos processos decisórios.

O Trabalho Social - TS enquanto um instrumento de cidadania possibilita a participação da população beneficiária na tomada de decisões sobre suas necessidades e a realidade na qual está inserida, garantindo assim um espaço democrático que visa à readequação das ações previstas de acordo com as demandas particulares do público alvo da intervenção, assim contribuindo, para a sustentabilidade e o sucesso das intervenções.

O TS no Residencial Heloneida Studart mostra-se relevante por tratar-se de um empreendimento inserido na nova perspectiva de gestão municipal das habitações de interesse social, visando fomentar a autonomia e o protagonismo social através da



organização, mobilização e capacitação da população beneficiária com foco na participação e promoção da cidadania dos beneficiários. Apresenta ainda a primeira iniciativa de atuação no Eixo de Gestão Condominial e Patrimonial - GCP por parte do município em Empreendimentos do Programa Minha Casa, Minha Vida.

Além desses fatores, há ainda a busca por suscitar a percepção crítica da população sobre aspectos que influenciam particularidades da vida, bem como implementar iniciativas de geração de trabalho e renda tendo como meta a inclusão produtiva, econômica e social visando a ampliação da renda familiar e a melhoria da qualidade de vida dos beneficiários do Residencial Heloneida Studart.

## **6 OBJETIVO GERAL**

Proporcionar a execução de um conjunto de atividades de caráter informativo e educativo junto aos beneficiários, dentro dos Eixos de atuação Específicos do Trabalho Social, de forma a promover o planejamento e a preparação das famílias para residirem no empreendimento na perspectiva de fortalecer a melhoria da qualidade de vida das famílias.

### **6.1 Objetivos Específicos**

- Proporcionar o conhecimento da intervenção do trabalho social e seus impactos junto às famílias do Residencial visando a adesão das mesmas nas atividades a serem desenvolvidas.
- Incentivar a autonomia dos moradores e a autogestão na administração do seu condomínio.
- Proporcionar o conhecimento da intervenção e seus impactos junto à comunidade do entorno visando a participação da mesma no desenvolvimento do Trabalho Social.
- Estimular a autonomia da Equipe Gestora em relação à autogestão e administração do condomínio.



- Mediar a apresentação dos programas projetos e serviços ofertados pelos equipamentos existentes no entorno do empreendimento dos quais os beneficiários não conheçam ou não façam uso.
- Incentivar a autonomia da Equipe Gestora em relação à autogestão e administração do condomínio.
- Identificar as demandas apresentadas pelas famílias beneficiárias, bem como realizar os encaminhamentos pertinentes.
- Discussão e Encaminhamentos acerca das decisões e necessidades do condomínio e exigências legais.
- Fomentar atitudes voltadas para a conservação e manutenção das unidades habitacionais.
- Apresentar os documentos (Regimento Interno e Convenção de Condomínio) e através das falas dos moradores, identificar possíveis alterações de forma a adequar os mesmos à vida e realidade dos moradores.
- Tornar público o conhecimento dos documentos alterados a partir dos encontros descritos na Ação 05 do Eixo MOFS, como forma de legitimar o uso do mesmo como regra de convivência do Residencial.
- Sensibilizar os moradores em relação à manutenção preventiva da moradia bem como explanar as estratégias para a prevenção de acidentes domésticos.
- Esclarecer e divulgar às famílias as possibilidades de benefícios projetos e benefícios oriundos do Cadastro Único.
- Estimular às famílias beneficiárias a obter uma educação formal com vistas à melhoria do nível de escolaridade das mesmas, fortalecendo o vínculo da população com as instituições escolares, garantindo através da melhoria do nível educacional a inserção no mercado de trabalho formal.
- Incrementar e articular as ações sociais por meio de parcerias/arranjos institucionais.



- Proporcionar a educação sanitária e ambiental, visando à preservação e defesa do meio ambiente, através da sensibilização dos moradores acerca da coleta seletiva e o descarte correto dos resíduos sólidos.
- Proporcionar a capacitação/qualificação dos beneficiários com vistas à sua melhoria econômica e financeira e adequação da renda da família aos gastos da mesma bem como aos gastos com a nova moradia.
- Orientar os beneficiários sobre as atitudes que colaborem na preservação das áreas e equipamentos comuns do Residencial.
- Proporcionar a educação sanitária e ambiental, visando à preservação e defesa do meio ambiente, através da sensibilização dos moradores acerca do uso consciente da água.
- Incentivar a participação de crianças e adolescentes na arborização das áreas comuns, na recuperação, conservação e defesa do meio ambiente a partir do plantio de árvores.
- Qualificar profissionalmente os moradores em idade adulta a fim de possibilitar a inserção destes no mercado de trabalho formal e o aumento da renda familiar.
- Suscitar hábitos de saúde preventiva proporcionando a redução e prevenção de doenças que podem acometer a população e os animais domésticos.
- Estimular a reutilização de materiais descartáveis na forma de brinquedo, bem como trabalhar o desenvolvimento e ampliação da criatividade dos participantes.
- Proporcionar a educação sanitária e ambiental, visando à preservação e defesa do meio ambiente, através da sensibilização dos moradores acerca do uso consciente da energia elétrica.
- Viabilizar a realização de eventos e atividades que promovam o acesso ao lazer de forma a possibilitar a integração comunitária e o contato com a natureza.



- Socializar entre os moradores o trabalho e os produtos confeccionados pelos participantes dos cursos profissionalizantes.
- Viabilizar a realização de eventos e atividades esportivas para favorecer a integração comunitária, assim como melhorar as condições de saúde da população beneficiária.
- Identificar o nível de satisfação das famílias beneficiadas, bem como os resultados obtidos.
- Compartilhar e discutir entre as famílias os dados obtidos nas visitas.

## **7 CRONOGRAMA DE ATIVIDADES**

O cronograma de atividades (ANEXO A) consiste no conjunto de ações propostas organizadas de forma gradual, racional e lógica para a concretização dos objetivos do PDST. Nele é estabelecida a demanda apresentada pela comunidade, objetivo, ação, metodologia, metas, indicadores, instrumentos de avaliação e meses de execução de cada atividade.

Destaca-se que, mediante às demandas da comunidade, o viés metodológico das atividades poderá ser alterado, desde que seja respeitado o orçamento previsto com justificativa técnica e prévio entendimento com a Unidade Executora – Prefeitura Municipal de Fortaleza. Tal alteração é pertinente para uma melhor adequação das técnicas aos objetivos de cada atividade, bem como à realidade da comunidade, visto que não modificará o valor contratual nem o objeto contratado.

### **7.1 Detalhamento metodológico das atividades**

A metodologia do Plano constitui-se como condição fundamental para que as ações a serem desenvolvidas contribuam efetivamente para a satisfação das necessidades da população beneficiária. Aplicar uma metodologia é um desafio que exige dos profissionais envolvidos criatividade, agilidade e planejamento inteligente na adoção das soluções, seja na implementação de novas estratégias ou na melhoria das

79



atividades já elaboradas. No entanto, o trabalho necessita ser sistematizado a partir de uma visão estratégica da realidade da comunidade a ser trabalhada, assim como a organização e coordenação das ações a serem desencadeadas.

O trabalho consta de uma metodologia participativa e está fundamentada na percepção do indivíduo como um todo e inserido em um contexto social, econômico, político e cultural, reconhecendo-o como o principal sujeito propulsor de sua trajetória, capaz de discutir, refletir e realizar experiências que o ajude a superar contradições individuais e coletivas enfrentadas em seu cotidiano. Diante disso, a metodologia nesse PDST será desenvolvida com base na participação, de acordo com o contexto social, da população beneficiária, bem como, as peculiaridades da área de intervenção considerada, com vistas a contribuir para a melhoria da qualidade de vida, com o pleno exercício da cidadania da população contemplada e a autogestão da comunidade. Nessa perspectiva, busca-se, de forma contínua e processual, o desenvolvimento e a autonomia das famílias para que se efetive o seu processo de transformação.

Diante disso, a metodologia é proposta de forma que os moradores assumam o papel de sujeitos no processo de realização do TS, sendo os instrumentos de avaliação desenvolvidos a partir de indicadores construídos em coerência com os objetivos estabelecidos e as atividades implantadas. As avaliações das atividades devem acontecer ao longo da execução do PDST e devem ter caráter participativo para que se possam incidir os ajustes necessários e/ou redirecionamento das ações.

Caso as ações que não estejam contempladas nesse PDST e, porventura, surjam no decorrer do processo, deverão ser articuladas a partir do diálogo, participação e construção permanente com a população, assim como, a possibilidade de parcerias com diversas instituições governamentais e não governamentais que poderão possibilitar novas ações complementares a esse PDST e que visam dar sustentabilidade posterior às ações do mesmo.

No que se refere ao material didático que será utilizado nas atividades deverá contar com uma linguagem acessível que contemplem todos os públicos. As atividades,



também, devem contar com meios lúdicos como dramatizações, colagens, fantoches, dinâmicas de grupo, rodas de conversa principalmente quando se tratar de atividades voltadas para crianças e adolescentes, para otimizar a compreensão e sensibilização dos beneficiários. Quando se tratar de palestras com os adultos, apresentar material (apresentação, cartilhas, folders, materiais informativos, entre outros) de fácil compreensão voltada à pedagogia visual, dado o grande número de moradores com baixo nível de escolaridade.

É importante ressaltar ainda que as listas de frequência a serem utilizadas nas atividades devam conter além dos nomes dos participantes, o endereço e número de telefone dos mesmos, de forma que facilite o contato com os moradores em momentos posteriores fortalecendo os vínculos e identificação com a Equipe responsável. Este contato se faz importante ainda para a realização das mobilizações para participação das atividades a serem desenvolvidas. Estas mobilizações deverão ser realizadas pela Equipe Social com 100% do público alvo de cada atividade, embora este percentual máximo não seja alcançado na participação de fato dos momentos. Podem ser usadas ainda estratégias como a criação de grupos em redes sociais, por exemplo, o WhatsApp com os moradores, com os grupos específicos (Equipe Gestora, por exemplo) onde os processos de mobilização podem ser reforçados.

Abaixo seguem as discriminações metodológicas de cada atividade a ser desenvolvida no PDST divididas pelos eixos de atuação:

### **7.1.1 Eixo Mobilização, Organização e Fortalecimento Social.**

**MOFS - AÇÃO 1: Oficina de apresentação da equipe técnica que executará as atividades do Trabalho Social, bem como expor as ações que estão contempladas nos eixos a serem trabalhados.**

Esta atividade tem como meta contar com a presença em massa dos moradores, sendo necessária presença de pelo menos 50% dos beneficiários a fim de se poder justificar e aprovar a atividade, haja vista ser esta a primeira atividade do processo de introdução do TS que deverá explanar sobre todos os eixos e atividades a serem trabalhados junto às famílias.



Seu objetivo é situar a população alvo sobre a dinâmica do PDST, para fins de conhecimento, identificação de interesses em alguma atividade em particular e participação nas mesmas, além do conhecimento da intervenção e suas repercussões junto à comunidade com vistas à adesão ao Plano.

Os mecanismos de divulgação desta ação previstos são: mobilização das famílias beneficiárias por meio de convites e afixação de cartazes. Durante o desenvolvimento da ação será realizada uma explanação acerca da origem dos recursos, itens de investimento, quantidade de famílias beneficiadas com cada ação, atividades/ações previstas, público alvo de cada atividade e prazos de execução do PDST, além de uma oficina de apresentação com interação do público-alvo, levantamento de expectativas acerca do trabalho social e coleta de sugestões dos beneficiários.

META DE PARTICIPAÇÃO DA AÇÃO	
QUANTIDADE DE ATIVIDADES DA AÇÃO	2 ATIVIDADES
META DE MOBILIZAÇÃO	144 REPRESENTANTES POR ATIVIDADE
META MÍNIMA DE PARTICIPAÇÃO	50%
PÚBLICO PREVISTO PARA CADA ATIVIDADE	144 REPRESENTANTES FAMILIARES
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES PARA ATINGIR A META MÍNIMA	72 REPRESENTANTES FAMILIARES POR ATIVIDADE

### - Monitoramento

Essa atividade será verificada e avaliada quanto à efetividade de sua implementação através do registro fotográfico, lista de frequência, relatório descritivo das atividades constando os principais questionamentos, contribuições, sugestões e demais informações pertinentes às atividades, percentual de famílias beneficiárias mobilizadas, percentual de participantes, grau de envolvimento, quantidade ou descrição das manifestações, interações, discussões e encaminhamentos. Ainda deverá ser aplicado um instrumental avaliativo da atividade de forma a perceber o grau de compreensão dos moradores acerca do papel da Equipe Técnica bem como das ações do Projeto e importância das mesmas em sua realidade.



## **MOFS - AÇÃO 2: Visitas institucionais para explicação da intervenção/Projeto e mobilização das parcerias/arranjos locais.**

Esta atividade visa a realização de visitas institucionais com o intuito de apresentar às mesmas a intervenção a ser realizada através do desenvolvimento do Trabalho Social com as famílias beneficiadas.

Além da apresentação da proposta de TS, as visitas objetivam ainda o estabelecimento de parcerias com estas instituições para a colaboração com o desenvolvimento das atividades. Esta colaboração poderá se dar tanto nas ações propostas pelo TS como, por exemplo, a Ação 03 - MOFS, como também no atendimento às demandas que as famílias possuem.

Está prevista a realização do mapeamento de 10 instituições do entorno e realização de visitas nas mesmas. Ressaltamos que o mapeamento deve considerar as instituições que trabalham no desenvolvimento de políticas sociais (educação, saúde, assistência social, lazer) voltadas à população do entorno e do empreendimento. Estas deverão ser realizadas no primeiro mês, dada a necessidade de conhecimento e participação do projeto desde o início por parte das instituições. Como as visitas serão nas Instituições, podem ser divididas entre os profissionais da Equipe Social, de forma a não prejudicar o desenvolvimento das demais atividades previstas para o mês de referência.

No momento da Visita, a Equipe deverá apresentar, através de uma cartilha simples, a proposta do PDST, datas, atividades, de forma a esclarecer para os responsáveis das instituições como se dará a intervenção, já firmando parceria para as atividades que serão necessárias a participação de cada uma delas. Faz-se necessário ainda, para aprovação da atividade, que 100% do quantitativo de visitas estipuladas sejam realizadas pela Equipe neste primeiro momento.

<b>META DE PARTICIPAÇÃO DA AÇÃO</b>	
QUANTIDADE DE ATIVIDADES DA AÇÃO	10 VISITAS
META MÍNIMA PARA APROVAÇÃO	100%
QUANTIDADE DE INSTITUIÇÕES VISITADAS PARA ATINGIR A META	10 INSTITUIÇÕES

### **- Monitoramento**

Essa atividade será verificada e avaliada quanto à efetividade de seu desenvolvimento de acordo com o instrumental de mapeamento, os registros fotográficos, relatório descritivo das atividades constando os principais questionamentos, contribuições, sugestões e demais informações prestadas pelos representantes das instituições visitadas, grau de envolvimento, quantidade ou descrição das manifestações, interações, discussões e encaminhamentos bem como a avaliação da atividade por parte da Equipe e dos responsáveis de cada instituição que mediarão as visitas. Esta avaliação a ser realizada com os representantes das instituições deverá mensurar o grau de esclarecimento das instituições acerca do PDST. Além disso, na avaliação da Equipe deverá se perceber a efetividade das visitas através da quantidade de Instituições que se propuseram a participar e colaborar no desenvolvimento do Trabalho Social.

**MOFS - AÇÃO 3: Reuniões das famílias beneficiadas com representantes das seguintes secretarias: SDHDS, SME, SMS, SER V, SEUMA, SECULTFOR e SECEL para esclarecer acerca da gestão, do acesso e serviços dos equipamentos sociais.**

Ação executada através de articulação prévia junto aos órgãos públicos, para fins de identificação e socialização da oferta de serviços/atividades de utilidade pública existentes em equipamentos na região. Dado o pouco conhecimento dos beneficiários acerca da atuação dos referidos equipamentos, é interessante que a Equipe Social possa mediar este contato facilitando o conhecimento dos moradores de forma a proporcionar



o acesso de qualidade aos programas, projetos e serviços ofertados pelos Equipamentos do entorno.

Para o desenvolvimento desta atividade será necessário estabelecer contato com as Secretarias responsáveis pelo desenvolvimento das Políticas Sociais (educação, saúde, assistência social, cultura, lazer) a se fazerem presentes e/ou solicitarem a presença dos equipamentos que executam as respectivas políticas nas proximidades do empreendimento, a saber: CRAS, CREAS, Posto de Saúde, Hospital Distrital, escolas, entre outros.

Pretende-se realizar tal ação com o máximo de órgãos existentes na regional e entorno do empreendimento e, levando-se em consideração a relevância que o atendimento dos equipamentos públicos tem no cotidiano das famílias, visamos realizar a atividade com presença mínima de 50% das famílias do Residencial. A ação se concretizará mediante mobilização das famílias, através da distribuição de convites e afixação de cartazes.

#### **- Monitoramento**

A atividade será verificada e avaliada quanto à efetividade de sua implementação através da porcentagem de mobilizados x quantidade de participantes, porcentagem de instituições presentes no evento, nível de participação e de avaliação. O instrumental específico de avaliação deve conter questionamentos que possam mensurar o nível de esclarecimento das famílias em relação aos serviços ofertados nos equipamentos. Além disso, a Equipe deverá apresentar o relatório da atividade onde deverão constar os principais aspectos acerca do desenvolvimento da mesma bem como a avaliação dos participantes e da Equipe.

<b>META DE PARTICIPAÇÃO DA AÇÃO</b>	
QUANTIDADE DE ATIVIDADES DA AÇÃO	2 ATIVIDADES
META DE MOBILIZAÇÃO	144 REPRESENTANTES POR ATIVIDADE
META MÍNIMA DE PARTICIPAÇÃO	50%
PÚBLICO PREVISTO PARA CADA ATIVIDADE	144 REPRESENTANTES FAMILIARES



QUANTIDADE DE PARTICIPANTES PARA ATINGIR A META MÍNIMA	72 REPRESENTANTES FAMILIARES POR ATIVIDADE
META MÍNIMA DE INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES	5 INSTITUIÇÕES

#### **MOFS - AÇÃO 4: Plantão Social (POUSO quinzenal no Residencial).**

Esta atividade será realizada junto à população beneficiária através da aplicação de instrumental específico a fim de identificar as demandas geradas pela população do empreendimento e a partir delas estabelecer uma interlocução entre os entes públicos competentes visando dar respostas a tais demandas. Para tanto, serão realizados Plantões de Orientação Urbanística e Social – POUSOS quinzenalmente no empreendimento.

Esta ação objetiva reconhecer e possibilitar o alcance/atendimento das necessidades dessas famílias mediante encaminhamentos ou estabelecimento de parcerias que viabilizem o acesso destas a tais serviços. Para o desenvolvimento desta ação, será necessário que em um primeiro momento a Equipe Social realize uma mobilização porta a porta, explicando que serão estabelecidos estes espaços mensais para a escuta e encaminhamento das demandas, ressaltando a sua importância e utilidade.

Dada a existência de dois plantões por mês, em experiência de outros empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida, a mobilização através de busca ativa duas vezes por mês se faz repetitiva e desnecessária. Assim, nesta primeira visita, a Equipe pode estabelecer canais de informação para as famílias sobre o dia e horário de realização dos plantões no mês de referência, seja através de grupos em redes sociais e/ou afixação de cartazes contendo data e horário, contanto que comprove em anexo ao relatório os meios utilizados. Além disso, a Equipe pode reforçar as datas e horários dos Plantões Sociais em outras atividades que sejam desenvolvidas com as famílias residentes no empreendimento ou sugerir outras formas de mobilização que possa ser estabelecida em decisão conjunta com os moradores.





Por tratar-se de uma atividade continuada cuja adesão está atrelada à procura da população diante das demandas que vão surgindo, não se estabelece um percentual mínimo de participação na mesma. Dessa forma, embora não exista um percentual mínimo de participação, se faz necessário que os atendimentos realizados possuam efetividade no que diz respeito a um encaminhamento da demanda apresentada pela família.

META DE PARTICIPAÇÃO DA AÇÃO	
QUANTIDADE DE ATIVIDADES DA AÇÃO	21 ATIVIDADES
META DE MOBILIZAÇÃO POR MÊS	288                      100%
META MÍNIMA DE PARTICIPAÇÃO	DE ACORDO COM A DEMANDA DAS FAMÍLIAS

#### **- Monitoramento**

A avaliação da efetividade de implementação da atividade mesma poderá ser confirmado mediante assentamento em livro de ocorrências, relatório, ficha por unidade habitacional, percentual de famílias beneficiárias mobilizadas, percentual de participantes, grau de envolvimento, quantidade ou descrição das manifestações, interações, discussões e encaminhamentos e número de atendimentos realizados, entre outros.

#### **MOFS - AÇÃO 5: Encontros para apresentação do Regimento Interno e da Convenção de Condomínio e discussão de propostas pra alterações de acordo com a realidade dos moradores.**

Dado o desconhecimento das famílias acerca do Regimento Interno e da Convenção de Condomínio, que algumas vezes são entregues juntamente com as chaves dos apartamentos, mas sem nenhuma orientação sobre os documentos para a família, se pensou na realização destes encontros entre os moradores e a Equipe Social como forma de explanar acerca do significado e importância do conhecimento destes instrumentais para o estabelecimento de regras de convivência pacíficas dentro do empreendimento. Além disso, o documento é elaborado de forma geral, sem considerar a realidade de



cada condomínio e como vivem as famílias que foram beneficiadas. Portanto, estes encontros darão a possibilidade de que os moradores possam imprimir ao documento suas próprias características e identidade.

Antes das reuniões, é interessante que o facilitador tenha acesso aos documentos de forma a ler e compreender, dentro da realidade dos moradores, quais aspectos se aplicam ou não. Assim, nas reuniões, os facilitadores deverão explicar sobre a importância destes documentos bem como apresentar um resumo destes aspectos, de forma que os moradores possam se colocar e sugerir propostas de alterações para adequar à realidade deles. Ou seja, após as explicações, os participantes serão provocados no sentido de participar das discussões que envolvam o conhecimento dessas regras e possíveis alterações frente à realidade atual em que se encontram. Como a Ação será dividida em dois momentos (com grupos diferentes de moradores), é importante que os facilitadores registrem as propostas de alterações dos dois encontros de forma que ao final possam elaborar o novo documento que possua as sugestões de ambos os encontros para ser apresentado aos moradores na Ação 06 deste mesmo eixo.

Para a realização desta atividade será necessário que a Equipe Social realize uma mobilização anterior dos moradores através da entrega de convites. Visto que é importante a participação da maioria dos moradores, para aprovação desta atividade o mínimo de participação será de 50% dos representantes das unidades habitacionais nos encontros. Deve-se contar ainda com a participação da Equipe Gestora eleita e capacitada que deverá colaborar na mediação da elaboração dos novos documentos.

Ao fim de cada encontro a Equipe Social aplicará um instrumental específico de avaliação que deve mensurar o nível de satisfação dos participantes com a atividade, bem como o nível de importância que os mesmos atribuem aos assuntos abordados nos encontros. Devem abordar ainda sobre o nível de satisfação com as alterações propostas durante o encontro.



<b>META DE PARTICIPAÇÃO DA AÇÃO</b>	
QUANTIDADE DE ATIVIDADES DA AÇÃO	2 ATIVIDADES
META DE MOBILIZAÇÃO	144 REPRESENTANTES POR ATIVIDADE
META MÍNIMA DE PARTICIPAÇÃO	50%
PÚBLICO PREVISTO PARA CADA ATIVIDADE	144 REPRESENTANTES FAMILIARES
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES PARA ATINGIR A META MÍNIMA	72 REPRESENTANTES FAMILIARES POR ATIVIDADE
QUANTIDADE MÍNIMA DE GESTORES POR ENCONTRO	01 SÍNDICO 03 CONSELHEIROS FISCAIS 06 APOIADORES SOCIAIS

### **- Monitoramento**

As formas de monitoramento desta ação deverão se dar através do quantitativo de pessoas mobilizadas x a quantidade de participantes de cada encontro; do nível de participação dos moradores bem como da quantidade de propostas de alterações realizadas pelos presentes; e por fim, através do nível de avaliação tanto da Equipe Social como dos participantes. Estes dados serão verificados de acordo com o protocolo de mobilização, da lista de frequência dos registros fotográficos e da Elaboração da Proposta de alteração de cada Encontro.

### **MOFS - AÇÃO 6: Assembleias para socialização do Regimento Interno e Convenção de condomínio de acordo com as alterações realizadas em conjunto pelos moradores.**

Nestas assembleias serão socializadas ideias ofertadas pelos moradores para a melhoria da qualidade de vida dentro do espaço do Residencial, a partir das colocações dos participantes de forma direta frente ao Regimento interno e à Convenção de Condomínio. Ou seja, de acordo com os documentos modificados pela equipe social com base nas alterações propostas nos dois encontros da ação anterior do eixo MOFS, serão feitas as explanações da nova proposta e dos motivos que levaram às referidas alterações.



Para tanto, será necessário que a Equipe distribua aos participantes uma cópia do documento elaborado de forma a proporcionar o conhecimento dos documentos alterados e possibilitando assim a legitimação dos mesmos dentre os moradores do empreendimento. Após a entrega a Equipe deve explanar os principais pontos e sanar possíveis dúvidas dentre os presentes. Ao final, deverão ser colhidas as assinaturas dos presentes e posteriormente os novos documentos deverão ser registrados em Cartório de Imóveis, a saber, o mesmo onde foram registrados os documentos antigos. Ressaltamos que dada a característica que os documentos apresentam no que se refere à organização e manutenção do condomínio, sugere-se que o valor para registro seja solicitado através das taxas de condomínio que serão estabelecidas entre os moradores.

Para esta atividade, a Equipe Social mobilizará os moradores através da entrega de convites. O mínimo de participação dos representantes das unidades habitacionais é de 50% como forma de garantir a legitimação dos instrumentais elaborados. Deve-se contar ainda com a participação da Equipe Gestora eleita e capacitada que deverá colaborar na mediação da apresentação e legitimação dos novos documentos bem como no processo de coleta de assinaturas e registro dos novos documentos em cartório.

Ressalta-se que ao final das Assembleias, a Equipe social deverá aplicar um instrumental específico de avaliação como forma de perceber o nível de aceitação das novas regras estabelecidas bem como apresentar, através dos quantitativos de moradores presentes e assinaturas colhidas para registro, a quantidade de moradores que tem conhecimento acerca da existência deste documento elaborado com suas características.

<b>META DE PARTICIPAÇÃO DA AÇÃO</b>	
QUANTIDADE DE ATIVIDADES DA AÇÃO	2 ATIVIDADES
META DE MOBILIZAÇÃO	144 REPRESENTANTES POR ATIVIDADE
META MÍNIMA DE PARTICIPAÇÃO	50%
PÚBLICO PREVISTO PARA CADA ATIVIDADE	144 REPRESENTANTES FAMILIARES
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES PARA ATINGIR A META MÍNIMA	72 REPRESENTANTES FAMILIARES POR ATIVIDADE
QUANTIDADE MÍNIMA DE PARTICIPANTES POR ENCONTRO	01 SÍNDICO 03 CONSELHEIROS FISCAIS 06 APOIADORES SOCIAIS



## **- Monitoramento**

Essa atividade será verificada e avaliada quanto à efetividade de sua implementação através do percentual mobilizados frente ao de participantes da assembleia, grau de envolvimento dos mesmos, além de registro fotográfico, lista de frequência, relatório descritivo da atividade que deverá basear-se nos acontecimentos durante o desenvolvimento da Assembleia bem como o nível de avaliação dos moradores e da Equipe Social acerca da importância da atividade e suas repercussões na realidade dos moradores.

### **MOFS - AÇÃO 7: Ação de Cidadania com a oferta de serviços de saúde, assistência social, estética e beleza, obtenção de documentos pessoais em articulação com instituições parceiras públicas e privadas.**

De acordo com a necessidade de ações articuladas para o desenvolvimento social e econômico das famílias do território, a ação será executada na perspectiva de estimular a integração das famílias com as entidades da sociedade civil representadas por associações, organizações não governamentais e afins tendo em vista a necessidade de socialização de ações sociais entre as representações comunitárias e as famílias beneficiárias.

Para a realização da atividade será necessário que a Equipe Social deverá realizar o contato com parceiros para realização das atividades (PROCON, SENAC, SDHDS, SDE, SMS, SECEL, CUCA, SER V, SSPDS, SECULTFOR, COEPA), após a definição de uma data viável a todos os parceiros, a divulgação da atividade se dará através de entrega de convites aos moradores e afixação de cartazes no empreendimento. Ainda pode ser feito o reforço do convite através de grupos em redes sociais entre outros.

Para um resultado satisfatório na realização desta atividade, se faz relevante a presença majoritária dos parceiros, com um mínimo de 50% ou seja, cinco das instituições elencadas. Ressaltamos que, caso a Equipe Social, durante o desenvolvimento do Trabalho Social, identifique outras instituições ou ONG's que



realizem ações de desenvolvimento social, podem realizar o convite para participação no evento. Embora sejam duas Ações de Cidadania, dado o grande contingente de atendimentos em várias políticas sociais e parceiros que poderão atuar nesta atividade, pensou-se de forma excepcional em se desenvolver com todas as famílias nos dois momentos. Assim, a meta de participação será de 144 pessoas por atividade, como encontra-se disposto na tabela das metas. Para a mobilização será realizada a entrega de convites bem como poderá ser reforçada em grupos de redes sociais, entre outros.

Propõe-se ainda que, durante o desenvolvimento da ação, seja disponibilizado a estes parceiros (principalmente as Secretarias e Órgãos Públicos em Geral) um espaço específico, onde os mesmos deverão realizar atendimentos, receber as demandas dos moradores e realizar os encaminhamentos cabíveis às demandas apresentadas.

META DE PARTICIPAÇÃO DA AÇÃO	
QUANTIDADE DE ATIVIDADES DA AÇÃO	2 ATIVIDADES
META DE MOBILIZAÇÃO	288 REPRESENTANTES POR ATIVIDADE
META MÍNIMA DE PARTICIPAÇÃO	50%
PÚBLICO PREVISTO PARA CADA ATIVIDADE	288 REPRESENTANTES FAMILIARES
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES PARA ATINGIR A META MÍNIMA	144 REPRESENTANTES FAMILIARES POR ATIVIDADE
META MÍNIMA DE INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES	5 INSTITUIÇÕES/ SERVIÇOS OFERTADOS

### - Monitoramento

Os indicadores de efetividade do processo de implementação de tal ação bem como a verificação e avaliação da mesma se darão por meio do levantamento da porcentagem de participantes, quantidade de tipos de serviços ofertados, número de atendimentos realizados, nível de participação na mesma e nível de avaliação dos participantes da ação. Para tanto serão analisados os registros fotográficos, o instrumental de avaliação da atividade por parte da Equipe e dos participantes dos atendimentos e da lista de frequência. Todos estes dados deverão constar ainda no relato



descritivo da ação - mobilização de parceiros e participantes e do desenvolvimento da atividade.

**MOFS - AÇÃO 8: Visitas domiciliares para avaliação de pós-ocupação com os beneficiários de reassentamento acerca da intervenção.**

Esta ação objetiva identificar o nível de satisfação das famílias beneficiadas, bem como os resultados obtidos com as atividades realizadas com o trabalho social, tal atividade justifica-se pela necessidade de se verificar a efetividade do Trabalho Social sobre a vida das mesmas e como este se refletiu através dos diferentes eixos de atuação do mesmo.

Como forma de apreender o resultado acerca do trabalho desenvolvido pelo Trabalho Social, o nível de satisfação apontado por pelo menos 50% das famílias beneficiárias seria um número relevante para que a ação tenha efetividade. A atividade será verificada e avaliada por meio da elaboração de instrumental de avaliação do PDST e aplicação em momentos de visitas domiciliares com posterior sistematização dos dados obtidos e elaboração de uma apresentação destes dados a ser socializadas com as famílias no Seminário de Avaliação. Além disso, nesta sistematização, se faz interessante apresentar os registros fotográficos das atividades de forma a enriquecer as apresentações no referido Seminário.

No momento das visitas, a Equipe Social deverá perceber, por exemplo, as pessoas que participaram de forma mais ativa do desenvolvimento do Trabalho Social, aquelas que participaram dos cursos, a satisfação dos representantes familiares com as atividades desenvolvidas com crianças e adolescentes, dentre outros. Através destes dados fornecidos pelas famílias, deverá se fazer uma comparação entre os indicadores de resultados de cada Ação, das estratégias utilizadas pela Equipe para alcançar as metas, entre outros.



<b>META DE PARTICIPAÇÃO DA AÇÃO</b>	
QUANTIDADE DE ATIVIDADES DA AÇÃO	1 ATIVIDADE
META MÍNIMA DE VISITAS REALIZADAS	50%
PÚBLICO PREVISTO	288 VISITAS DOMICILIARES
QUANTIDADE MÍNIMA DE VISITAS PARA ATINGIR A META	144 VISITAS DOMICILIARES

### **- Monitoramento**

Os indicadores de efetividade do processo serão baseados no número de instrumentais aplicados, porcentagem de famílias visitadas, nível de participação e nível de avaliação do processo. Deverão ainda ser feitos registros fotográficos das visitas e a sistematização dos dados. Esta sistematização dará condições para ser verificado o nível de satisfação dos beneficiários acerca do desenvolvimento do trabalho social com as famílias residentes no empreendimento. Todos esses dados deverão constar nos relatórios descritivo das atividades, estes deverão abordar ainda os pontos importantes acerca da avaliação bem como os resultados obtidos no que se refere à satisfação dos moradores em relação ao trabalho social.

### **MOFS - AÇÃO 9: Seminário de avaliação final do projeto.**

O seminário final tem o objetivo de socializar com as famílias residentes os dados finais coletados durante as visitas domiciliares. A meta de participação para a aprovação da atividade é de no mínimo 50% dos moradores. A Equipe Social deverá fazer a sistematização e elaborar uma apresentação que será compartilhada com as famílias com os dados fornecidos pelas famílias durante as visitas bem como os dados gerais presentes nas formas de monitoramento das atividades realizadas durante o desenvolvimento do TS.

Além disso, a Equipe Social deverá promover um debate onde os moradores possam interagir e expor as ideias, apresentar um comparativo entre as expectativas existentes no início da aplicação do TS e o atendimento das mesmas através das atividades desenvolvidas.



Deverão ainda, nesta oportunidade, discutir acerca das condições de autogestão do empreendimento após a conclusão do Trabalho Social. A Equipe Gestora deverá atuar de forma prioritária nesse momento expondo as experiências e os logros obtidos no desenvolvimento da autonomia frente às demandas apresentadas pelos moradores bem como pela necessidade de gestão do empreendimento. Assim deverão avaliar em conjunto tanto o trabalho da Equipe Social, como da Equipe Gestora, como das instituições parceiras e dessa forma aferir o nível de satisfação dos beneficiários em relação aos resultados alcançados com a execução do PDST.

META DE PARTICIPAÇÃO DA AÇÃO	
QUANTIDADE DE ATIVIDADES DA AÇÃO	1 ATIVIDADE
META DE MOBILIZAÇÃO	288                      100%
META MÍNIMA DE PARTICIPAÇÃO	50%
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES PARA ATINGIR A META MÍNIMA	144 REPRESENTANTES FAMILIARES POR ATIVIDADE

### - Monitoramento

O monitoramento desta atividade se dará através da quantidade de pessoas mobilizadas em detrimento das que participaram efetivamente, dos relatos descritivos e avaliativos da atividade, dos registros fotográficos, das listas de frequência, e do nível de interação e participação efetiva dos moradores nas discussões acerca da avaliação do desenvolvimento do Trabalho Social. É importante que a Equipe Social realize uma avaliação que consiga mensurar aspectos maiores que somente o desenvolvimento desta atividade, ou seja, aspectos que possam abarcar a efetividade do Trabalho Social como um todo.



### 7.1.2 Eixo Gestão Condominial e Patrimonial

#### **GCP - AÇÃO 1: Palestras acerca da formação e manutenção do condomínio e das obrigações dos condôminos e do síndico dentro do Residencial.**

A ação será executada na perspectiva de estimular e incentivar a autonomia dos moradores e a autogestão na administração do seu condomínio. Tendo em vista que após a entrada das famílias há a necessidade de eleição de um síndico bem como de um conselho fiscal, no qual formarão a Equipe Gestora do empreendimento. Ressaltamos que dado o período decorrido desde a entrega do empreendimento (Abril/2018) até a data de início do desenvolvimento do TS, se faz importante que a Equipe Social, durante o desenvolvimento desta atividade, realize uma sondagem acerca das possíveis lideranças já existentes no Residencial. Caso já existam lideranças que possuam um papel semelhante ao de algum membro da Equipe Gestora, é importante que seja considerada, sendo necessário somente o estabelecimento de uma legitimação através da Assembleia (Ação 2 deste Eixo).

Na ocasião, deverá esclarecer o que compete a cada membro da Equipe Gestora para que todos fiquem cientes das obrigações e demandas de cada função, assim como para que tomem para si a autogestão e o protagonismo de seu próprio condomínio. Faz-se necessário que seja esclarecido aos moradores, que embora o empreendimento seja aberto, existe a característica de condomínio visto que as áreas de uso comum que necessitam de manutenção. Nesta atividade deverão ser abordados temas relacionados à formação e manutenção do condomínio, esclarecendo sobre o que compete ao síndico, ao conselho fiscal e aos condôminos dentro do Residencial. Dessa forma, os moradores deverão se reconhecer como responsáveis diretos pela administração e manutenção do Residencial.

Na ocasião os facilitadores deverão apresentar os temas descritos acima e levantar as expectativas e sugestões dos participantes sobre as formas de atuação do síndico e conselho fiscal que formarão a equipe gestora. Além disso, a equipe deverá



esclarecer como se dará o processo de definição dos condôminos que assumirão esses papéis.

A mobilização dos moradores para esta atividade será realizada por meio de visita domiciliar e entrega de convites. A meta de participação para a aprovação da atividade é de no mínimo 50% dos moradores, dada a importância de garantir que a maioria dos moradores compreenda a importância da Equipe Gestora de forma a sensibilizá-los a participar da Assembleia para eleição desta mesma Equipe. Importante frisar aos participantes que a equipe gestora será composta por eles próprios e, assim, instigar a participação e o protagonismo dos mesmos frente à responsabilidade de gerir o condomínio. Ao final deverá ser aplicado instrumental específico de avaliação de forma a perceber o nível de compreensão dos participantes acerca dos temas abordados.

META DE PARTICIPAÇÃO DA AÇÃO	
QUANTIDADE DE ATIVIDADES DA AÇÃO	2 ATIVIDADES
META DE MOBILIZAÇÃO	144 REPRESENTANTES POR ATIVIDADE
META MÍNIMA DE PARTICIPAÇÃO	50%
PÚBLICO PREVISTO PARA CADA ATIVIDADE	144 REPRESENTANTES FAMILIARES
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES PARA ATINGIR A META MÍNIMA	72 REPRESENTANTES FAMILIARES POR ATIVIDADE

### Monitoramento

O monitoramento desta atividade se dará através da quantidade de pessoas mobilizadas em detrimento das que participaram efetivamente, dos relatos descritivos e avaliativos da atividade, dos registros fotográficos, das listas de frequência, e do nível de interação e participação efetiva dos moradores nas discussões acerca da temática da ação.

### GCP - AÇÃO 2: Assembleia para eleição do síndico e do conselho fiscal do Residencial.

Esta ação objetiva incentivar a autonomia dos moradores e a autogestão na administração do seu condomínio, bem como perceber o nível de interação dos



participantes referente às questões do condomínio na forma de participação da Equipe Gestora. A partir do que foi discutido nas palestras da atividade anterior, buscar sensibilizar os moradores a participar da Assembleia não somente com o papel de votar, mas também se candidatando a possíveis componentes da Equipe Gestora. Tal atividade justifica-se pela necessidade de definição de uma Equipe Gestora (Síndico, Conselho Fiscal e Apoiadores Sociais eleitos) que assuma a gestão e administração do Condomínio.

Assim, deverá ser elaborada uma Assembleia com os moradores mobilizados para a eleição do Síndico dos Conselheiros e dos Apoiadores Sociais. Objetiva ainda fomentar mudanças de atitudes e novas iniciativas acerca da autogestão e administração do condomínio, como também a legitimação da Equipe Gestora dentro do Residencial. Ressalta-se ainda que deverão ser eleitos: um síndico e 3 Conselheiros fiscais e 18 representantes para o cargo de Apoiadores Sociais, sendo estes um de cada bloco do Empreendimento. Dessa forma, cada apoiador será responsável por repassar as informações para seu bloco de origem. Em relação às metas mínimas de eleitos, encontram-se detalhados na tabela de metas.

A mobilização dos moradores deverá ser feita através de convites e afixação de cartazes. A atividade será verificada e avaliada por meio da elaboração de instrumental de avaliação específicos da ação, assim como os encaminhamentos necessários após a votação e eleição da Equipe Gestora.

<b>META DE PARTICIPAÇÃO DA AÇÃO</b>	
QUANTIDADE DE ATIVIDADES DA AÇÃO	1 ATIVIDADE
META DE MOBILIZAÇÃO	288      100%
META MÍNIMA DE PARTICIPAÇÃO	50%
QUANTIDADE PARA ATINGIR A META MÍNIMA DE PARTICIPAÇÃO	144 REPRESENTANTES FAMILIARES POR ATIVIDADE
QUANTIDADE DE ELEITOS	01 SINDICO 03 CONSELHEIROS FISCAIS 18 APOIADORES SOCIAIS (1 POR BLOCO)
META MÍNIMA DE ELEITOS PARA A APROVAÇÃO DA ATIVIDADE	01 SÍNDICO 03 CONSELHEIROS FISCAIS 10 APOIADORES SOCIAIS



## **Monitoramento**

O monitoramento desta atividade se dará através da quantidade de pessoas mobilizadas em relação as que participaram efetivamente, dos relatos descritivos e avaliativos da atividade, dos registros fotográficos, das listas de frequência, e do nível de interação e participação efetiva dos moradores na Assembleia, bem como na eleição e participação da construção da Equipe Gestora. No instrumental avaliativo é necessário conter questionamentos que possibilitem a aferição do Grau de aceitação dos moradores frente à Equipe Gestora eleita.

### **GCP - AÇÃO 3: Oficinas de capacitação do Síndico e Conselho Fiscal do condomínio sobre as estratégias para atuação dentro do Empreendimento**

A ação será executada na perspectiva de estimular a participação e protagonismo dos moradores na administração do seu próprio condomínio. A necessidade desta ação encontra-se na ausência de Capacitação da Equipe Gestora sobre as obrigações e técnicas de administração do Condomínio, ou seja, tem por objetivo o envolvimento da Equipe Gestora com os assuntos relacionados à autogestão e administração do condomínio.

Nestas oficinas deverão ser abordados temas como: emissão de boletos de cobrança, recebimento de cotas condominiais e prestação mensal de contas do condomínio; controle financeiro de recebimentos, pagamentos, saldos, fluxo de caixa, balanço mensal, rateio de despesas e cobrança de inadimplentes; questões tributárias, contratação de empregados, contratação de serviços e encargos decorrentes; entre outros assuntos que possam ser pertinentes.

Além disso, deverá ser explicitada para os gestores, principalmente os apoiadores sociais, a necessidade de atuarem ainda como colaboradores no desenvolvimento do trabalho social, visto que têm a possibilidade de propagar as

informações no bloco em que reside. Dessa forma, irão ajudar nas mobilizações e efetiva participação nas atividades propostas pelo TS.

Os mecanismos de divulgação de tal atividade se darão pela mobilização da equipe gestora eleita por meio da afixação de cartazes, bem como a distribuição de convites. Ressaltamos as metas se baseiam especificamente na quantidade de pessoas eleitas, no entanto, existe uma meta mínima de gestores eleitos capacitados. Mais informações acerca das metas mínimas de participação podem ser encontradas no quadro de metas. A atividade será verificada e avaliada por meio da elaboração de instrumental de avaliação específicos da ação, assim como os encaminhamentos necessários após a capacitação da Equipe Gestora.

<b>META DE PARTICIPAÇÃO DA AÇÃO</b>	
QUANTIDADE DE ATIVIDADES DA AÇÃO	3 ATIVIDADES
META DE MOBILIZAÇÃO	100% DOS ELEITOS
PÚBLICO PREVISTO PARA CADA ATIVIDADE	22 COMPONENTES DA EQUIPE GESTORA
QUANTIDADE MÍNIMA DE GESTORES ELEITOS CAPACITADOS	01 SÍNDICO 03 CONSELHEIROS FISCAIS 06 APOIADORES SOCIAIS

### **Monitoramento**

Os indicadores de efetividade do processo de implementação de tal ação bem como a verificação e avaliação da mesma se darão por meio da porcentagem de participantes nas Oficinas, nível de participação dos envolvidos na mesma e nível de avaliação dos participantes da ação. Para tanto serão analisados os registros fotográficos, os relatos descritivos da ação, o instrumental de avaliação da atividade e da frequência dos participantes. Ressalta-se a importância de constar, no instrumental avaliativo, dados que possam mensurar o grau de apreensão da Equipe Gestora acerca do seu papel dentro do Residencial.





#### **GCP - AÇÃO 4: Encontros para elucidação e discussão quanto às normas de funcionamento da Equipe Gestora.**

Com o objetivo de incentivar a autonomia da Equipe Gestora em relação à autogestão e administração do condomínio, a equipe gestora eleita deverá participar de 05 encontros onde serão abordados temas relacionados às normas de funcionamento da Equipe Gestora. Na ocasião, propõe-se que haja discussões sobre as normas de funcionamento desta equipe, levando em consideração as colocações de todos e definindo o que for decidido pela maioria. É necessário que a Equipe Social, antes da realização destes encontros, tenha conhecimento de forma geral sobre o tema a ser abordado.

Depois de realizadas as discussões, serão colhidas as manifestações dos participantes para nortear a atuação do Síndico, bem como dos Conselheiros Fiscais dentro do Residencial, o tempo de atuação desta Equipe Gestora, as formas de estabelecimento da eleição e definição de uma nova Equipe Gestora, decorrido o tempo de atuação da primeira, entre outros aspectos. Nos primeiros três encontros, devem ser discutidas as questões supracitadas com os participantes de forma que a Equipe Social possa elencar os aspectos definidos de forma que nos dois últimos encontros estes aspectos sejam compilados e apresentado o instrumental com as formas de funcionamento desta equipe gestora.

Os mecanismos de divulgação de tal atividade se darão pela mobilização das famílias por meio da afixação de cartazes, bem como a distribuição de convites. Para um resultado satisfatório na realização desta atividade, faz-se relevante a presença majoritária da Equipe Gestora. As metas mínimas de participação da Equipe Gestora estão detalhadas na tabela de metas disposta abaixo:



<b>META DE PARTICIPAÇÃO DA AÇÃO</b>	
QUANTIDADE DE ATIVIDADES DA AÇÃO	5 ATIVIDADES
META DE MOBILIZAÇÃO	100% DOS ELEITOS
PÚBLICO PREVISTO PARA CADA ATIVIDADE	22 COMPONENTES DA EQUIPE GESTORA
QUANTIDADE MÍNIMA DE PARTICIPANTES POR ENCONTRO	01 SÍNDICO 03 CONSELHEIROS FISCAIS 06 APOIADORES SOCIAIS

## **Monitoramento**

A atividade será verificada e avaliada por meio da elaboração de instrumental de avaliação específicos da ação, assim como os encaminhamentos necessários oriundos das discussões da Equipe Gestora com a colaboração da Equipe Social do TS. Os indicadores de efetividade do processo de implementação de tal ação bem como a verificação e avaliação da mesma se darão por da porcentagem de participantes frente à quantidade de mobilizados e de participação dos mesmos nos Encontros além do nível de avaliação dos participantes da ação. Para tanto, serão analisados os registros fotográficos, os relatos descritivos da ação, o instrumental de avaliação da atividade por parte dos participantes e da frequência dos participantes.

## **GCP - AÇÃO 5: Reuniões de condomínio a serem realizadas entre os moradores, a Equipe Gestora e a Equipe Social.**

Estas reuniões serão desenvolvidas entre a Equipe Gestora e os condôminos com o intuito de discutir e encaminhar decisões e necessidades do condomínio frente às exigências legais da Gestão Condominial. Nestes espaços, a Equipe Social deverá facilitar o desenvolvimento das reuniões colaborando com o processo inicial de reconhecimento da Equipe Gestora, desenvolvimento da autonomia e legitimação dos mesmos como responsáveis pela administração do Condomínio. Nestes momentos, a Equipe Social deverá participar somente como mediadora no processo de discussão acerca das demandas apresentadas dentro do residencial, sendo a Equipe Gestora a principal responsável por estes momentos.



Ressaltamos que para um melhor desenvolvimento desta ação bem como para o alcance do objetivo supracitado, é importante que a data agendada para o desenvolvimento da primeira reunião mensal seja posterior à última Oficina de Capacitação da Equipe Gestora do Residencial bem como ao terceiro Encontro de definição das normas desta Equipe (Ações 3 e 4 deste mesmo eixo). Estas estão previstas para o mesmo mês de referência, no entanto a equipe social deverá ter o devido cuidado com o agendamento de cada um destes momentos.

Embora estejam previstas 03 reuniões, cada uma deverá ser realizada com todos os condôminos, visto que são momentos planejados para discutir as demandas e necessidade do condomínio como todo bem como para realização do feedback e encaminhamentos dados às demandas das reuniões anteriores. Assim em cada reunião deverão ser mobilizados excepcionalmente todos os moradores do empreendimento.

Para o desenvolvimento da atividade, a Equipe Social em conjunto com a Equipe Gestora deverá mobilizar os moradores do Residencial através da entrega de convites e afixação de cartazes, e desenvolver estas reuniões em horários e locais que sejam acessíveis a todos os moradores. As metas mínimas de participação estão detalhadas encontram-se no quadro de metas abaixo.

<b>META DE PARTICIPAÇÃO DA AÇÃO</b>	
QUANTIDADE DE ATIVIDADES DA AÇÃO	3 ATIVIDADES
META DE MOBILIZAÇÃO	288 REPRESENTANTES POR ATIVIDADE
META MÍNIMA DE PARTICIPAÇÃO	40%
PÚBLICO PREVISTO PARA CADA ATIVIDADE	288 REPRESENTANTES FAMILIARES
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES PARA ATINGIR A META MÍNIMA	115 REPRESENTANTES FAMILIARES POR ATIVIDADE
QUANTIDADE MÍNIMA DE GESTORES PRESENTES NAS REUNIÕES	01 SÍNDICO 03 CONSELHEIROS FISCAIS 06 APOIADORES SOCIAIS

Ao final de cada atividade deverá ser aplicado um instrumental de avaliação com os participantes de forma a perceber o nível de apreensão dos mesmos em relação aos



assuntos abordados, bem como a importância desses assuntos no que diz respeito à gestão participativa e efetiva do empreendimento.

### **Monitoramento**

Os indicadores de efetividade do processo de implementação de tal ação bem como a verificação e avaliação da mesma se darão por meio do levantamento da quantidade de condôminos que realmente participaram de cada reunião (lista de frequência), nível de participação dos envolvidos no desenvolvimento das reuniões e nível de avaliação dos participantes da ação. Serão ainda analisados os registros fotográficos, os relatos descritivos da ação e o instrumental de avaliação da atividade por parte da Equipe Gestora, dos moradores e da própria Equipe social no momento da elaboração do relatório técnico social.

### **GCP - AÇÃO 6: Reuniões com a Equipe Gestora acerca dos assuntos relativos à gestão do condomínio.**

Com o objetivo de incentivar a autonomia da Equipe Gestora em relação à autogestão e administração do condomínio, esta ação busca facilitar o desenvolvimento de um espaço onde os componentes da Equipe Gestora possam discutir os assuntos relacionados à gestão do condomínio. Assim, a Equipe Social deverá atuar como facilitadora deste processo de constituição da autonomia e da legitimidade da Equipe Gestora.

Nestas reuniões mensais, a Equipe Gestora capacitada terá a oportunidade de, juntamente com a Equipe Social, tratar as demandas apresentadas pelos moradores bem como as exigências legais do trato com o Empreendimento. Faz-se importante que a primeira reunião mensal seja agendada após a realização do último Encontro para a definição das normas de funcionamento da equipe gestora (ação 04 deste mesmo eixo). Ambos estão previstos para o mesmo mês de referência (no Cronograma de Execução), no entanto é importante que para as reuniões a Equipe já possua um instrumental específico com suas normas de funcionamento.



Para tanto, deverão ser agendadas as reuniões em um horário que a maioria dos componentes da Equipe Gestora possa estar presentes, os dados referentes às metas de participação tanto da Equipe Gestora como dos demais moradores, encontram-se detalhados no quadro de metas disposto abaixo.

<b>META DE PARTICIPAÇÃO DA AÇÃO</b>	
QUANTIDADE DE ATIVIDADES DA AÇÃO	10 ATIVIDADES
META DE MOBILIZAÇÃO	100% DOS ELEITOS
PÚBLICO PREVISTO PARA CADA ATIVIDADE	22 COMPONENTES DA EQUIPE GESTORA
QUANTIDADE MÍNIMA DE PARTICIPANTES POR ENCONTRO	01 SÍNDICO 03 CONSELHEIROS FISCAIS 06 APOIADORES SOCIAIS

Ao fim de cada reunião deverá ser aplicado um instrumental de avaliação como forma de mensurar a percepção dos participantes no que se refere à importância destes espaços para a discussão das pautas necessárias na administração do residencial.

### **Monitoramento**

Os indicadores de efetividade do processo de implementação de tal ação bem como a verificação e avaliação da mesma se darão por da quantidade de gestores que realmente participaram de cada reunião (lista de frequência), nível de participação dos envolvidos no desenvolvimento das reuniões e nível de avaliação dos participantes da ação. Para tanto serão analisados os registros fotográficos, os relatos descritivos da ação e o instrumental de avaliação da atividade por parte dos gestores e também da Equipe Social.



## **GCP - AÇÃO 7: Seminários para repasse de informações sobre a manutenção preventiva da moradia e treinamento para o uso adequado dos equipamentos das unidades habitacionais.**

Esta atividade tem como objetivo discutir e estruturar um programa de manutenção preventiva como meio de estabelecer normas de uso e rotinas de manutenção de todos os equipamentos e das estruturas internas e externas, de forma a evitar o dispêndio financeiro excessivo com a troca de equipamentos danificados por mau uso.

Para tanto, os facilitadores dos seminários deverão repassar as informações básicas sobre: os sistemas de água, esgoto, coleta de resíduos sólidos, incluindo o treinamento para o uso adequado desses sistemas; as responsabilidades da construtora, do condomínio e do beneficiário e ainda promover ações socioeducativas relacionadas à conservação e à manutenção das unidades habitacionais.

Dessa forma, a Equipe Social juntamente com a Equipe gestora deverá mobilizar os moradores através de visita domiciliar para a entrega de convites, posteriormente desenvolver os seminários de forma a fomentar atitudes voltadas para a conservação e manutenção das unidades habitacionais e dos equipamentos das mesmas.

Dada a quantidade de famílias (288), serão desenvolvidos dois momentos, de forma a possibilitar o melhor esclarecimento bem como a possibilidade de sanar as dúvidas dos 144 participantes de cada seminário. Ao final de cada seminário, a Equipe aplicará um instrumental específico de avaliação que deverá abordar pontos como a importância do assunto discutido nos seminários bem como o nível de apreensão dos participantes acerca dos assuntos abordados tendo a possibilidade de aferição de dados como o nível de reconhecimento da importância deste espaço para a manutenção preventiva dos equipamentos e estruturas do empreendimento. Os dados referentes à meta mínima de participação podem ser verificados no quadro abaixo:

<b>META DE PARTICIPAÇÃO DA AÇÃO</b>	
QUANTIDADE DE ATIVIDADES DA AÇÃO	2 ATIVIDADES
META DE MOBILIZAÇÃO	144 REPRESENTANTES POR ATIVIDADE
META MÍNIMA DE PARTICIPAÇÃO	40%
PÚBLICO PREVISTO PARA CADA ATIVIDADE	144 REPRESENTANTES FAMILIARES
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES PARA ATINGIR A META MÍNIMA	58 REPRESENTANTES FAMILIARES POR ATIVIDADE
QUANTIDADE MÍNIMA DE GESTORES PRESENTES NOS SEMINÁRIOS	01 SÍNDICO 03 CONSELHEIROS FISCAIS 06 APOIADORES SOCIAIS

### **Monitoramento**

Os indicadores de efetividade do processo de implementação de tal ação bem como a verificação e avaliação da mesma se darão por meio da quantidade de condôminos que realmente participaram do seminário (conferidos através da lista de frequência), nível de participação dos envolvidos no desenvolvimento da ação e nível de avaliação. Serão ainda analisados os registros fotográficos, os relatos descritivos da ação e o instrumental de avaliação da atividade por parte dos participantes.

### **GCP - AÇÃO 8: Palestras acerca das noções de segurança coletiva dentro do empreendimento com vistas à prevenção de incêndios e acidentes domésticos.**

Estas palestras têm como assunto principal as noções de segurança coletiva focalizadas no interior e exterior da moradia como forma de prevenir os acidentes domésticos e mesmo nas áreas de uso coletivo.

Ressalta-se que na ocasião deverão ser elucidados os papéis do síndico, dos condôminos, dos funcionários em relação aos procedimentos de segurança que necessitam ser realizados no Residencial. Além disso, os participantes dos momentos deverão ser treinados para a utilização segura e correta dos equipamentos e sistemas de segurança para o conhecimento dos procedimentos em caso de acidentes e incêndios.



Dessa forma, objetiva-se a sensibilização dos moradores em relação à manutenção preventiva da moradia bem como a explanação de estratégias para a prevenção de acidentes domésticos. Para o desenvolvimento desta atividade, será necessária a articulação com o Corpo de Bombeiros para a colaboração no desenvolvimento das Palestras. Após a definição de local e data, deverão ser mobilizados os moradores através da entrega de convites e afixação de cartazes.

Ao fim de cada palestra, a Equipe deverá aplicar um instrumental de avaliação específico onde deverá mensurar entre os participantes o nível de satisfação referente à atividade bem como a importância que estes identificaram nos assuntos debatidos e nas estratégias para a prevenção dos acidentes domésticos.

<b>META DE PARTICIPAÇÃO DA AÇÃO</b>	
QUANTIDADE DE ATIVIDADES DA AÇÃO	2 ATIVIDADES
META DE MOBILIZAÇÃO	144 REPRESENTANTES POR ATIVIDADE
META MÍNIMA DE PARTICIPAÇÃO	40%
PÚBLICO PREVISTO PARA CADA ATIVIDADE	144 REPRESENTANTES FAMILIARES
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES PARA ATINGIR A META MÍNIMA	58 REPRESENTANTES FAMILIARES POR ATIVIDADE
QUANTIDADE MÍNIMA DE GESTORES PRESENTES NOS SEMINÁRIOS	01 SÍNDICO 03 CONSELHEIROS FISCAIS 06 APOIADORES SOCIAIS

### **Monitoramento**

O monitoramento desta atividade se dará através da quantidade de pessoas mobilizadas em detrimento das que participaram efetivamente do evento, dos relatos descritivos e avaliativos da atividade, dos registros fotográficos, das listas de frequência, e do nível de interação e participação efetiva dos moradores nas discussões e apresentações das noções de segurança coletiva.





## **GCP - AÇÃO 9: Campanhas de Sensibilização acerca da Conservação de áreas e Equipamentos Comuns do Condomínio.**

Esta ação tem como objetivo principal orientar e sensibilizar os beneficiários sobre as atitudes que colaborem na preservação das áreas e equipamentos comuns do Residencial. É importante ressaltar que antes da campanha, a Equipe Gestora deverá realizar uma de verificação do estado de conservação das áreas e equipamentos de uso comum, de forma a identificar a situação em que os mesmos se encontram desde a entrega do residencial. Propõe-se que a Equipe Social acompanhe esta verificação em um primeiro momento, mas que posteriormente os gestores possuam autonomia para continuar realizando essas verificações bem como reuniões de sensibilização para a manutenção periodicamente.

Dessa forma, nas campanhas de sensibilização, serão apresentadas as áreas comuns que englobam espaços como jardins, corredores, salões de festa, playground e estacionamento. E será esclarecido ainda que da mesma forma que a administração trabalha para trazer melhorias para estes locais, os condôminos também exercem importante função na preservação das áreas comuns. É importante ainda sensibilizar os moradores para que em lugares como playgrounds e salões de festas, tome cuidado ao manusear os equipamentos presentes na área para evitar quebras e perdas; em jardins e gramados, evite pisar nas plantas e prejudicar o visual do espaço; ao perceber que algum equipamento ou setor do seu condomínio exige manutenção, não hesite em informar o síndico do lugar, para que as providências sejam tomadas o mais breve possível.

A mobilização das famílias para a participação das Campanhas será realizada através da visita domiciliar para a entrega de convites. Destaca-se que ao fim de cada campanha, deverá ser realizada uma avaliação com os participantes de forma a quantificar o nível de satisfação dos mesmos bem como a importância dos assuntos tratados. As metas mínimas referente a esta ação encontram-se dispostas na tabela abaixo:

<b>META DE PARTICIPAÇÃO DA AÇÃO</b>	
QUANTIDADE DE ATIVIDADES DA AÇÃO	2 ATIVIDADES
META DE MOBILIZAÇÃO	144 REPRESENTANTES POR ATIVIDADE
META MÍNIMA DE PARTICIPAÇÃO	40%
PÚBLICO PREVISTO PARA CADA ATIVIDADE	144 REPRESENTANTES FAMILIARES
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES PARA ATINGIR A META MÍNIMA	58 REPRESENTANTES FAMILIARES POR ATIVIDADE
QUANTIDADE MÍNIMA DE GESTORES PRESENTES NOS SEMINÁRIOS	01 SÍNDICO 03 CONSELHEIROS FISCAIS 06 APOIADORES SOCIAIS

## **Monitoramento**

O monitoramento desta atividade se dará através da quantidade de pessoas mobilizadas em detrimento das que participaram efetivamente do evento, dos relatos descritivos e avaliativos da atividade, dos registros fotográficos, das listas de frequência, e do nível de interação e participação efetiva dos moradores nas discussões e apresentações das noções de segurança coletiva. Além disso, devem-se perceber as mudanças de atitudes e novas iniciativas acerca conservação e manutenção do patrimônio.

### **7.1.3 Eixo Educação Ambiental e Patrimonial**

#### **EAP - AÇÃO 1: Escolinha esportiva com as crianças e adolescentes do Residencial.**

Frente à quantidade considerável de crianças e adolescentes no Residencial bem como a ausência de ações articuladas para garantir o acesso ao lazer vinculado à prática de esportes como garantia da saúde preventiva, esta escolinha esportiva tem o objetivo de viabilizar a realização de atividades esportivas para favorecer a integração comunitária, assim como melhorar as condições físicas de saúde da população beneficiária.

Para tanto, a Equipe Social deverá mobilizar as crianças e adolescentes com idade entre 08 e 18 anos de idade, para verificar os interessados em participar e fazer as



inscrições dos mesmos organizando entre os horários que forem estabelecidos para o desenvolvimento das aulas. Propõe-se a realização de 04 aulas mensais, que serão realizadas por um educador físico, e que podem ser divididas de acordo com a quantidade de crianças interessadas em participar. O profissional de educação física está previsto nos custos da atividade e deverá ser contratado para esta ação, sendo o responsável por estabelecer os cronogramas de realização das aulas para que a equipe social se programe para o acompanhamento das mesmas.

Ressaltamos que existem, de acordo com o diagnóstico realizado, 153 crianças e adolescentes na faixa etária pré-estabelecida, sendo estes 71 meninos e 82 meninas. Dessa forma, é importante que as 04 aulas mensais sejam divididas de acordo com o sexo e a faixa etária dos inscritos de forma a evitar o confronto desigual entre os participantes. Cabe esclarecer que caso o número de crianças interessadas em participar seja menor que a meta mínima estabelecida, a Equipe Social deverá realizar novas mobilizações de forma a atender o que está previsto no projeto.

META DE PARTICIPAÇÃO DA AÇÃO	
QUANTIDADE DE ATIVIDADES DA AÇÃO	48 ATIVIDADES
META DE MOBILIZAÇÃO	153 CRIANÇAS E ADOLESCENTES
META MÍNIMA DE PARTICIPAÇÃO	40%
PÚBLICO PREVISTO PARA CADA ATIVIDADE	153 CRIANÇAS E ADOLESCENTES POR MÊS
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES PARA ATINGIR A META MÍNIMA	61 CRIANÇAS E ADOLESCENTES POR MÊS

### - Monitoramento

Para verificar a efetividade desta atividade deverão ser feitos os relatos descritivos mensais das atividades, registros fotográficos, ficha de inscrição dos participantes, lista de frequência, e por fim ser aplicado com os participantes um instrumental de avaliação mensal da atividade. Ressaltamos a importância de aplicação de um instrumental avaliativo que possa mensurar o nível de apreensão acerca dos temas abordados bem como o nível de importância atribuída pelos moradores ao assunto. Além disso, este instrumental também apresentará caráter auto avaliativo de



forma que a Equipe Social trace novas estratégias de atuação com as crianças caso a avaliação não seja positiva. Através desses instrumentais mensais deverá ser avaliado o grau de envolvimento dos participantes com as atividades propostas durante o desenvolvimento das aulas, bem como dos demais familiares.

## **EAP - AÇÃO 2: Oficinas de Capacitação acerca da coleta seletiva e do descarte correto de resíduos sólidos.**

Haja vista a necessidade de conscientização acerca do descarte correto dos resíduos sólidos por parte dos moradores do empreendimento, esta atividade tem por objetivo proporcionar a educação sanitária e ambiental, visando à preservação e defesa do meio ambiente, através da sensibilização dos moradores acerca da coleta seletiva e o descarte correto dos resíduos sólidos.

Dado o grande quantitativo de representantes familiares (288), pensou-se em dividir esta ação em 3 atividades, das quais deverão participar 96 moradores em cada (como se pode ver no quadro explicativo das metas que segue abaixo). Na ocasião, deverão ser abordados temas acerca da coleta seletiva e do descarte correto dos resíduos sólidos de forma a proporcionar aos participantes o conhecimento acerca dos temas bem como a sensibilização para modificação das formas de perceber os resíduos produzidos por suas famílias. Para esta atividade é importante que a Equipe Social verifique a situação em que se encontram as Lixeiras do Empreendimento, esclarecendo a existência de dois espaços separados, que seriam para o lixo úmido e lixo seco. Além disso, abordar a importância desta coleta seletiva e dialogar com os moradores acerca dos entraves para a realização da mesma tanto dentro do empreendimento como de forma geral.

Propõe-se o contato com órgãos como a SEUMA e outras entidades que trabalhem com Educação Ambiental para colaborarem no desenvolvimento da atividade bem como na entrega de material como folders entre outros. No entanto, a própria



Equipe Social pode atuar como facilitadora da atividade, desenvolvendo este momento de diálogo com as famílias.

META DE PARTICIPAÇÃO DA AÇÃO	
QUANTIDADE DE ATIVIDADES DA AÇÃO	3 ATIVIDADES
META DE MOBILIZAÇÃO	96 REPRESENTANTES POR ATIVIDADE
META MÍNIMA DE PARTICIPAÇÃO	30%
PÚBLICO PREVISTO PARA CADA ATIVIDADE	96 REPRESENTANTES FAMILIARES
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES PARA ATINGIR A META MÍNIMA	29 REPRESENTANTES FAMILIARES POR ATIVIDADE

### - Monitoramento

Para verificar a efetividade desta atividade deverão ser feitos os relatos descritivos das atividades, registros fotográficos, lista de frequência, e por fim ser aplicado com os participantes um instrumental de avaliação da atividade. Ressaltamos a importância de aplicação de um instrumental avaliativo que possa mensurar o nível de apreensão acerca dos temas abordados bem como o nível de importância atribuída pelos moradores ao assunto. Através desses instrumentais deverá ser avaliado o grau de envolvimento dos participantes com as atividades propostas durante as oficinas.

### **EAP - AÇÃO 3: Oficinas de Capacitação a serem desenvolvidas em parceria com a CAGECE de forma a sensibilizar os beneficiários acerca do uso consciente da água.**

A ação prevê o desenvolvimento de oficinas com o tema relacionado a “Controlar o consumo e reduzir o desperdício dentro de casa” com vistas à conscientização ambiental para o consumo racional da água de forma a estimular o aproveitamento dos recursos da natureza por meio de reflexões e medidas simples que cabem no dia a dia de cada cidadão.

Na ocasião poderão ser abordados temas sobre a conta de água e de energia, responsabilidade individual, além de dicas e orientação sobre consumo tanto nas residências como nos espaços de uso coletivo. A ação se efetivará mediante a



articulação junto à CAGECE que deverá colaborar com representantes para realizar as palestras, discussões e retirada de dúvidas, bem como fornecer materiais informativos. Além disso, poderá atuar por meio do Projeto já existente de conscientização de crianças e adultos através de peças de teatro com os personagens Pingo e Gota D'água. Ressaltamos que o foco da ação são os adultos, no entanto, os mesmos poderão levar os filhos para participar das atividades desenvolvidas, principalmente o momento lúdico de apresentação da peça de teatro. Assim a Equipe social deverá convidar a CAGECE e, após a definição de datas, mobilizar as famílias através da entrega de convites e afixação de cartazes.

META DE PARTICIPAÇÃO DA AÇÃO	
QUANTIDADE DE ATIVIDADES DA AÇÃO	2 ATIVIDADES
META DE MOBILIZAÇÃO	144 REPRESENTANTES POR ATIVIDADE
META MÍNIMA DE PARTICIPAÇÃO	30%
PÚBLICO PREVISTO PARA CADA ATIVIDADE	144 REPRESENTANTES FAMILIARES
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES PARA ATINGIR A META MÍNIMA	43 REPRESENTANTES FAMILIARES POR ATIVIDADE

### - Monitoramento

Para verificar a efetividade desta atividade deverão ser feitos os relatos descritivos das atividades, registros fotográficos, lista de frequência, e por fim ser aplicado com os participantes um instrumental de avaliação da atividade. Ressaltamos a importância de aplicação de um instrumental avaliativo que possa mensurar o nível de apreensão acerca dos temas abordados bem como o nível de importância atribuída pelos moradores ao assunto. Através desses instrumentais deverá ser avaliado o grau de envolvimento dos participantes com as atividades propostas durante as oficinas.

### EAP - AÇÃO 4: Plantio de árvores.

Atividade destinada a sensibilizar as famílias residentes através das crianças e adolescentes do empreendimento motivando-as a perceber a importância da arborização das áreas do residencial desprovidas de áreas verdes, o que favorece a redução da



temperatura ambiente, da poluição urbana, redução dos ruídos e da incidência dos raios solares nas habitações, contribuindo assim, para padrões de vida mais saudáveis e sustentáveis do ponto de vista ecológico.

Para essa sensibilização deve-se utilizar dinâmicas que colaborem para a explanação sobre a importância da arborização, mas também do cuidado com as mudas de forma a possibilitar o seu desenvolvimento. Dessa forma, a Equipe Social deverá esclarecer que cada participante além de efetivar o plantio se tornará responsável pela árvore bem como atribuirá um nome à mesma, apadrinhando-a de forma a criar identificação e possibilitar o cuidado posterior com a árvore. Dado o público infanto-juvenil previsto para a atividade, a Equipe deverá prezar por materiais e explicações lúdicas e voltadas para a pedagogia visual.

Para a efetivação desta ação faz-se necessário a articulação de parcerias com SEUMA, URBFOR e/ou organizações não governamentais, para a disponibilização das mudas. Ressalta-se ainda a importância de desenvolvimento desta ação após a conclusão da obra física como forma de arborizar o empreendimento bem como promover o cuidado com o meio ambiente e a promoção de ações de sustentabilidade. É necessário ainda mobilizar as crianças e adolescentes através da entrega de convites e afixação de cartazes para o efetivo plantio destas nas áreas em que há ausência de vegetação dos espaços comuns.

<b>META DE PARTICIPAÇÃO DA AÇÃO</b>	
QUANTIDADE DE ATIVIDADES DA AÇÃO	1 ATIVIDADE
META DE MOBILIZAÇÃO	204 CRIANÇAS E ADOLESCENTES (04 A 18 ANOS)
META MÍNIMA DE PARTICIPAÇÃO	30%
PÚBLICO PREVISTO PARA CADA ATIVIDADE	204 CRIANÇAS E ADOLESCENTES
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES PARA ATINGIR A META MÍNIMA	61 CRIANÇAS E ADOLESCENTES POR ATIVIDADE



## **- Monitoramento**

A fim de se avaliar a efetividade da implementação desta ação propõe-se verificar a porcentagem de crianças e adolescentes participantes, o número de mudas cultivadas, nível de participação na atividade e o nível de avaliação dos participantes. Já para examinar sua execução propõe-se elaborar relatório da atividade, utilizar frequência, registros fotográficos e o instrumental de avaliação da atividade, como forma de verificar o nível de arborização do Residencial bem como o nível do envolvimento das crianças e adolescentes no que diz respeito ao compromisso e cuidado com as mudas plantadas.

## **EAP - AÇÃO 5: Campanha educativa de vacinação.**

A campanha educativa de vacinação tem o intuito de suscitar hábitos de saúde preventiva além de possibilitar a atualização dos cartões de vacina das crianças e evitar a proliferação de doenças nos animais domésticos.

A ação será realizada com a parceria das secretarias que trabalham com saúde dentro do município (SMS, Centro de Zoonoses, Distrito de Saúde da Regional V, Unidades Básicas de Saúde do entorno, COEPA entre outros) para fornecer informativos sobre saúde preventiva e ministrar palestras acerca dos cuidados com os animais domésticos. Ao mobilizarem estas instituições e definirem uma data, deverão mobilizar os moradores através da afixação de cartazes e informações em grupos de redes sociais.

A ação deverá conscientizar e disseminar a redução de doenças que comumente surgem na população e que podem ser evitadas com a devida imunização, estimulando a população a compreender a necessidade de atualizar os cartões de vacinação das crianças, adolescentes, mulheres, homens, idosos e até mesmo os animais (cachorros e gatos). De acordo com a viabilidade, a Equipe Social poderá articular essas campanhas com as campanhas já agendadas pelo município.





META DE PARTICIPAÇÃO DA AÇÃO	
QUANTIDADE DE ATIVIDADES DA AÇÃO	1 ATIVIDADE
META DE MOBILIZAÇÃO	288      100%
META MÍNIMA DE PARTICIPAÇÃO	40%
PÚBLICO PREVISTO PARA CADA ATIVIDADE	288 REPRESENTANTES FAMILIARES
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES PARA ATINGIR A META MÍNIMA	115 REPRESENTANTES FAMILIARES

### - Monitoramento

Para a realização do monitoramento desta atividade deverá ser feito relatos descritivos das atividades, registros fotográficos, lista de frequência, e por fim ser aplicado com os participantes um instrumental de avaliação da atividade a fim de avaliar a equipe, a proposta da atividade, e o desenvolvimento da atividade em si. Além disso, é importante que seja mensurado o nível de compreensão dos participantes acerca da importância da saúde preventiva como forma de melhoria da qualidade de vida dos moradores.

### **EAP - AÇÃO 6: Oficinas de confecção de brinquedos a partir da reutilização de materiais recicláveis.**

Diante do grande quantitativo de resíduos sólidos produzidos pelos moradores aliado ao número considerável de crianças e adolescentes residentes no empreendimento, a oficina de confecção de brinquedos a partir da reutilização de materiais recicláveis deverá atender às necessidades destes dois dados unindo a reciclagem do material bem como o beneficiamento das crianças com os brinquedos produzidos nas oficinas.

Para tanto será necessário que os próprios moradores colem entre si os materiais recicláveis que poderão ser utilizados nas oficinas (garrafas pet, rolos de papel



higiênico, caixas de leite, embalagens de cosméticos, papelão, entre outros). A produção dos brinquedos está diretamente relacionada ao tipo de material coletado.

Serão desenvolvidas 02 oficinas que terão como público alvo as crianças e adolescentes com faixa etária entre 4 e 18 anos, que deverão ser mobilizadas em sua totalidade. Ressaltamos que para facilitar o desenvolvimento das oficinas, seria interessante que fosse mobilizado um público de faixa etária semelhante, de forma a garantir o acompanhamento, a segurança e equidade no desenvolvimento de tarefas como cortar, furar, entre outras que possam oferecer algum risco para os participantes. Como são duas oficinas poderia ser estabelecido que uma fosse desenvolvida para a faixa etária de 04 a 11 anos e a outra com a faixa etária de 12 a 18 anos.

META DE PARTICIPAÇÃO DA AÇÃO	
QUANTIDADE DE ATIVIDADES DA AÇÃO	2 ATIVIDADES
META DE MOBILIZAÇÃO	102 CRIANÇAS E ADOLESCENTES POR ATIVIDADE
META MÍNIMA DE PARTICIPAÇÃO	40%
PÚBLICO PREVISTO PARA CADA ATIVIDADE	102 CRIANÇAS E ADOLESCENTES POR ATIVIDADE
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES PARA ATINGIR A META MÍNIMA	41 CRIANÇAS E ADOLESCENTES POR ATIVIDADE

### - Monitoramento

O monitoramento desta atividade deverá ser feito através dos relatos descritivos das atividades, registros fotográficos, lista de frequência, e por fim ser aplicado com os participantes um instrumental de avaliação da atividade. O instrumental específico de avaliação desta atividade deve conter dados capazes de fornecer informações acerca da quantidade de material reciclável que cada criança utilizou para construção do brinquedo e ainda perceber a melhoria no desenvolvimento e criatividade das crianças. A partir destes dados a Equipe Social deverá perceber ainda entre as falas dos participantes as mudanças acerca da importância da reutilização do material reciclável.



**EAP - AÇÃO 7 : Oficinas de Capacitação a serem desenvolvidas em parceria com a ENEL de forma a sensibilizar os beneficiários acerca do uso consciente da energia.**

A ação prevê o desenvolvimento de oficinas com o tema relacionado a “Controlar o consumo e reduzir o desperdício dentro de casa” com vistas à conscientização ambiental para o consumo racional de energia de forma a estimular o aproveitamento dos recursos da natureza por meio de reflexões e medidas simples que cabem no dia a dia de cada cidadão.

Na ocasião poderão ser abordados temas sobre a conta de energia, responsabilidade individual, além de dicas e orientação sobre consumo consciente tanto nas residências como nos espaços de uso coletivo. A ação se efetivará mediante a articulação junto à ENEL que deverá colaborar com representantes para realizar as palestras, discussões e retirada de dúvidas, bem como fornecer materiais informativos.

Ressaltamos que a Empresa de Energia Elétrica do Ceará já possui ações voltadas para a atuação em comunidades, voltadas para sustentabilidade ambiental, social e econômica. Dessa forma, poderá colaborar ainda com prestação de informações sobre a tarifa social, luz solidária, EcoEnel, Enel Compartilha Liderança em Redes, Enel Compartilha Eficiência, entre outras ações de atuação voltadas para este aspecto. Assim, a Equipe Social deve fazer contato com a instituição e após definida uma data, a mesma deverá mobilizar os moradores através de entrega de convites e afixação de cartazes.

<b>META DE PARTICIPAÇÃO DA AÇÃO</b>	
QUANTIDADE DE ATIVIDADES DA AÇÃO	2 ATIVIDADES
META DE MOBILIZAÇÃO	144 REPRESENTANTES POR ATIVIDADE
META MÍNIMA DE PARTICIPAÇÃO	30%
PÚBLICO PREVISTO PARA CADA ATIVIDADE	144 REPRESENTANTES FAMILIARES
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES PARA ATINGIR A META MÍNIMA	43 REPRESENTANTES FAMILIARES POR ATIVIDADE



## **- Monitoramento**

Para verificar a efetividade desta atividade deverão ser feitos os relatos descritivos das atividades, registros fotográficos, lista de frequência, e por fim ser aplicado com os participantes um instrumental de avaliação da atividade. É importante que o instrumental de avaliação contenha questionamentos que possa apresentar à Equipe dados suficientes para aferir o nível de apreensão acerca dos temas abordados, bem como o nível de importância atribuída pelos moradores ao assunto.

### **EAP - AÇÃO 8: Passeios com crianças e adolescentes ao Zoológico Municipal Sargento Prata**

Dado o quantitativo considerável de crianças e adolescentes no residencial, (60% dos moradores) bem como a ausência de ações voltadas à garantia do acesso ao Lazer, esta atividade apresenta como objetivo viabilizar a realização de atividades que promovam o acesso ao lazer de forma a possibilitar a integração comunitária e o contato com a natureza.

Dessa forma, a Equipe deverá organizar 03 visitas com as crianças e adolescentes do Residencial ao Zoológico Municipal Sargento Prata. Dadas as distribuições de idades presentes entre os moradores, seria interessante que a Equipe realizasse as visitas com crianças e adolescentes de uma mesma faixa etária de forma a facilitar o trato e cuidado como as mesmas. Dessa forma, sendo 3 passeios poderiam ser realizados 1 para cada faixa etária elencada a seguir: 4 a 7 anos; 8 a 11 anos e 12 a 18 anos.

Para a realização do passeio será necessário que a Equipe contate o responsável pelo Zoológico de forma a agendar a visita e informar a média de crianças e adolescentes que participarão do passeio. Posteriormente será realizada a Mobilização das crianças e adolescentes através de entrega de convites e afixação de cartazes. De acordo com o diagnóstico, 204 crianças estão na faixa etária entre 04 e 18 anos, no

entanto, dada a quantidade de vagas no ônibus, definiu-se o público previsto para a atividade de acordo com o que se descreve na tabela de metas. Vale ressaltar que, caso o número de interessados em participar do passeio ultrapasse o quantitativo de vagas dos ônibus dos passeios, deve-se priorizar crianças que ainda não participaram de nenhuma das ações voltadas a este público. No momento do passeio poderá ser realizado um piquenique com as crianças e adolescentes.

META DE PARTICIPAÇÃO DA AÇÃO	
QUANTIDADE DE ATIVIDADES DA AÇÃO	3 ATIVIDADES
META DE MOBILIZAÇÃO	56 CRIANÇAS POR PASSEIO
META MÍNIMA DE PARTICIPAÇÃO	50%
PÚBLICO PREVISTO PARA CADA ATIVIDADE	56 CRIANÇAS POR PASSEIO
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES PARA ATINGIR A META MÍNIMA	28 CRIANÇAS POR PASSEIO

#### - Monitoramento

Para verificar a efetividade desta atividade deverá ser feito relatos descritivos das atividades, registros fotográficos, lista de frequência, e por fim ser aplicado com os participantes um instrumental de avaliação da atividade a fim de avaliar a equipe, a proposta da atividade, e o desenvolvimento da atividade em si. Através desses instrumentais deverá ser avaliado o grau de interação entre as crianças e adolescentes bem como o nível de apreensão dos participantes acerca da importância de momentos de lazer através do contato com a natureza.

#### **EAP - AÇÃO 9: Torneios esportivos com as crianças e adolescentes do Residencial.**

Diante da quantidade considerável de crianças e adolescentes residentes no empreendimento bem como as aulas da escolinha esportiva, e com o intuito de promover a realização de eventos e atividades esportivas voltadas para este público, este torneio será realizado no próprio empreendimento, nos espaços esportivos existentes no mesmo.



A mobilização e organização dos times que deverão competir poderá ser realizada pela Equipe Social responsável pelo desenvolvimento do TS, que deverá providenciar as fichas de inscrição, organizar os times e desenvolver o torneio. Ressaltamos que deverão ser priorizadas as crianças e adolescentes que participaram da escolinha. Além disso, é necessário que a Equipe organize o torneio após o desenvolvimento das 04 aulas previstas para o mês de referência.

Deverão ser formados, no mínimo, 4 times de futebol society (com 8 jogadores cada, havendo a possibilidade até 4 jogadores reservas) que deverão se enfrentar entre si durante o torneio. Ressalta-se que em relação ao sexo das crianças e adolescentes interessados, a composição dos times poderá ser mista ou separada por sexo, respeitando as possibilidades de elaboração de tabela de enfrentamento entre os times formados. Deve-se respeitar ainda a faixa etária dos participantes que formarão os times, evitando que a disparidade de idade torne os confrontos desiguais.

As regras acerca da tabela de jogos, de tempo de duração dos mesmos, quantidade de gols, formas de desempate, entre outros deverá ser definida anteriormente por uma comissão formada pela equipe social responsável. Além de garantir acesso ao lazer, esta atividade busca viabilizar a melhoria das condições de saúde através da prática esportiva.

<b>META DE PARTICIPAÇÃO DA AÇÃO</b>	
QUANTIDADE DE ATIVIDADES DA AÇÃO	1 ATIVIDADE
META DE MOBILIZAÇÃO	153 CRIANÇAS E ADOLESCENTES (8 A 18 ANOS)
META MÍNIMA DE PARTICIPAÇÃO	31%
PÚBLICO PREVISTO PARA CADA ATIVIDADE	153 CRIANÇAS E ADOLESCENTES (8 A 18 ANOS)
QUANTIDADE DE TIMES PARA ATINGIR A META MÍNIMA	04 TIMES (08 TITULARES E 04 RESERVAS)
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES PARA ATINGIR A META MÍNIMA	48 REPRESENTANTES FAMILIARES POR ATIVIDADE

## - Monitoramento

122



Rua Paula Rodrigues, 304 – Fátima - Fortaleza, Ceará, Brasil

85 3488-3374



A atividade será monitorada a partir dos relatos descritivos das atividades, registros fotográficos, das fichas de inscrição preenchidas e da quantidade de participantes (times formados). A partir deste dado a Equipe poderá verificar a grau de interação e participação das crianças e adolescentes bem como o envolvimento dos familiares destes na colaboração com desenvolvimento do evento esportivo.

#### **7.1.4 Eixo Desenvolvimento Socioeconômico**

**DS - AÇÃO 1: Seminário de apresentação dos programas, projetos e benefícios disponibilizados pelo Cadastro Único, de acordo com os critérios estabelecidos para atendimento em cada quesito.**

O Seminário objetiva esclarecer/informar à população residente no empreendimento sobre os benefícios oriundos do Cadastro Único tais como tarifa social de energia, carteira nacional de habilitação popular, telefone popular, isenção de concursos públicos federais, Programa Bolsa Família, Carteira Nacional do Idoso, Passe-Livre para Pessoa com Deficiência e outros programas, projetos e benefícios criados localmente. Além disso, podem ser esclarecidos aos moradores questões como critérios e condicionalidades destes mesmos programas.

Na ocasião ainda poderá ser realizada uma sensibilização acerca da importância em manter o Cadastro Único atualizado tanto no que se refere aos novos membros na família como também membros que não fazem mais parte da composição familiar, entre outros. A ação se efetivará mediante a articulação junto à SETRA que deverá colaborar com representantes para realizar as palestras, discussões e retirada de dúvidas, bem como fornecer materiais informativos acerca destes benefícios.

Para a realização das atividades será necessário que a Equipe Social realize o contato com a SETRA ou CRAS referenciado para atender as famílias do empreendimento, que deverá encaminhar profissional capacitado para realização destes



esclarecimentos. Após a definição de datas, a mesma equipe deverá mobilizar os moradores através da entrega de convites e afixação de cartazes.

Ressaltamos que a ação foi dividida em dois momentos dado o grande quantitativo de famílias no residencial (288), com esta divisão visamos uma melhoria na qualidade do repasse de informações e até mesmo do esclarecimento das dúvidas dos participantes.

<b>META DE PARTICIPAÇÃO DA AÇÃO</b>	
QUANTIDADE DE ATIVIDADES DA AÇÃO	2 ATIVIDADES
META DE MOBILIZAÇÃO	144 REPRESENTANTES POR ATIVIDADE
META MÍNIMA DE PARTICIPAÇÃO	40%
PÚBLICO PREVISTO PARA CADA ATIVIDADE	144 REPRESENTANTES FAMILIARES
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES PARA ATINGIR A META MÍNIMA	58 REPRESENTANTES FAMILIARES POR ATIVIDADE

#### **- Monitoramento**

A avaliação e verificação da implementação da mesma se dará mediante avaliação da quantidade de famílias mobilizadas e efetivamente participante, do nível de participação, do nível de avaliação, da elaboração de relatório da atividade, da frequência da atividade, dos registros fotográficos e da aplicação de instrumental de avaliação da atividade. É importante que o instrumental avaliativo possa conter dados que dê condições para a Equipe Social quantificar o grau de apreensão dos participantes no que se refere aos programas apresentados e demais assuntos abordados.

#### **DS - AÇÃO 2: Reuniões de apresentação e sensibilização para o engajamento nos programas educacionais: EJA, PROJOVEM, Ensino Regular, PROUNI.**

De acordo com o diagnóstico, dos 191 titulares pesquisados, nenhum está inserido no sistema regular de ensino e em relação à escolaridade dos mesmos, 128 não





concluíram os estudos. Além disso, dentre os membros das famílias pesquisadas, 172 não estão estudando. Destes, 93 não concluíram o Ensino Médio.

Frente aos quantitativos apresentados acima, estas reuniões apresentam o objetivo de alcançar a melhoria nos índices de escolarização e conseqüentemente de acesso ao mercado de trabalho é que se propõem oficinas voltadas à socialização de informações referentes aos equipamentos de educação do entorno, identificação do número de vagas disponíveis e encaminhamento dos interessados a realizarem matrícula junto às referidas instituições (EJA, PROJOVEM, PROUNI e ensino regular). Além disso, nestas reuniões é importante sensibilizar os moradores acerca da importância da educação formal e do nível de escolaridade na garantia de melhores colocações no mercado de trabalho.

Ressaltamos que caso no mês de desenvolvimento da atividade, o período de matrículas esteja encerrado, a Equipe Social poderá buscar realocar a atividade para um mês em que as matrículas ainda possam ser efetivadas. Caso isto não seja possível, é interessante que a Equipe Social realize a atividade de forma a realizar a sensibilização das pessoas e mapeamento das instituições de ensino bem como das datas de matrícula do ano letivo seguinte, de forma a possibilitar que os participantes realizem este retorno ao ensino regular.

Para a implementação desta ação é necessária a busca por instituições de ensino para adultos no entorno do empreendimento que tenham capacidade de receber e atender este público de forma satisfatória, contribuindo para a melhoria dos índices de escolaridade. A ação deverá ser divulgada entre os beneficiários por meio de mobilização das famílias através de convites entregues em visitas domiciliares onde será identificado o público alvo (pessoas que não se encontram inseridas em instituições de ensino e que não concluíram o ensino médio) e afixação de cartazes e através da realização das próprias reuniões.

META DE PARTICIPAÇÃO DA AÇÃO	
QUANTIDADE DE ATIVIDADES DA AÇÃO	2 ATIVIDADES



META DE MOBILIZAÇÃO	110 PESSOAS POR ATIVIDADE
META MÍNIMA DE PARTICIPAÇÃO	30%
PÚBLICO PREVISTO PARA CADA ATIVIDADE	110 PESSOAS QUE NÃO CONCLUÍRAM O ENSINO MÉDIO
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES PARA ATINGIR A META MÍNIMA	33 REPRESENTANTES FAMILIARES POR ATIVIDADE

### - Monitoramento

O monitoramento e verificação da implementação desta atividade se dará mediante avaliação da quantidade de famílias participantes, nível de participação, nível de avaliação, elaboração de relatório da atividade, frequência da atividade, registros fotográficos e aplicação de instrumental de avaliação da atividade. Este instrumental deverá conter questionamentos que possibilitem à Equipe a perceber o nível de reconhecimento dos programas educacionais parte dos moradores beneficiados bem como o grau de compreensão dos moradores no que diz respeito à importância da educação formal.

**DS - AÇÃO 3: Oficinas dialogadas de economia doméstica e financeira (abordagem de questões relacionadas à organização e rotinas domésticas, uso e aplicação do dinheiro, organização e planejamento da vida financeira).**

As oficinas objetivam incentivar a organização e planejamento financeiro, a fim de que a renda dos beneficiários seja utilizada para sustento e bem estar da família, evitando o acúmulo de dívidas e uso desregrado da renda de forma a comprometer o orçamento a tal ponto que impossibilite a manutenção no empreendimento e as condições mínimas para o sustento e a sobrevivência da família.

126



Nos casos dos beneficiários que não possuem renda fixa será ressaltada a importância do desenvolvimento de atividade remunerada e encaminhamento dos mesmos como prioridade aos cursos desenvolvidos por este Trabalho Social. A execução desta atividade se dará por meio de articulação e contato estabelecido com instituições (universidades, ONGs) que trabalhem nesta temática ou detenham conhecimento acerca dela. Destacamos que embora seja proposta a articulação com instituição, caso esta não seja firmada, a Equipe Social pode definir um dos integrantes como facilitador destas oficinas.

Caso seja firmada parceria, deverá se definir as datas da realização das oficinas. Definidas as datas, serão mobilizadas as famílias através da entrega de convites. O público alvo destas oficinas são os chefes de família que geralmente são os responsáveis por gerir a organização econômica das suas unidades familiares, no entanto a Equipe Social não deve restringir a participação de outros familiares adultos.

<b>META DE PARTICIPAÇÃO DA AÇÃO</b>	
QUANTIDADE DE ATIVIDADES DA AÇÃO	2 ATIVIDADES
META DE MOBILIZAÇÃO	144 REPRESENTANTES POR ATIVIDADE
META MÍNIMA DE PARTICIPAÇÃO	40%
PÚBLICO PREVISTO PARA CADA ATIVIDADE	144 REPRESENTANTES FAMILIARES
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES PARA ATINGIR A META MÍNIMA	58 REPRESENTANTES FAMILIARES POR ATIVIDADE

### **- Monitoramento**

A verificação e avaliação de sua execução se darão por meio do levantamento de alguns indicadores entre os quais a porcentagem de beneficiários presentes em detrimento do quantitativo, nível de participação nas oficinas, nível de avaliação dos participantes, registros fotográficos, lista de frequência, protocolo de mobilização e instrumental de avaliação da atividade. O instrumental de avaliação deve conter questionamentos que apresentem à equipe informações capazes de aferir o nível de apreensão acerca dos conteúdos abordados bem como o grau de compreensão acerca da importância deste conteúdo na realidade de cada participante. Todos estes dados



deverão constar nos relatos descritivos das atividades que serão elaborados pela Equipe responsável após o desenvolvimento da ação.

#### **DS - AÇÃO 4: Curso profissionalizante na área de Gastronomia (Lanches Comerciais) 60H**

Considerando o diagnóstico apresentado para a elaboração deste PDST, destacamos a existência de pelo menos 237 pessoas entre titulares das unidades habitacionais e membros das composições familiares que não estão desenvolvendo atividade remunerada.

Dessa forma, se propõe esta ação que tem como meta ofertar um curso de 60h/aula de forma a capacitar 25 pessoas entre os beneficiários do Residencial. O curso objetiva a promoção de qualificação profissional posterior inserção no mercado de trabalho, gerando assim o desenvolvimento de trabalho e renda mesmo que informalmente, o que possibilita a manutenção das famílias no empreendimento, a autonomia e a qualidade de vida destas.

Vale ressaltar que deverão ser considerados para participantes do curso, prioritariamente, as pessoas que não apresentam renda e que apresentam interesse na inserção no mercado de trabalho, e na área do referido curso, ou seja, pessoas entre os 237 apresentados no diagnóstico.

Para sua execução será possível articular parcerias com instituições que promovem capacitações/cursos de formação nas áreas de gastronomia, entretanto caso esta articulação não seja possível, o TS já dispõe de recurso financeiro para o serviço técnico especializado na área dos cursos. Ressalta-se que o valor apresentado na composição de custos prevê o valor unitário por aluno estabelecido em orçamento previamente elaborado de acordo com informações dos cursos ofertados por instituições reconhecidas na área de capacitação profissional e já inclui o material que o mesmo utilizará durante as aulas. Além disto, o detalhamento de custos apresenta ainda a

definição de um valor de ajuda de custo, como meio de prover transporte e outras pequenas despesas dos alunos durante o período de realização do curso. Dessa forma, é importante que, como já estão destinados valores para tanto, o curso deverá ser desenvolvido por instituições que emitam certificados reconhecidos pelo MEC.

A mobilização deverá ser através de afixação de cartazes no Residencial e os interessados deverão buscar a Equipe Social para realizar a inscrição. Anteriormente a realização efetiva do próprio curso, deverá ser realizada inscrição/seleção dos alunos interessados e após sua conclusão deverá ser feita a sensibilização dos mesmos a participarem do workshop para apresentação dos seus produtos para os demais moradores do empreendimento.

META DE PARTICIPAÇÃO DA AÇÃO	
QUANTIDADE DE ATIVIDADES DA AÇÃO	1 CURSO
META DE MOBILIZAÇÃO	237 100% DAS PESSOAS QUE NÃO TRABALHAM
META MÍNIMA DE INSCRIÇÃO PARA O INÍCIO DO CURSO	22 INSCRIÇÕES
META MÍNIMA DE PARTICIPAÇÃO	75%
PÚBLICO PREVISTO PARA CADA ATIVIDADE	25 ALUNOS
QUANTIDADE DE CONCLUDENTES PARA ATINGIR A META MÍNIMA	17 CONCLUDENTES

### - Monitoramento

A verificação e a avaliação de sua execução se darão por meio do levantamento de alguns indicadores entre os quais a quantidade de beneficiários presentes, nível de participação, registros fotográficos e listas de frequência. Além disso, a Equipe deverá apresentar em anexo ao Relatório Técnico Social da Atividade, o formulário de inscrição utilizado, a lista de inscritos e a lista de alunos concludentes. Ao fim do curso deverá ser aplicado com cada aluno concludente um instrumental avaliativo de forma a mensurar a satisfação dos participantes, bem como sua compreensão acerca da



importância deste curso como forma de melhorar sua condição financeira e incluí-lo no mercado de trabalho.

### **DS - AÇÃO 5: Curso profissionalizante nas áreas de Moda e Design (Customização de Camisetas) 30H**

Considerando o diagnóstico apresentado para a elaboração deste PDST, destacamos a existência de pelo menos 237 pessoas entre titulares das unidades habitacionais e membros das composições familiares que não estão desenvolvendo atividade remunerada.

Esta ação tem como meta ofertar um curso de 30h/aula de forma a capacitar 30 pessoas entre os beneficiários do Residencial. O curso objetiva a promoção de qualificação profissional posterior inserção no mercado de trabalho, gerando assim o desenvolvimento de trabalho e renda mesmo que informalmente, o que possibilita a manutenção das famílias no empreendimento, a autonomia e a qualidade de vida destas.

Vale ressaltar que deverão ser considerados para participantes do curso, prioritariamente, as pessoas que não apresentam renda e que apresentam interesse na inserção no mercado de trabalho, e na área do referido curso, ou seja, pessoas entre os 237 apresentados no diagnóstico.

Para sua execução será possível articular parcerias com instituições que promovem capacitações/cursos de formação nas áreas de gastronomia, entretanto caso esta articulação não seja possível, o TS já dispõe de recurso financeiro para o serviço técnico especializado na área dos cursos. Ressalta-se que o valor apresentado na composição de custos prevê o valor unitário por aluno estabelecido em orçamento previamente elaborado de acordo com informações dos cursos ofertados por instituições reconhecidas na área de capacitação profissional e já inclui o material que o mesmo utilizará durante as aulas. Além disto, o detalhamento de custos apresenta ainda a definição de um valor de ajuda de custo, como meio de prover transporte e outras

pequenas despesas dos alunos durante o período de realização do curso. Dessa forma, é importante que, como já estão destinados valores para tanto, o curso deverá ser desenvolvido por instituições que emitam certificados reconhecidos pelo MEC.

A mobilização deverá ser através de afixação de cartazes no Residencial. Anteriormente a realização efetiva do próprio curso, deverá ser realizada inscrição/seleção dos alunos interessados e após sua conclusão deverá ser feita a sensibilização dos mesmos a participarem do workshop para apresentação dos seus serviços para os demais moradores do empreendimento.

META DE PARTICIPAÇÃO DA AÇÃO	
QUANTIDADE DE ATIVIDADES DA AÇÃO	1 CURSO
META DE MOBILIZAÇÃO	237 100% DAS PESSOAS QUE NÃO TRABALHAM
META MÍNIMA DE INSCRIÇÃO PARA O INÍCIO DO CURSO	27 INSCRIÇÕES
META MÍNIMA DE PARTICIPAÇÃO	75%
PÚBLICO PREVISTO PARA CADA ATIVIDADE	30 ALUNOS
QUANTIDADE DE CONCLUDENTES PARA ATINGIR A META MÍNIMA	20 CONCLUDENTES

#### - Monitoramento

A verificação e a avaliação de sua execução se darão por meio do levantamento de alguns indicadores entre os quais a quantidade de beneficiários presentes, nível de participação, registros fotográficos e listas de frequência. Além disso, a Equipe deverá apresentar em anexo ao Relatório Técnico Social da Atividade, o formulário de inscrição utilizado, a lista de inscritos e a lista de alunos concludentes. Ao fim do curso deverá ser aplicado com cada aluno concludente um instrumental avaliativo de forma a mensurar a satisfação dos participantes, bem como sua compreensão acerca da importância deste curso como forma de melhorar sua condição financeira e incluí-lo no mercado de trabalho.



## **DS - AÇÃO 6: Curso profissionalizante na área de Gastronomia (Doces e salgados para festas) 60H**

Considerando o diagnóstico apresentado para a elaboração deste PDST, destacamos a existência de pelo menos 237 pessoas entre titulares das unidades habitacionais e membros das composições familiares que não estão desenvolvendo atividade remunerada.

Esta ação tem como meta ofertar um curso de 60h/aula de forma a capacitar 30 pessoas entre os beneficiários do Residencial. O curso objetiva a promoção de qualificação profissional posterior inserção no mercado de trabalho, gerando assim o desenvolvimento de trabalho e renda mesmo que informalmente, o que possibilita a manutenção das famílias no empreendimento, a autonomia e a qualidade de vida destas.

Vale ressaltar que deverão ser considerados para participantes do curso, prioritariamente, as pessoas que não apresentam renda e que apresentam interesse na inserção no mercado de trabalho, e na área do referido curso, ou seja, pessoas entre os 237 apresentados no diagnóstico.

Para sua execução será possível articular parcerias com instituições que promovem capacitações/cursos de formação nas áreas de gastronomia, entretanto caso esta articulação não seja possível, o TS já dispõe de recurso financeiro para o serviço técnico especializado na área dos cursos. Ressalta-se que o valor apresentado na composição de custos prevê o valor unitário por aluno estabelecido em orçamento previamente elaborado de acordo com informações dos cursos ofertados por instituições reconhecidas na área de capacitação profissional e já inclui o material que o mesmo utilizará durante as aulas. Além disto, o detalhamento de custos apresenta ainda a definição de um valor de ajuda de custo, como meio de prover transporte e outras pequenas despesas dos alunos durante o período de realização do curso. Dessa forma, é importante que, como já estão destinados valores para tanto, o curso deverá ser desenvolvido por instituições que emitam certificados reconhecidos pelo MEC.



A mobilização deverá ser através de afixação de cartazes no Residencial. Anteriormente a realização efetiva do próprio curso, deverá ser realizada inscrição/seleção dos alunos interessados e após sua conclusão deverá ser feita a sensibilização dos mesmos a participarem do workshop para apresentação dos seus serviços para os demais moradores do empreendimento.

META DE PARTICIPAÇÃO DA AÇÃO	
QUANTIDADE DE ATIVIDADES DA AÇÃO	1 CURSO
META DE MOBILIZAÇÃO	237 100% DAS PESSOAS QUE NÃO TRABALHAM
META MÍNIMA DE INSCRIÇÃO PARA O INÍCIO DO CURSO	27 INSCRIÇÕES
META MÍNIMA DE PARTICIPAÇÃO	75%
PÚBLICO PREVISTO PARA CADA ATIVIDADE	30 ALUNOS
QUANTIDADE DE CONCLUDENTES PARA ATINGIR A META MÍNIMA	20 CONCLUDENTES

#### - Monitoramento

A verificação e a avaliação de sua execução se darão por meio do levantamento de alguns indicadores entre os quais a quantidade de beneficiários presentes, nível de participação, registros fotográficos e listas de frequência. Além disso, a Equipe deverá apresentar em anexo ao Relatório Técnico Social da Atividade, o formulário de inscrição utilizado, a lista de inscritos e a lista de alunos concludentes. Ao fim do curso deverá ser aplicado com cada aluno concludente um instrumental avaliativo de forma a mensurar a satisfação dos participantes, bem como sua compreensão acerca da importância deste curso como forma de melhorar sua condição financeira e incluí-lo no mercado de trabalho.

#### **DS- AÇÃO 7: Curso profissionalizante nas áreas de estética e beleza (Limpeza de Pele). 40H**



Considerando o diagnóstico apresentado para a elaboração deste PDST, destacamos a existência de pelo menos 237 pessoas entre titulares das unidades habitacionais e membros das composições familiares que não estão desenvolvendo atividade remunerada.

Esta ação tem como meta ofertar um curso de 40h/aula de forma a capacitar 30 pessoas entre os beneficiários do Residencial. O curso objetiva a promoção de qualificação profissional posterior inserção no mercado de trabalho, gerando assim o desenvolvimento de trabalho e renda mesmo que informalmente, o que possibilita a manutenção das famílias no empreendimento, a autonomia e a qualidade de vida destas.

Vale ressaltar que deverão ser considerados para participantes do curso, prioritariamente, as pessoas que não apresentam renda e que apresentam interesse na inserção no mercado de trabalho, e na área do referido curso, ou seja, pessoas entre os 237 apresentados no diagnóstico.

Para sua execução será possível articular parcerias com instituições que promovem capacitações/cursos de formação nas áreas de gastronomia, entretanto caso esta articulação não seja possível, o TS já dispõe de recurso financeiro para o serviço técnico especializado na área dos cursos. Ressalta-se que o valor apresentado na composição de custos prevê o valor unitário por aluno estabelecido em orçamento previamente elaborado de acordo com informações dos cursos ofertados por instituições reconhecidas na área de capacitação profissional e já inclui o material que o mesmo utilizará durante as aulas. Além disto, o detalhamento de custos apresenta ainda a definição de um valor de ajuda de custo, como meio de prover transporte e outras pequenas despesas dos alunos durante o período de realização do curso. Dessa forma, é importante que, como já estão destinados valores para tanto, o curso deverá ser desenvolvido por instituições que emitam certificados reconhecidos pelo MEC.

A mobilização deverá ser através de afixação de cartazes no Residencial. Anteriormente a realização efetiva do próprio curso, deverá ser realizada inscrição/seleção dos alunos interessados e após sua conclusão deverá ser feita a



sensibilização dos mesmos a participarem do workshop para apresentação dos seus serviços para os demais moradores do empreendimento.

META DE PARTICIPAÇÃO DA AÇÃO	
QUANTIDADE DE ATIVIDADES DA AÇÃO	1 CURSO
META DE MOBILIZAÇÃO	237 100% DAS PESSOAS QUE NÃO TRABALHAM
META MÍNIMA DE INSCRIÇÃO PARA O INÍCIO DO CURSO	27 INSCRIÇÕES
META MÍNIMA DE PARTICIPAÇÃO	75%
PÚBLICO PREVISTO PARA CADA ATIVIDADE	30 ALUNOS
QUANTIDADE DE CONCLUDENTES PARA ATINGIR A META MÍNIMA	20 CONCLUDENTES

### - Monitoramento

A verificação e a avaliação de sua execução se darão por meio do levantamento de alguns indicadores entre os quais a quantidade de beneficiários presentes, nível de participação, registros fotográficos e listas de frequência. Além disso, a Equipe deverá apresentar em anexo ao Relatório Técnico Social da Atividade, o formulário de inscrição utilizado, a lista de inscritos e a lista de alunos concludentes. Ao fim do curso deverá ser aplicado com cada aluno concludente um instrumental avaliativo de forma a mensurar a satisfação dos participantes, bem como sua compreensão acerca da importância deste curso como forma de melhorar sua condição financeira e incluí-lo no mercado de trabalho.

### DS- AÇÃO 8: Curso profissionalizante na área de informática (Informática Básica) 66H

Considerando o diagnóstico apresentado para a elaboração deste PDST, destacamos a existência de pelo menos 237 pessoas entre titulares das unidades habitacionais e membros das composições familiares que não estão desenvolvendo atividade remunerada.



Esta ação tem como meta ofertar um curso de 66h/aula de forma a capacitar 30 pessoas entre os beneficiários do Residencial. Apresenta como objetivo promover a qualificação profissional com posterior inserção no mercado de trabalho, gerando assim o desenvolvimento de trabalho e renda mesmo que informalmente, o que possibilita a manutenção destas famílias no empreendimento, autonomia e qualidade de vida.

Vale ressaltar que deverão ser considerados para participantes do curso, prioritariamente, as pessoas que não apresentam renda e que apresentam interesse na inserção no mercado de trabalho, e na área do referido curso, ou seja, pessoas entre os 237 apresentados no diagnóstico. A proposição deste curso baseia-se na necessidade de inclusão digital dentro do mercado de trabalho e direcionamento para o empreendedorismo na criação de novos negócios.

Para sua execução será possível articular parcerias com instituições que promovem capacitações/cursos de formação nas áreas de gastronomia, entretanto caso esta articulação não seja possível, o TS já dispõe de recurso financeiro para o serviço técnico especializado na área dos cursos. Ressalta-se que o valor apresentado na composição de custos prevê o valor unitário por aluno estabelecido em orçamento previamente elaborado de acordo com informações dos cursos ofertados por instituições reconhecidas na área de capacitação profissional e já inclui o material que o mesmo utilizará durante as aulas. Além disto, o detalhamento de custos apresenta ainda a definição de um valor de ajuda de custo, como meio de prover transporte e outras pequenas despesas dos alunos durante o período de realização do curso. Dessa forma, é importante que, como já estão destinados valores para tanto, o curso deverá ser desenvolvido por instituições que emitam certificados reconhecidos pelo MEC.

A mobilização deverá ser através de afixação de cartazes no Residencial. Anteriormente a realização efetiva do próprio curso, deverá ser realizada inscrição/seleção dos alunos interessados e após sua conclusão deverá ser feita a sensibilização dos mesmos a participarem do workshop para apresentação dos seus serviços para os demais moradores do empreendimento.

<b>META DE PARTICIPAÇÃO DA AÇÃO</b>	
QUANTIDADE DE ATIVIDADES DA AÇÃO	2 CURSOS
META DE MOBILIZAÇÃO	237 100% DAS PESSOAS QUE NÃO TRABALHAM
META MÍNIMA DE INSCRIÇÃO PARA O INÍCIO DO CURSO	22 INSCRIÇÕES POR CURSO
META MÍNIMA DE PARTICIPAÇÃO	75% POR CURSO
PÚBLICO PREVISTO PARA CADA ATIVIDADE	25 ALUNOS POR CURSO
QUANTIDADE DE CONCLUDENTES PARA ATINGIR A META MÍNIMA	17 CONCLUDENTES POR CURSO

### - Monitoramento

A verificação e a avaliação de sua execução se darão por meio do levantamento de alguns indicadores entre os quais a quantidade de beneficiários presentes, nível de participação, registros fotográficos e listas de frequência. Além disso, a Equipe deverá apresentar em anexo ao Relatório Técnico Social da Atividade, o formulário de inscrição utilizado, a lista de inscritos e a lista de alunos concludentes. Ao fim do curso deverá ser aplicado com cada aluno concludente um instrumental avaliativo de forma a mensurar a satisfação dos participantes, bem como sua compreensão acerca da importância deste curso como forma de melhorar sua condição financeira e incluí-lo no mercado de trabalho.

### **DS - AÇÃO 9: Workshop entre os moradores e os concludentes dos cursos profissionalizantes e feirinha dos produtos confeccionados durante os cursos.**

Como forma de socializar entre os moradores o trabalho e os produtos confeccionados pelos participantes dos cursos profissionalizantes, este workshop com a feirinha deverá ser desenvolvido após a finalização de todos os cursos profissionalizantes que serão desenvolvidos.



Na ocasião, os moradores que se profissionalizaram em alguma das áreas dos cursos ofertados terão a oportunidade de apresentar as suas experiências bem como de gerar renda através da venda dos produtos ou serviços que aprenderam a confeccionar ou realizar. Os mesmos poderão ainda organizar apresentações acerca dos conhecimentos apreendidos durante o desenvolvimento dos cursos.

A Equipe que desenvolverá o trabalho social deverá apresentar os registros fotográficos dos cursos e avaliar em conjunto com os participantes a importância dos mesmos na realidade dos concludentes. Será realizado um workshop que deverá contar no mínimo com a participação de 50% dos concludentes dos cursos. Os moradores serão mobilizados através da afixação de cartazes bem como pela equipe gestora que poderá colaborar com essa mobilização. Segue abaixo a tabela explicativa das metas acerca desta atividade.

META DE PARTICIPAÇÃO DA AÇÃO		
QUANTIDADE DE ATIVIDADES DA AÇÃO	1 ATIVIDADE	
META DE MOBILIZAÇÃO	100% DOS CONCLUDENTES DOS CURSOS	
	288	100% DOS REPRESENTANTES FAMILIARES
META MÍNIMA DE PARTICIPAÇÃO DOS CONCLUDENTES	50% DOS CONCLUDENTES MOBILIZADOS	
META MÍNIMA DE PARTICIPAÇÃO DOS DEMAIS MORADORES	30% DOS REPRESENTANTES FAMILIARES	
QUANTIDADE DE PARTICIPANTES PARA ALCANÇAR A META MÍNIMA	86 REPRESENTANTES FAMILIARES	

### - Monitoramento

A verificação e a avaliação de sua execução se darão por meio do levantamento de alguns indicadores entre os quais a quantidade de beneficiários presentes, nível de participação, a quantidade de produtos e serviços apresentados, registros fotográficos, lista de frequência e instrumental de avaliação do curso. A partir destes instrumentais a Equipe deve perceber o grau de participação e interação entre os participantes, o nível



de satisfação em relação à atividade e ainda o grau de aprovação acerca dos produtos e serviços ofertados durante o workshop.

## **7.2 Fontes de parcerias**

A realização das atividades do Trabalho Social prevê a participação de outros órgãos municipais e/ou instituições privadas através da formação de parcerias com as mesmas, o que se considera estratégia fundamental para a execução das metas estabelecidas. Neste contexto, elencaremos parceiros que poderão ser contatados para a execução do TS. Salientamos que deverá ser vista a possibilidade real de firmar as parcerias com os entes mencionados neste PDST, pois deve ser considerada a condição das instituições destacadas, durante o período de execução das atividades, em possuir capacidade de atender e dispor do que for necessário. Deste modo, a empresa contratada não estará restrita apenas as entidades citadas neste Plano de Desenvolvimento Sócio Territorial, podendo firmar demais parcerias que visem à realização das atividades. Descrevemos abaixo algumas instituições:

### **Secretaria de Trabalho Desenvolvimento Social e Combate à Fome – SETRA**

Responsável pela efetivação da política de assistência social em Fortaleza, esta Secretaria possui ação descentralizada através dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e do Centro Especializado de Assistência Social – CREAS. O CRAS tem o objetivo de trabalhar o fortalecimento de vínculos das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social, ofertando os Serviços de convivência e Fortalecimento de Vínculos e na execução do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF através da concessão de benefícios assistenciais, como o Programa Bolsa Família, o Benefício da Prestação Continuada – BPC, dentre outros, e com o acompanhamento das famílias beneficiárias. O CREAS por sua vez, se

139



caracteriza pelo atendimento de famílias que estejam em situação de violação de direitos, e é o responsável pela execução de Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Família e Indivíduos – PAEFI, tratando de situações de violência e/ou abuso, adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas, medidas de proteção, trabalho infantil, e demais casos onde ocorreu a violação de direitos. A SETRA também é encarregada por coordenar as Políticas de Trabalho e Segurança Alimentar e Nutricional, fomentando a geração de emprego e renda e buscando garantir a segurança alimentar e nutricional dos usuários.

### **Secretaria de Desenvolvimento Econômico - SDE**

Criada pelo Decreto nº 13.128/2013, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico – SDE tem o objetivo de ações de desenvolvimento econômico autossustentável no município de Fortaleza. A SDE trabalha em dois eixos: Empreendedorismo e Atração de Investimentos. O empreendedorismo visa estimular os micro e pequenos empreendedores de Fortaleza, através de atividades de capacitação e de articulação com outras entidades, como bancos, para firmar parcerias e estreitar a relação com o empreendedor. Por sua vez a Atração de Investimentos trabalha na perspectiva de atrair os diversos tipos de negócios para Fortaleza.

### **Secretaria Municipal de Saúde – SMS**

A SMS tem a função de ofertar os serviços do Sistema Único de Saúde no município de Fortaleza, atendendo as necessidades de saúde da população. Sua atuação consiste na ação conjunta em dois níveis distintos: a Atenção Primária e Secundária, que executa a política municipal de saúde de forma descentralizada por meio dos diversos equipamentos existentes, tais como: Os postos de saúde, os hospitais, as

140



Unidades de Pronto Atendimento – UPA’s, os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS e os Centros de Especialidades Odontológicas – CEO’s. A SMS ainda fornece outros serviços como Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU, Farmácia Popular e a Vigilância Epidemiológica, Sanitária, Ambiental e Riscos Biológicos.

### **Secretaria Executiva Regional V - SER V**

A Secretaria Executiva Regional V é um órgão que visa a descentralização administrativa do município de Fortaleza sendo responsável pela garantia de oferta de serviços nos dezoito bairros de seu território, atuando através da articulação com as demais secretarias municipais por meio dos distritos referentes a cada política pública que fazem parte dos setores da SER V.

Além disso, tem como finalidade desenvolver ações nas áreas de saúde, educação, esporte, lazer, entre outras e executar as políticas públicas municipais, operacionalizando serviços urbanos que têm impacto direto na qualidade de vida dos cidadãos, cujos resultados exigem prontidão e eficácia, competindo-lhe, na área de sua abrangência e sob a coordenação do Gabinete do Prefeito.

Esta Regional é compreendida por 18 bairros, a saber: Canindezinho, Conjunto Ceará I, Conjunto Ceará II, Conjunto Esperança, Genibaú, Granja Lisboa, Granja Portugal, Jardim Cearense, Manoel Sátiro, Maraponga, Mondubim, Planalto Ayrton Senna, Prefeito José Walter, Presidente Vargas, São José, Santa Rosa, Bom Jardim e Siqueira. Tais bairros correspondem a cerca de 14% do território de Fortaleza e possuem um número aproximado de 570 mil habitantes segundo dados da PMF.

### **Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente do Município de Fortaleza – SEUMA**

141



Entidade que regula e fiscaliza as questões pertinentes ao planejamento e controle do meio ambiente natural e o ambiente construído do Município de Fortaleza. Possui como objetivo realizar ações de planejamento e controle do município de Fortaleza, dotando a cidade de um plano diretor com suas leis regulamentadas (mobilidade, uso do solo, meio ambiente e código de obras e posturas), políticas urbano-ambientais pré-definidas, dotando a cidade de áreas específicas vinculadas aos instrumentos do Estatuto da Cidade (operações urbanas consorciadas), fiscalização integrada (urbano e ambiental).

### **URBFOR - Autarquia de Urbanismo e Paisagismo de Fortaleza**

A Autarquia de Paisagismo e Urbanismo de Fortaleza (URBFFor) tem como finalidade executar as políticas públicas relacionadas à conservação e manutenção do ambiente natural do Município, com foco na arborização, paisagismo e manutenção da rede de drenagem natural da cidade, nos limites de sua competência. É vinculada à Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos (SCSP) e integra a Administração Indireta do Poder Executivo Municipal.

Dentre suas competências esta a administração do Horto Municipal, que é o responsável por fornecer plantas para serem colocadas nos espaços públicos, tais como ruas, avenidas e praças, corroborando assim para o paisagismo da cidade de Fortaleza. No Horto são cultivadas mudas de diversos tipos de vegetais, desde plantas frutíferas, ornamentais, medicinais, etc.

Diante das atividades exercidas pela URBFOR e do Horto Municipal é possível ser estabelecido parceria para realização das atividades referentes ao eixo de Educação Ambiental e Patrimonial – EAP, na ação onde se prevê o plantio de árvores e demais ações que a empresa executora considere relevante sua participação.

## **Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC**

O SENAC é entidade privada sem fins lucrativos, mantida através de empresários do comércio de bens, serviços e turismo. Atua no âmbito da educação profissional por meio da oferta de cursos nas mais diversas áreas, objetivando formar trabalhadores capacitados. Dentre as atividades propostas no Trabalho Social há a previsão para a realização de cursos profissionalizantes, este valor está pautado em pesquisas de orçamentos previamente elaboradas através dos cursos ofertados por esta entidade. Vale ressaltar que a empresa executora do TS, poderá articular com o SENAC a possibilidade de desenvolver turma específica e, se possível, em um lugar mais próximo e/ou acessível ao empreendimento.

## **Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte – CUCA's**

Os CUCA's inserem-se no Programa Integrado de Políticas Públicas da Juventude de Fortaleza (PIPPJF) como principal componente de execução e realização, a partir da qual todas as demais ações do Programa poderão ser potencializadas. São equipamentos públicos, localizados em diferentes regiões administrativas da cidade de Fortaleza.

Os CUCA's possuem capacidade de atender mil usuários por mês cada, ofertar e realizar Cursos de Formação Inicial e Continuada, nível da educação profissional oferecido de forma livre, em função das necessidades do mundo do trabalho e da sociedade, a promoção da saúde física e mental através das diversas modalidades esportivas, desenvolvendo atividades de esporte em três eixos principais: Participação (lazer), Educação e Competição, bem como a sessão de espaços dos Cucas para a comunidade ensaiar e jogar, fazer apresentações e treinos em diversas atividades como: cosplay, swingueira, futebol de campo e de salão, teatro, artes marciais e capoeira. A Rede CUCA abrange três equipamentos mantidos pela Prefeitura Municipal de Fortaleza e que executa atividades voltadas para a juventude, tendo como público alvo jovens com idades entre 15 a 29 anos. Os CUCA's estão localizados em áreas



estratégicas, com a existência de comunidades em vulnerabilidade social, e atualmente estão em funcionamento nos bairros: Barra do Ceará (Regional I), Mondubim (Regional V) e Jangurussu (Regional VI). A atuação dos CUCA's engloba a realização de cursos ofertados a população.

### **Coordenadoria Especial de Proteção e Bem-Estar Animal (Coepa)**

A Coordenadoria Especial de Proteção e Bem-Estar Animal (Coepa), que é vinculada à Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos (SCSP), atua como o VetMóvel, iniciativa que faz parte de ações com o objetivo de envolver cada vez mais a sociedade no combate aos maus tratos e abandono de animais na capital cearense.

No VetMóvel, atuam quatro médicos veterinários, sendo dois cirurgiões, um clínico geral e um anestesista. Os profissionais foram aprovados em seleção pública a partir de decreto assinado pelo prefeito, possibilitando o início das atividades. Além dos serviços de castração de cães e gatos pertencentes a tutores de baixa renda e atendimentos clínico-veterinários, o VetMóvel também fornece vacinação antirrábica e realização de exames rápidos para detecção do Calazar (Leishmaniose) destinados a animais pertencentes à população local, além de registro geral animal, distribuição de material educativo, palestras sobre bem-estar animal e guarda responsável.

Nas campanhas de vacinação previstas por este PDST nas ações do eixo EAP, e até mesmo nas Ações de Cidadania pode-se convidar o VetMóvel para realização de cuidados para os animais das famílias beneficiadas.

## 8 COMPOSIÇÃO DE CUSTOS

### 8.1 Recursos Humanos

#### 8.1.1 Equipe técnica social

A equipe técnica contratada deverá, necessariamente, dispor de profissionais qualificados e com experiência comprovada nas áreas de atuação a serem desenvolvidas no PDST.

Visando garantir que as ações sejam desempenhadas de maneira articulada ao longo dos 12 (doze) meses de execução do PDST, reforça-se que a equipe técnica deverá atuar de forma conjunta e interdisciplinar. A contratada tem a obrigação de encaminhar à Unidade Executora Municipal os currículos comprovados dos profissionais ao início do PDST, assim como, sempre que se fizer necessário, em casos de permuta de profissionais.

Os valores estabelecidos aos técnicos sociais embasam-se em valores pagos por cooperativas aos profissionais do Serviço Social que trabalhe sem qualquer vínculo empregatício, vínculo estatutário ou de natureza semelhante. Apesar de outras categorias profissionais poderem compor os recursos humanos do PDST priorizamos tais honorários para que não ocorram prejuízos a nenhuma das categorias possíveis, principalmente a do Serviço Social.

A equipe técnica será composta por quatro profissionais. O primeiro deverá obrigatoriamente possuir formação acadêmica em Serviço Social, devidamente regulamentada no conselho de classe, com comprovação de experiência de no mínimo dois anos em trabalhos com projetos sociais. Já o segundo profissional deverá atuar nas atividades de todos os Eixos, devendo exercer a função de Assistente Social, Cientista Social ou Sociólogo exigindo-se graduação em Serviço Social, Ciências Sociais ou Sociologia com registro no conselho de classe ou Ministério do Trabalho, atuando nas

atividades de todos os eixos. O terceiro profissional, assim como o primeiro, também deverá obrigatoriamente possuir formação acadêmica em Serviço Social, estar devidamente regulamentada no conselho de classe, com comprovação de experiência de no mínimo dois anos em trabalhos com projetos sociais.

Por fim, o quarto profissional é o Advogado que deve possuir graduação em Direito e registro ativo no Conselho de Classe. Este profissional deverá colaborar nas atividades de todos os Eixos e ter no mínimo dois anos de experiência profissional na área de formação. Sugere-se que, se possível, esse profissional tenha experiência em gestão condominial e /ou desenvolvimento de projetos comunitários com famílias de baixa renda, não sendo este um critério obrigatório para contratação, apenas um fator a mais de preferência em relação a escolha do mesmo.

Além disso, o profissional vinculado à Prefeitura Municipal de Fortaleza que assina o documento como Responsável Técnico deverá coordenar e avaliar a execução das ações previstas pelo Trabalho Social.

Dispomos abaixo do quadro referente à composição da equipe técnica:



<b>RECURSOS HUMANOS - EQUIPE TÉCNICA SOCIAL</b>						
<b>Profissional</b>	<b>Requisitos</b>	<b>Atribuição</b>	<b>Quant.</b>	<b>Horas Técnicas (quantidade)</b>	<b>Valor por hora (R\$)</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>
<u>Assistente Social I</u>	Graduação em Serviço Social; Registro ativo no Conselho de classe; Possuir experiência comprovada em desenvolvimento de projetos comunitários com famílias de baixa renda.	Realizar atividades voltadas para os Eixos em desenvolvimento no Trabalho Social	1	345	98,57	34.006,65
<u>Técnico Social II</u>	Graduação em Serviço Social, Pedagogia ou Sociologia; Registro ativo no Conselho de classe; Possuir especialização voltada para atuação com o social. Experiência comprovada em projetos com comunidades.	Realizar atividades voltadas para os Eixos em desenvolvimento no Trabalho Social	1	309	98,57	30.458,13
<u>Assistente Social III</u>	Graduação em Serviço Social; Registro ativo no Conselho de classe; Experiência comprovada com associativismo, e/ou cooperativismo, e/ou sócio-economia solidária, e/ou formação de grupos produtivos, e/ou desenvolvimento de projetos comunitários para geração de trabalho e renda.	Realizar atividades voltadas para os Eixos em desenvolvimento no Trabalho Social	1	309	98,57	30.458,13
<u>Advogado</u>	Graduação em Direito; Registro ativo no Conselho de classe; Possuir experiência comprovada de no mínimo dois anos de atuação na profissão e, não obrigatoriamente, mas de preferência, possuir experiência em Gestão Condominial e /ou desenvolvimento de projetos comunitários com famílias de baixa renda.	Realizar atividades voltadas para os Eixos em desenvolvimento no Trabalho Social	1	345	98,57	34.006,65
<b>Total da equipe técnica (1)</b>			<b>4</b>	<b>1308</b>	<b>98,57</b>	<b>128.929,56</b>
<b>Despesas indiretas (2)</b>						<b>32.232,39</b>
<b>Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)</b>						<b>5.608,44</b>
<b>Despesas Financeiras (1%)</b>						<b>1.289,30</b>
<b>Imprevistos (3%)</b>						<b>3.867,89</b>
<b>COFINS (3%)</b>						<b>3.867,89</b>
<b>PIS/PASEP (0,65%)</b>						<b>838,04</b>
<b>ISS (5%)</b>						<b>6.446,48</b>
<b>Lucro (8%)</b>						<b>10.314,36</b>
<b>TOTAL GERAL (1 + 2)</b>						<b>161.161,95</b>



### 8.1.2 Locação de veículo

A contratada deverá locar um veículo que será utilizado para o cumprimento das atividades do Plano de Desenvolvimento Sócio Territorial considerando os 12 (doze) meses de execução do supracitado Plano.

<b>LOCAÇÃO DE VEÍCULO</b>					
<b>Item</b>	<b>Especificação</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit. (mensal)*</b>	<b>Período (meses)</b>	<b>Valor Total</b>
Locação de Veículo	Utilitário na cor branca com 5 lugares (4 passageiros + motorista), seguro total, película anti-sol, combustível, com motorista habilitado e todos os demais acessórios obrigatórios.	1	2.880,000	12	34.560,00
<b>Total (1)</b>					<b>34.560,00</b>
<b>Despesas Indiretas (2)</b>					<b>8.640,00</b>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)					1.503,36
Despesas Financeiras (1%)					345,60
Imprevistos (3%)					1.036,80
COFINS (3%)					1.036,80
PIS/PASEP (0,65%)					224,64
ISS (5%)					1.728,00
Lucro (8%)					2.764,80
<b>TOTAL GERAL (1 + 2)</b>					<b>43.200,00</b>

### 8.1.3 Serviços de Terceiros

Para a realização de algumas ações programadas nesse PDST dever-se-á contratar serviços de terceiros que venham apoiar a equipe técnica social e viabilizar a execução de tais ações. Para tanto, segue previsão orçamentária dos serviços e se ressalva que os mesmos devem ser reconhecidos tecnicamente no mercado.





SERVIÇOS DE TERCEIROS					
Item	Objeto	Unidade	Valor Unit.	Valor Unit.	Valor Total
Carrinho de Pipoca	Aluguel de Carrinho de Pipoca	17	—	120,00 (custo diário do carrinho de pipoca)	2.040,00
Carrinho de Algodão Doce	Aluguel de Carrinho de Algodão Doce	17	—	120,00 (custo diário do carrinho de algodão doce)	2.040,00
Pula-pula	Aluguel de Pula-pula	2	—	120,00 (custo diário do pula-pula)	240,00
Locação de Ônibus	Aluguel de Ônibus	3	—	400,00 (custo diário do ônibus)	1.200,00
Aluguel de mesas/cadeiras	Conjunto de 1 mesa + 4 cadeiras	64	—	12,00 (custo diário por conjunto de mesa/cadeira)	768,00
Profissional de Educação Física	Contratação de Profissional da área	12	—	1300,00 (custo mensal)	15.600,00
Empresa Técnica especializada na área do Curso(Gastronomia (Lanches Comerciais)	Empresa Técnica especializada na área do Curso	1	25	425,50 (custo da empresa especializada na área do curso por aluno)	10.637,50
Empresa Técnica especializada na área do Curso (Moda e Design: Customização de Camisetas)	Empresa Técnica especializada na área do Curso	1	30	328,60 (custo da empresa especializada na área do curso por aluno)	9.858,00
Empresa Técnica especializada na área do Curso (Gastronomia: Doces e salgados para festas)	Empresa Técnica especializada na área do Curso	1	30	400,00 (custo da empresa especializada na área do curso por aluno)	12.000,00
Empresa Técnica especializada na área do Curso (Estética e Beleza: Limpeza de Pele)	Empresa Técnica especializada na área do Curso	1	30	253,20 (custo da empresa especializada na área do curso por aluno)	7.596,00
Empresa Técnica especializada na área do Curso (Informática: Informática básica)	Empresa Técnica especializada na área do Curso	1	50	306,80 (custo da empresa especializada na área do curso por aluno)	15.340,00
<b>Total (1)</b>					<b><u>77.319,50</u></b>
<b>Despesas Indiretas (2)</b>					<b><u>19.329,88</u></b>
<b>Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)</b>					3.363,40
<b>Despesas Financeiras (1%)</b>					773,20
<b>Imprevistos (3%)</b>					2.319,59
<b>COFINS (3%)</b>					2.319,59
<b>PIS/PASEP (0,65%)</b>					502,58
<b>ISS (5%)</b>					3.865,98
<b>Lucro (8%)</b>					6.185,56
<b>TOTAL GERAL (1 + 2)</b>					<b><u>96.649,38</u></b>



### 8.1.4 Material de Consumo

Os valores distribuídos nos quadros abaixo são concernentes aos materiais de consumo necessários à execução das atividades compatíveis com os eixos MOFS, EAP, DS e GCP. Os valores referentes aos materiais são para a utilização nos 12 (doze) meses de execução do Plano de Desenvolvimento Sócio Territorial.

<b>MATERIAL DE CONSUMO - MOFS</b>	
<b>Ação</b>	<b>Valor Total (R\$)</b>
Ação 1	3.889,85
Ação 2	88,00
Ação 3	1.400,00
Ação 4	240,00
Ação 5	919,46
Ação 6	1.622,48
Ação 7	206,96
Ação 8	164,02
Ação 9	928,25
<b>Total (1)</b>	<b><u>9.459,02</u></b>
<b>Despesas Indiretas (2)</b>	<b><u>2.364,76</u></b>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)	411,47
Despesas Financeiras (1%)	94,59
Imprevistos (3%)	283,77
COFINS (3%)	283,77
PIS/PASEP (0,65%)	61,48
ISS (5%)	472,95
Lucro (8%)	756,72
<b>TOTAL GERAL (1 + 2)</b>	<b><u>11.823,78</u></b>

<b>MATERIAL DE CONSUMO - EAP</b>	
<b>Ação</b>	<b>Valor Total</b>
Ação 1	1.523,60
Ação 2	891,23
Ação 3	1329,06
Ação 4	558,68
Ação 5	1.316,00
Ação 6	646,99
Ação 7	1.324,44
Ação 8	661,48
Ação 9	446,69
<b>Total (1)</b>	<b><u>8.698,17</u></b>
<b>Despesas Indiretas (2)</b>	<b><u>2.174,54</u></b>
<b>Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)</b>	<b>378,37</b>
<b>Despesas Financeiras (1%)</b>	<b>86,98</b>
<b>Imprevistos (3%)</b>	<b>260,95</b>
<b>COFINS (3%)</b>	<b>260,95</b>
<b>PIS/PASEP (0,65%)</b>	<b>56,54</b>
<b>ISS (5%)</b>	<b>434,91</b>
<b>Lucro (8%)</b>	<b>695,85</b>
<b>TOTAL GERAL (1 + 2)</b>	<b><u>10.872,71</u></b>

<b>MATERIAL DE CONSUMO - DS</b>	
<b>Ação</b>	<b>Valor Total</b>
Ação 1	1.967,66
Ação 2	226,06
Ação 3	1741,36
Ação 4	2.665,56
Ação 5	2.880,56
Ação 6	2.880,56
Ação 7	2.578,16
Ação 8	5.246,56
Ação 9	203,73
<b>Total (1)</b>	<b><u>20.390,21</u></b>
<b>Despesas Indiretas (2)</b>	<b><u>5.097,55</u></b>
<b>Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)</b>	<b>886,97</b>
<b>Despesas Financeiras (1%)</b>	<b>203,90</b>
<b>Imprevistos (3%)</b>	<b>611,71</b>

<b>COFINS (3%)</b>	<b>611,71</b>
<b>PIS/PASEP (0,65%)</b>	<b>132,54</b>
<b>ISS (5%)</b>	<b>1.019,51</b>
<b>Lucro (8%)</b>	<b>1.631,22</b>
<b>TOTAL GERAL (1 + 2)</b>	<b><u>25.487,76</u></b>

<b>MATERIAL DE CONSUMO - GCP</b>	
<b>Ação</b>	<b>Valor Total</b>
Ação 1	1.872,89
Ação 2	914,75
Ação 3	485,40
Ação 4	516,64
Ação 5	311,24
Ação 6	1.487,14
Ação 7	1.324,16
Ação 8	1.992,66
Ação 9	2.042,66
<b>Total (1)</b>	<b><u>10.947,54</u></b>
<b>Despesas Indiretas (2)</b>	<b><u>2.736,89</u></b>
<b>Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)</b>	<b>476,22</b>
<b>Despesas Financeiras (1%)</b>	<b>109,48</b>
<b>Imprevistos (3%)</b>	<b>328,43</b>
<b>COFINS (3%)</b>	<b>328,43</b>
<b>PIS/PASEP (0,65%)</b>	<b>71,16</b>
<b>ISS (5%)</b>	<b>547,38</b>
<b>Lucro (8%)</b>	<b>875,80</b>
<b>TOTAL GERAL (1 + 2)</b>	<b><u>13.684,43</u></b>

## 9 CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

O cronograma físico financeiro (ANEXO B) é referente aos recursos contratados para o PDST, vinculado as atividades previstas para os eixos MOFS, EAP, GCP e DS, a serem distribuído nos 12 (doze) meses de execução. As despesas indiretas estão consideradas nos valores apontados e limitadas a 25% (vinte e cinco por cento). Ressalta-se que as despesas indiretas são referentes à: 4,35% de despesas operacionais administrativas, 1% de despesas financeiras, 3% de imprevistos, 3% de COFINS, 0,65% de PIS/PASEP, 5% de ISS e 8% de lucro.

## 10 CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

O cronograma de execução (ANEXO C) apresenta as 36 (trinta e seis) ações previstas para os eixos MOFS, GCP, EAP e DS, totalizando entre estas ações o quantitativo de 149 (cento e quarenta e nove) atividades a serem distribuídos nos 12 (doze) meses de execução do Trabalho Social.

As ações do MOFS previstas são ao todo 9 (nove) e devem ser subdivididas ao longo dos meses totalizando 43 (quarenta e três) atividades. Já o eixo EAP possui 09 (nove) ações que ao serem divididas ao longo dos meses totalizam 63 (sessenta e três) atividades. Ressaltamos que o número excessivo de atividades presentes neste eixo são por conta da AÇÃO 1 que prevê 04 aulas mensais de uma escolinha esportiva. No entanto, estas não comprometem o desenvolvimento do trabalho social, pois serão desenvolvidas por um profissional educador físico terceirizado pela empresa licitada. No entanto, a equipe social deverá mobilizar os beneficiários bem como acompanhar as aulas.

No eixo GCP, temos um total de 9 (nove) ações que divididas ao longo dos meses totalizam 30 (trinta) atividades. Por fim, o DS compreende 09 (nove) ações que são subdivididas em 13 (treze) atividades que promovem iniciativas de desenvolvimento socioeconômico.



Ressaltamos que o excessivo número de atividades no MÊS 01, desproporcional aos demais meses do Trabalho Social, justifica-se pela ação de Visitas Institucionais (10 Visitas). Faz-se importante informar que as referidas visitas não devem interferir de forma direta na realização de atividades, pois deverá ser realizada pela Equipe Social com o objetivo de estabelecer parcerias com as instituições do entorno do Empreendimento. Assim, a Equipe pode se dividir não causando prejuízo à execução das demais atividades do mês de referência.

## 11 DISCRIMINAÇÃO FINANCEIRA DAS ATIVIDADES

Convém esclarecer frente à discriminação financeira das atividades que os lanches ofertados devam seguir o padrão de suco de caixinha de 200ml ou refrigerante de 250 ml, com sanduíche misto ou cachorro quente, estes contendo data de fabricação e validade conforme orientações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA. Caso haja a necessidade de mudança do tipo do lanche, isto deve ocorrer de forma antecipada e em comum acordo com a Unidade Executora Municipal.

### EIXO MOBILIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FORTALECIMENTO SOCIAL (MOFS)

<i>01. Assembleia para a apresentação da equipe técnica que executará as atividades do Trabalho Social, bem como expor as ações que estão contempladas nos eixos a serem trabalhados. ***</i>				
Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Convite P/B	Unid	288	0,12	34,56
Cartaz	Unid	20	2,50	50,00
Cópia simples	Unid	210	0,12	25,20
Grampeador*	Unid	10	15,50	155,00
Clipes pequenos*	Caixa	18	2,00	36,00
Clipes grandes*	Caixa	18	3,00	54,00
Grampos*	Caixa	18	3,20	57,60
Extrator de grampo*	Unid	10	3,00	30,00
Cola branca (500g)*	Unid	10	8,00	80,00
Fita adesiva (durex)*	Unid	10	2,50	25,00
Cartucho colorido*	Unid	15	60,00	900,00

Cartucho P/B*	Unid	22	50,00	1.100,00
Régua*	Unid	10	2,00	20,00
Perfurador*	Unid	10	6,00	60,00
Marca texto*	Caixa	10	16,00	160,00
Lápis*	Caixa	10	16,00	160,00
Borracha*	Unid	15	3,50	52,50
Apontador*	Unid	15	2,50	37,50
Corretivo*	Unid	15	2,50	37,50
Caneta esferográfica*	Caixa	10	25,00	250,00
Crachá*	Unid	10	10,00	100,00
Pen drive*	Unid	10	20,00	200,00
Papel A4*	Resma	15	15,00	225,00
Almofada para carimbo*	Unid	10	4,00	40,00
<b>Total material de consumo (1)</b>				<b><u>3.889,85</u></b>
<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>Unid</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>
Locação de veículo	---	1	---	960,00
<b>Total serviços de terceiros (2)</b>				<b><u>960,00</u></b>
<b>Recursos Humanos</b>	<b>Horas trabalhadas</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit. (custo p/hora)</b>	<b>Valor Total</b>
Assistente Social I	8	1	98,57	788,56
Técnico Social II	8	1	98,57	788,56
Assistente Social III	8	1	98,57	788,56
Advogado	8	1	98,57	788,56
<b>Total recursos humanos (3)</b>				<b><u>3.154,24</u></b>
<b>Total (1 + 2 + 3)</b>				<b><u>8.004,09</u></b>
<b>Despesas Indiretas (4)</b>				<b><u>2.001,02</u></b>
<b>Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)</b>				348,18
<b>Despesas Financeiras (1%)</b>				80,04
<b>Imprevistos (3%)</b>				240,12
<b>COFINS (3%)</b>				240,12
<b>PIS/PASEP (0,65%)</b>				52,03
<b>ISS (5%)</b>				400,20
<b>Lucro (8%)</b>				640,33
<b>TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)</b>				<b><u>10.005,11</u></b>
* Material reutilizável nas demais atividades.				
** Esta atividade contará com o apoio da Unidade Executora Local (UEL).				
*** Ação com meta 50% (144 participantes, sendo 72 no mínimo por atividade) e orçada em 75% (216 participantes)				

**02. Visitas institucionais para explanação da intervenção/Projeto e mobilização das parcerias/arranjos locais.**

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Papel sulfite branco (100 folhas)	Unid	2	3,50	7,00
Cartilha informativa	Unid	20	2,50	50,00
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Cópia simples	Unid	50	0,12	6,00
<b>Total material de consumo (1)</b>				<b>88,00</b>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Locação de veículo	—	1	—	960,00
<b>Total serviços de terceiros (2)</b>				<b>960,00</b>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social I	10	1	98,57	985,70
Técnico Social II	10	1	98,57	985,70
Assistente Social III	10	1	98,57	985,70
Advogado	10	1	98,57	985,70
<b>Total recursos humanos (3)</b>				<b>3.942,80</b>
<b>Total (1 + 2 + 3)</b>				<b>4.990,80</b>
<b>Despesas Indiretas (4)</b>				<b>1.247,70</b>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				217,10
Despesas Financeiras (1%)				49,91
Imprevistos (3%)				149,72
COFINS (3%)				149,72
PIS/PASEP (0,65%)				32,44
ISS (5%)				249,54
Lucro (8%)				399,26
<b>TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)</b>				<b>6.238,50</b>

\* ação com meta 100% (10 Instituições visitadas) e orçada em 100% (10 Instituições visitadas)

**03. Reunião das famílias beneficiadas com representantes das seguintes secretarias: SDHDS, SME, SMS, SER V, SEUMA, SECULTFOT e SECEL para esclarecer acerca da gestão, do acesso e serviços dos equipamentos sociais.\***

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	230	3,50	805,00
Cartaz	Unid	22	2,50	55,00
Cartilha informativa	Unid	216	2,50	540,00
<b>Total material de consumo (1)</b>				<b>1.400,00</b>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total



Aluguel de carrinho de pipoca	Unid	2	120,00	240,00
Aluguel de carrinho de algodão doce	Unid	2	120,00	240,00
Locação de veículo	—	1	—	960,00
<b>Total serviços de terceiros (2)</b>				<b><u>1.440,00</u></b>
<b>Recursos Humanos</b>	<b>Horas trabalhadas</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit. (custo p/ hora)</b>	<b>Valor Total</b>
Assistente Social III	12	1	98,57	1.182,84
Técnico Social II	12	1	98,57	1.182,84
<b>Total recursos humanos (3)</b>				<b><u>2.365,68</u></b>
<b>Total (1 + 2 + 3)</b>				<b><u>5.205,68</u></b>
<b>Despesas Indiretas (4)</b>				<b><u>1.301,42</u></b>
<b>Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)</b>				226,45
<b>Despesas Financeiras (1%)</b>				52,06
<b>Imprevistos (3%)</b>				156,17
<b>COFINS (3%)</b>				156,17
<b>PIS/PASEP (0,65%)</b>				33,84
<b>ISS (5%)</b>				260,28
<b>Lucro (8%)</b>				416,45
<b>TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)</b>				<b><u>6.507,10</u></b>
* Ação com meta 50% (144 participantes, sendo 72 no mínimo por atividade) e orçada em 75% (216 participantes) Meta mínima de instituições participantes: 05 Instituições				

<b>04. Plantão social (pouso)*</b>				
<b>Material de consumo</b>	<b>Unid</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>
Cartaz	Unid	60	2,50	150,00
Livro de Registro	Unid	5	7,00	35,00
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Cópia simples	Unid	250	0,12	30,00
<b>Total material de consumo (1)</b>				<b><u>240,00</u></b>
<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>Unid</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>
Locação de veículo	—	1	—	960,00
<b>Total serviços de terceiros (2)</b>				<b><u>960,00</u></b>
<b>Recursos Humanos</b>	<b>Horas trabalhadas</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit. (custo p/ hora)</b>	<b>Valor Total</b>
Assistente Social I	60	1	98,57	5.914,20
Advogado	60	1	98,57	5.914,20
<b>Total recursos humanos (3)</b>				<b><u>11.828,40</u></b>



<b>Total (1 + 2 + 3)</b>				<b>13.028,40</b>
<b>Despesas Indiretas (4)</b>				<b>3.257,10</b>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				566,74
Despesas Financeiras (1%)				130,28
Imprevistos (3%)				390,85
COFINS (3%)				390,85
PIS/PASEP (0,65%)				84,68
ISS (5%)				651,42
Lucro (8%)				1.042,27
<b>TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)</b>				<b>16.285,50</b>
* Ação com meta de mobilização em 100%, sendo a meta de participação de acordo com a demanda das famílias.				

**05. Encontros para apresentação do Regimento Interno e da Convenção de Condomínio e discussão de propostas pra alterações de acordo com a realidade dos moradores.\***

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	216	3,50	756,00
Cartaz	Unid	15	2,50	37,50
Convite P/B	Unid	288	0,12	34,56
Papel A4	Resma	1	15,00	15,00
Cópias simples	Unid	220	0,12	26,40
Caneta esferográfica	Caixa	2	25,00	50,00
<b>Total material de consumo (1)</b>				<b>919,46</b>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Locação de veículo	---	1	---	960,00
<b>Total serviços de terceiros (2)</b>				<b>960,00</b>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social I	6	1	98,57	591,42
Advogado	6	1	98,57	591,42
<b>Total recursos humanos (3)</b>				<b>1.182,84</b>
<b>Total (1 + 2 + 3)</b>				<b>3.062,30</b>
<b>Despesas Indiretas (4)</b>				<b>765,58</b>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				133,21
Despesas Financeiras (1%)				30,62
Imprevistos (3%)				91,87
COFINS (3%)				91,87
PIS/PASEP (0,65%)				19,90
ISS (5%)				153,12
Lucro (8%)				244,98



<b>TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)</b>				<b>3.827,88</b>
------------------------------------	--	--	--	-----------------

\* Ação com meta mínima de 50% (144 participantes, sendo 72 no mínimo por atividade) e orçada em 75% (216 participantes)

**06. Assembleias para socialização do Regimento Interno e Convenção de condomínio de acordo com as alterações realizadas em conjunto pelos moradores.**

<b>Material de consumo</b>	<b>Unid</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>
Lanche	Unid	216	3,50	756,00
Cartaz	Unid	4	2,50	10,00
Convite P/B	Unid	288	0,12	34,56
Cópias dos documentos elaborados	Unid	216	3,50	756,00
Cópias simples	Unid	216	0,12	25,92
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Papel A4	Resma	1	15,00	15,00
<b>Total material de consumo (1)</b>				<b>1.622,48</b>
<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>Unid</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>
Locação de veículo	—	1	—	960,00
<b>Total serviços de terceiros (2)</b>				<b>960,00</b>
<b>Recursos Humanos</b>	<b>Horas trabalhadas</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit. (custo p/ hora)</b>	<b>Valor Total</b>
Assistente Social I	8	1	98,57	788,56
Advogado	8	1	98,57	788,56
<b>Total recursos humanos (3)</b>				<b>1.577,12</b>
<b>Total (1 + 2 + 3)</b>				<b>4.159,60</b>
<b>Despesas Indiretas (4)</b>				<b>1.039,90</b>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				180,94
Despesas Financeiras (1%)				41,60
Imprevistos (3%)				124,79
COFINS (3%)				124,79
PIS/PASEP (0,65%)				27,04
ISS (5%)				207,98
Lucro (8%)				332,77
<b>TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)</b>				<b>5.199,50</b>

\* Ação com meta mínima de 50% (144 participantes, sendo 72 no mínimo por atividade) e orçada em 75% (216 participantes)

<b>07. Ação de Cidadania com a oferta de serviços de saúde, assistência social, estética e beleza, obtenção de documentos pessoais em articulação com instituições parceiras públicas e privadas.*</b>				
<b>Material de consumo</b>	<b>Unid</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>
Cartaz	Unid	27	2,50	67,50
Convite P/B	Unid	576	0,12	69,12
Cópias simples	Unid	507	0,12	60,84
Fita adesiva (tipo gomada)	Unid	2	4,75	9,50
<b>Total material de consumo (1)</b>				<b><u>206,96</u></b>
<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>Unid</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>
Aluguel de mesas/cadeiras (conjunto 1 mesa + 4 cadeiras)	Unid	25	12,00	300,00
Aluguel de carrinho de pipoca	Unid	2	120,00	240,00
Aluguel de carrinho de algodão doce	Unid	2	120,00	240,00
Aluguel de Pula-pula	Unid	2	120,00	240,00
Locação de veículo	—	1	—	960,00
<b>Total serviços de terceiros (2)</b>				<b><u>1.980,00</u></b>
<b>Recursos Humanos</b>	<b>Horas trabalhadas</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit. (custo p/ hora)</b>	<b>Valor Total</b>
Assistente Social I	8	1	98,57	788,56
Tecnico Social II	8	1	98,57	788,56
Assistente Social III	8	1	98,57	788,56
Advogado	8	1	98,57	788,56
<b>Total recursos humanos (3)</b>				<b><u>3.154,24</u></b>
<b>Total (1 + 2 + 3)</b>				<b><u>5.341,20</u></b>
<b>Despesas Indiretas (4)</b>				<b><u>1.335,30</u></b>
<b>Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)</b>				232,34
<b>Despesas Financeiras (1%)</b>				53,41
<b>Imprevistos (3%)</b>				160,24
<b>COFINS (3%)</b>				160,24
<b>PIS/PASEP (0,65%)</b>				34,72
<b>ISS (5%)</b>				267,06
<b>Lucro (8%)</b>				427,30
<b>TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)</b>				<b><u>6.676,50</u></b>
* Ação com meta mínima de 50% (144 participantes por atividade) e orçada em 75% (432 participantes) Meta mínima de instituições participantes: 05 Instituições				



<b>08. Visitas domiciliares para avaliação de pós-ocupação com os beneficiários de reassentamento acerca da intervenção.</b>				
<b>Material de consumo</b>	<b>Unid</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>
Cópias simples	Unid	216	0,12	25,92
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Cartaz	Unid	15	2,50	37,50
Cópias do instrumental de avaliação	Unid	216	0,35	75,60
<b>Total material de consumo (1)</b>				<b><u>164,02</u></b>
<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>Unid</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>
Locação de veículo	—	1	—	960,00
<b>Total serviços de terceiros (2)</b>				<b><u>960,00</u></b>
<b>Recursos Humanos</b>	<b>Horas trabalhadas</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit. (custo p/ hora)</b>	<b>Valor Total</b>
Assistente Social I	20	1	98,57	1.971,40
Técnico Social II	20	1	98,57	1.971,40
Assistente Social III	20	1	98,57	1.971,40
Advogado	20	1	98,57	1.971,40
<b>Total recursos humanos (3)</b>				<b><u>7.885,60</u></b>
<b>Total (1 + 2 + 3)</b>				<b><u>9.009,62</u></b>
<b>Despesas Indiretas (4)</b>				<b><u>2.252,41</u></b>
<b>Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)</b>				391,92
<b>Despesas Financeiras (1%)</b>				90,10
<b>Imprevistos (3%)</b>				270,29
<b>COFINS (3%)</b>				270,29
<b>PIS/PASEP (0,65%)</b>				58,56
<b>ISS (5%)</b>				450,48
<b>TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)</b>				<b><u>11.262,03</u></b>
* ação com meta mínima de 50% de visitas realizadas (144 visitas) e orçada em 75% (216)				

<b>09. Seminário de avaliação final do projeto.*</b>				
<b>Material de consumo</b>	<b>Unid</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>
Lanche	Unid	216	3,50	756,00
Cartaz	Unid	5	2,50	12,50
Cópias simples	Unid	250	0,12	30,00
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Banner	Unid	1	30,00	30,00
Fita adesiva (tipo gomada)	Unid	1	4,75	4,75
Barbante	Rolo	1	7,00	7,00
Bandeirinhas	Pct	18	3,50	63,00
<b>Total material de consumo (1)</b>				<b><u>928,25</u></b>



Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Aluguel de carrinho de pipoca	Unid	2	120,00	240,00
Aluguel de carrinho de algodão doce	Unid	2	120,00	240,00
Locação de veículo	—	1	—	960,00
<b>Total serviços de terceiros (2)</b>				<b><u>1.440,00</u></b>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social I	6	1	98,57	591,42
Técnico Social II	6	1	98,57	591,42
Assistente Social III	6	1	98,57	591,42
Advogado	6	1	98,57	591,42
<b>Total recursos humanos (3)</b>				<b><u>2.365,68</u></b>
<b>Total (1 + 2 + 3)</b>				<b><u>4.733,93</u></b>
<b>Despesas Indiretas (4)</b>				<b><u>1.183,48</u></b>
<b>Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)</b>				205,93
<b>Despesas Financeiras (1%)</b>				47,34
<b>Imprevistos (3%)</b>				142,02
<b>COFINS (3%)</b>				142,02
<b>PIS/PASEP (0,65%)</b>				30,77
<b>ISS (5%)</b>				236,70
<b>Lucro (8%)</b>				378,71
<b>TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)</b>				<b><u>5.917,41</u></b>
* ação com meta mínima de 50% (144 participantes) e orçada em 75% (216 participantes)				

## EIXO EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL (EAP)

### 01. Escolinha esportiva com as crianças e adolescentes do Residencial.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cartaz	Unid	20	2,50	50,00
Cópia simples	Unid	500	0,12	60,00
Prancheta	Unid	1	4,20	4,20
Bolas	Unid	9	40,00	360,00
Apito	Unid	6	19,90	119,40
Coletes	Unid	120	7,75	930,00
<b>Total material de consumo (1)</b>				<b><u>1.523,60</u></b>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Profissional de Educação Física	Unid	12	1.300,00	15.600,00

Locação de veículo	—	1	—	960,00
<b>Total serviços de terceiros (2)</b>				<b>16.560,00</b>
<b>Recursos Humanos</b>	<b>Horas trabalhadas</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit. (custo p/ hora)</b>	<b>Valor Total</b>
Técnico Social II	46	1	98,57	4.534,22
Assistente Social III	46	1	98,57	4.534,22
<b>Total recursos humanos (3)</b>				<b>9.068,44</b>
<b>Total (1 + 2 + 3)</b>				<b>27.152,04</b>
<b>Despesas Indiretas (3)</b>				<b>6.788,01</b>
<b>Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)</b>				1.181,11
<b>Despesas Financeiras (1%)</b>				271,52
<b>COFINS (3%)</b>				814,56
<b>PIS/PASEP (0,65%)</b>				176,49
<b>ISS (5%)</b>				1.357,60
<b>Lucro (8%)</b>				2.172,16
<b>TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)</b>				<b>33.940,05</b>
* ação com meta mínima de 40% do número de crianças e adolescentes entre 08 e 18 anos (61 participantes) e orçada em 153 participantes				

<b>02. Oficinas de Capacitação acerca da coleta seletiva e do descarte correto de resíduos sólidos.</b>				
<b>Material de consumo</b>	<b>Unid</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>
Lanche	Unid	188	3,50	658,00
Convite P/B	Unid	204	0,12	24,48
Cartaz	Unid	20	2,50	50,00
Cópia simples	Unid	200	0,12	24,00
Papel A4	Resma	2	15,00	30,00
Fita adesiva (tipo gomada)	Unid	1	4,75	4,75
Caneta esferográfica	Caixa	4	25,00	100,00
<b>Total material de consumo (1)</b>				<b>891,23</b>
<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>Unid</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>
Locação de veículo	—	1	—	960,00
<b>Total serviços de terceiros (2)</b>				<b>960,00</b>
<b>Recursos Humanos</b>	<b>Horas trabalhadas</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit. (custo p/ hora)</b>	<b>Valor Total</b>
Tecnico Social II	21	1	98,57	2.069,97
Assistente Social III	21	1	98,57	2.069,97
<b>Total recursos humanos (3)</b>				<b>4.139,94</b>
<b>Total (1 + 2 + 3)</b>				<b>5.991,17</b>
<b>Despesas Indiretas (4)</b>				<b>1.497,79</b>



Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)	260,62
Despesas Financeiras (1%)	59,91
Imprevistos (3%)	179,74
COFINS (3%)	179,74
PIS/PASEP (0,65%)	38,94
ISS (5%)	299,56
Lucro (8%)	479,29
<b>TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)</b>	<b>7.488,96</b>
* ação com meta mínima de 30% (87 participantes, sendo 29 no mínimo por atividade) e orçada em 65% (188 participantes)	

**03. Oficinas de Capacitação a serem desenvolvidas em parceria com a CAGECE de forma a sensibilizar os beneficiários acerca do uso consciente da água.**

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	188	3,50	658,00
Balão	Pacote	15	4,00	60,00
Cartaz	Unid	20	2,50	50,00
Cartilha informativa	Unid	188	2,50	470,00
Convite P/B	Unid	288	0,12	34,56
Cópia simples	Unid	250	0,12	30,00
Papel sulfite branco (100 folhas)	Unid	5	3,50	17,50
Pincel atômico	Unid	3	3,00	9,00
<b>Total material de consumo (1)</b>				<b>1.329,06</b>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Locação de veículo	—	1	—	960,00
<b>Total serviços de terceiros (2)</b>				<b>960,00</b>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Tecnico Social II	12	1	98,57	1.182,84
Assistente Social III	12	1	98,57	1.182,84
<b>Total recursos humanos (3)</b>				<b>2.365,68</b>
<b>Total (1 + 2 + 3)</b>				<b>4.654,74</b>
<b>Despesas Indiretas (4)</b>				<b>1.163,69</b>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				202,48
Despesas Financeiras (1%)				46,55
Imprevistos (3%)				139,64
COFINS (3%)				139,64
PIS/PASEP (0,65%)				30,26
ISS (5%)				232,74



Lucro (8%)				372,38
<b>TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)</b>				<b>5.818,43</b>
* ação com meta mínima de 30% (86 participantes, sendo 43 no mínimo por atividade) e orçada em 65% (188 participantes)				

<b>04. Plantio de Arvores</b>				
Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	133	3,50	465,50
Convite P/B	Unid	204	0,12	24,48
Cartaz	Unid	15	2,50	37,50
Cópia simples	Unid	260	0,12	31,20
<b>Total material de consumo (1)</b>				<b>558,68</b>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Locação de veículo	—	1	—	960,00
<b>Total serviços de terceiros (2)</b>				<b>960,00</b>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Tecnico Social II	6	1	98,57	591,42
Assistente Social III	6	1	98,57	591,42
<b>Total recursos humanos (3)</b>				<b>1.182,84</b>
<b>Total (1 + 2 + 3)</b>				<b>2.701,52</b>
<b>Despesas Indiretas (4)</b>				<b>675,38</b>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				117,52
Despesas Financeiras (1%)				27,02
Imprevistos (3%)				81,05
COFINS (3%)				81,05
PIS/PASEP (0,65%)				17,56
ISS (5%)				135,08
Lucro (8%)				216,12
<b>TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)</b>				<b>3.376,90</b>
* ação com meta mínima de 30% do número de crianças e adolescentes (61 participantes) e orçada em 65% (133 participantes)				

<b>05. Campanha educativa de vacinação.</b>				
Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	202	3,50	707,00
Balão	Pacote	10	4,00	40,00
Cartilha informativa	Unid	202	2,50	505,00
Cartaz	Unid	10	2,50	25,00
Cópia simples	Unid	200	0,12	24,00
Pincel atômico	Unid	5	3,00	15,00



<b>Total material de consumo (1)</b>					<b>1.316,00</b>
<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>Unid</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>	
Aluguel de mesas/cadeiras (conjunto 1 mesa + 4 cadeiras)	Unid	12	12,00	144,00	
Aluguel de carrinho de pipoca	Unid	2	120,00	240,00	
Aluguel de carrinho de algodão doce	Unid	2	120,00	240,00	
<b>Locação de veículo</b>	—	1	—	960,00	
<b>Total serviços de terceiros (2)</b>					<b>1.584,00</b>
<b>Recursos Humanos</b>	<b>Horas trabalhadas</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit. (custo p/hora)</b>	<b>Valor Total</b>	
Tecnico Social II	6	1	98,57	591,42	
Assistente Social III	6	1	98,57	591,42	
<b>Total recursos humanos (3)</b>					<b>1.182,84</b>
<b>Total (1 + 2 + 3)</b>					<b>4.082,84</b>
<b>Despesas Indiretas (4)</b>					<b>1.020,71</b>
<b>Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)</b>				177,60	
<b>Despesas Financeiras (1%)</b>				40,83	
<b>Imprevistos (3%)</b>				122,49	
<b>COFINS (3%)</b>				122,49	
<b>PIS/PASEP (0,65%)</b>				26,54	
<b>ISS (5%)</b>				204,14	
<b>Lucro (8%)</b>				326,63	
<b>TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)</b>					<b>5.103,55</b>
* ação com meta mínima de 40% (116 participantes) e orçada em 70% (202 participantes)					

<b>06. Oficinas de confecção de brinquedos a partir da reutilização de materiais recicláveis</b>					
<b>Material de consumo</b>	<b>Unid</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>	
Lanche	Unid	143	3,50	500,50	
Convite P/B	Unid	202	0,12	24,24	
Cartaz	Unid	10	2,50	25,00	
Papel sulfite colorido (100 folhas)	Unid	5	3,80	19,00	
Cópia simples	Unid	200	0,12	24,00	
Papel madeira	Unid	20	0,60	12,00	
Fita adesiva (tipo gomada)	Unid	1	4,75	4,75	
Lápis de cor	Caixa	5	3,50	17,50	
Canetinha	Pacote	5	4,00	20,00	
<b>Total material de consumo (1)</b>					<b>646,99</b>
<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>Unid</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>	
<b>Locação de veículo</b>	—	1	—	960,00	
<b>Total serviços de terceiros (2)</b>					<b>960,00</b>



Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Tecnico Social II	12	1	98,57	1.182,84
Assistente Social III	12	1	98,57	1.182,84
<b>Total recursos humanos (3)</b>				<b>2.365,68</b>
<b>Total (1 + 2 + 3)</b>				<b>3.972,67</b>
<b>Despesas Indiretas (4)</b>				<b>993,17</b>
<b>Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)</b>				172,81
<b>Despesas Financeiras (1%)</b>				39,73
<b>Imprevistos (3%)</b>				119,18
<b>COFINS (3%)</b>				119,18
<b>PIS/PASEP (0,65%)</b>				25,82
<b>ISS (5%)</b>				198,63
<b>Lucro (8%)</b>				317,81
<b>TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)</b>				<b>4.965,84</b>

\* ação com meta mínima de 40% do número de crianças e adolescentes (82 participantes, sendo 41 no mínimo por atividade e orçada em 70% (143 participantes)

**07. Oficinas de Capacitação a serem desenvolvidas em parceria com a ENEL de forma a sensibilizar os beneficiários acerca do uso consciente da energia.**

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	187	3,50	654,50
Convite P/B	Unid	187	0,12	22,44
Cartaz	Unid	10	2,50	25,00
Cartilha informativa	Unid	187	2,50	467,50
Papel sulfite colorido (100 folhas)	Unid	5	3,80	19,00
Cópia simples	Unid	300	0,12	36,00
Caneta esferográfica	Caixa	4	25,00	100,00
<b>Total material de consumo (1)</b>				<b>1.324,44</b>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Locação de veículo	---	1	---	960,00
<b>Total serviços de terceiros (2)</b>				<b>960,00</b>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Tecnico Social II	12	1	98,57	1.182,84
Assistente Social III	12	1	98,57	1.182,84
<b>Total recursos humanos (3)</b>				<b>2.365,68</b>
<b>Total (1 + 2 + 3)</b>				<b>4.650,12</b>
<b>Despesas Indiretas (4)</b>				<b>1.162,53</b>
<b>Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)</b>				202,28

Despesas Financeiras (1%)				46,50
Imprevistos (3%)				139,50
COFINS (3%)				139,50
PIS/PASEP (0,65%)				30,23
ISS (5%)				232,51
Lucro (8%)				372,01
<b>TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)</b>				<b>5.812,65</b>

\* ação com meta mínima de 30% (86 participantes, sendo 43 no mínimo por atividade) e orçada em 65% (187 participantes)

<b>08. Passeios com crianças e adolescentes ao Zoológico Municipal Sargento Prata.</b>				
Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	168	3,50	588,00
Convite P/B	Unid	204	0,12	24,48
Cartaz	Unid	10	2,50	25,00
Cópia simples	Unid	200	0,12	24,00
<b>Total material de consumo (1)</b>				<b>661,48</b>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Locação de veículo	—	1	—	960,00
Locação de ônibus (56 lugares)	1	3	400	1.200,00
<b>Total serviços de terceiros (2)</b>				<b>2.160,00</b>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/hora)	Valor Total
Tecnico Social II	15	1	98,57	1.478,55
Assistente Social III	15	1	98,57	1.478,55
<b>Total recursos humanos (3)</b>				<b>2.957,10</b>
<b>Total (1 + 2 + 3)</b>				<b>5.778,58</b>
<b>Despesas Indiretas (4)</b>				<b>1.444,65</b>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				251,37
Despesas Financeiras (1%)				57,79
Imprevistos (3%)				173,36
COFINS (3%)				173,36
PIS/PASEP (0,65%)				37,56
ISS (5%)				288,93
Lucro (8%)				462,29
<b>TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)</b>				<b>7.223,23</b>

\* ação com meta mínima de 50% de vagas dos ônibus (84 participantes, sendo 28 no mínimo em cada atividade) e orçada em 168 participantes



<b>09. Torneio esportivo com as crianças e adolescentes do Residencial.</b>				
<b>Material de consumo</b>	<b>Unid</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>
Cartaz	Unid	5	2,50	12,50
Água mineral	Copo	160	1,50	240,00
Saco de lixo	Pct	3	2,80	8,40
Fita adesiva (tipo gomada)	Unid	1	4,75	4,75
Cópia simples	Unid	200	0,12	24,00
Papel madeira	Unid	5	0,60	3,00
Pincel atômico	Unid	3	3,00	9,00
Medalhas	Unid	35	3,00	105,00
Troféus	Unid	1	40,04	40,04
<b>Total material de consumo (1)</b>				<b>446,69</b>
<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>Unid</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>
Aluguel de mesas/cadeiras (conjunto 1 mesa + 4 cadeiras)	Unid	12	12,00	144,00
Aluguel de carrinho de pipoca	Unid	2	120,00	240,00
Aluguel de carrinho de algodão doce	Unid	2	120,00	240,00
<b>Locação de veículo</b>	---	1	---	960,00
<b>Total serviços de terceiros (2)</b>				<b>1.584,00</b>
<b>Recursos Humanos</b>	<b>Horas trabalhadas</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit. (custo p/hora)</b>	<b>Valor Total</b>
Técnico Social II	8	1	98,57	788,56
Assistente Social III	8	1	98,57	788,56
<b>Total recursos humanos (3)</b>				<b>1.577,12</b>
<b>Total (1 + 2 + 3)</b>				<b>3.607,81</b>
<b>Despesas Indiretas (3)</b>				<b>901,95</b>
<b>Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)</b>				156,94
<b>Despesas Financeiras (1%)</b>				36,08
<b>COFINS (3%)</b>				108,23
<b>PIS/PASEP (0,65%)</b>				23,45
<b>ISS (5%)</b>				180,39
<b>Lucro (8%)</b>				288,62
<b>TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)</b>				<b>4.509,76</b>
* ação com meta mínima de 31% do número de crianças e adolescentes entre 08 e 18 anos (48 participantes) e orçada em 153 participantes				



**EIXO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO (DS)**
**01. Seminários de apresentação dos programas, projetos e benefícios disponibilizados pelo Cadastro Único, de acordo com os critérios estabelecidos para atendimento.**

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cartilha informativa	Unid	202	2,50	505,00
Caneta esferográfica	Caixa	2	25,00	50,00
Bloco para anotações	Unid	202	2,00	404,00
Pasta	Unid	202	1,00	202,00
Convite P/B	Unid	288	0,12	34,56
Cartaz	Unid	15	2,50	37,50
Lanche	Unid	202	3,50	707,00
Cópia simples	Unid	230	0,12	27,60
<b>Total material de consumo (1)</b>				<b><u>1.967,66</u></b>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Locação de veículo	—	1	—	960,00
<b>Total serviços de terceiros (2)</b>				<b><u>960,00</u></b>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social III	10	1	98,57	985,70
Técnico Social II	10	1	98,57	985,70
<b>Total recursos humanos (3)</b>				<b><u>1.971,40</u></b>
<b>Total (1 + 2 + 3)</b>				<b><u>4.899,06</u></b>
<b>Despesas Indiretas (4)</b>				<b><u>1.224,77</u></b>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				213,11
Despesas Financeiras (1%)				48,99
Imprevistos (3%)				146,97
COFINS (3%)				146,97
PIS/PASEP (0,65%)				31,84
ISS (5%)				244,95
Lucro (8%)				391,92
<b>TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)</b>				<b><u>6.123,83</u></b>
* ação com meta mínima de 40% (115 participantes, sendo 58 no mínimo por atividade) e orçada em 70% (202 participantes)				

**02. Reuniões de apresentação e sensibilização para o engajamento nos programas educacionais: EJA, PROJOVEM, Ensino Regular, PROUNI.**

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Cartaz	Unid	10	2,50	25,00
Cópia simples	Unid	297	0,12	35,64
Convite P/B	Unid	221	0,12	26,52

Papel sulfite colorido (100 folhas)	Unid	3	3,80	11,40
Caneta esferográfica	Caixa	4	25,00	100,00
Papel madeira	Unid	10	0,60	6,00
Fita adesiva (tipo gomada)	Unid	2	4,75	9,50
Pincel atômico	Unid	4	3,00	12,00
<b>Total material de consumo (1)</b>				<b><u>226,06</u></b>
<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>Unid</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>
Locação de veículo	—	1	—	960,00
<b>Total serviços de terceiros (2)</b>				<b><u>960,00</u></b>
<b>Recursos Humanos</b>	<b>Horas trabalhadas</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit. (custo p/ hora)</b>	<b>Valor Total</b>
Assistente Social III	10	1	98,57	985,70
Técnico Social II	10	1	98,57	985,70
<b>Total recursos humanos (3)</b>				<b><u>1.971,40</u></b>
<b>Total (1 + 2 + 3)</b>				<b><u>3.157,46</u></b>
<b>Despesas Indiretas (4)</b>				<b><u>789,37</u></b>
<b>Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)</b>				137,35
<b>Despesas Financeiras (1%)</b>				31,57
<b>Imprevistos (3%)</b>				94,72
<b>COFINS (3%)</b>				94,72
<b>PIS/PASEP (0,65%)</b>				20,52
<b>ISS (5%)</b>				157,87
<b>Lucro (8%)</b>				252,60
<b>TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)</b>				<b><u>3.946,83</u></b>
* ação com meta 50% (110 participantes, sendo 55 no mínimo por atividade) e orçada em 75% (166 participantes)				

**03. Oficinas dialogadas de economia doméstica e financeira (abordagem de questões relacionadas à organização e rotinas domésticas, uso e aplicação do dinheiro).**

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	202	3,50	707,00
Convite P/B	Unid	288	0,12	34,56
Cartaz	Unid	15	2,50	37,50
Bloco para anotações	Unid	202	2,00	404,00
Papel madeira	Unid	10	0,60	6,00
Pincel atômico	Unid	2	2,50	5,00
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Cartilha informativa	Unid	202	2,35	474,70
Fita adesiva	Unid	2	4,75	9,50
Cópia simples	Unid	230	0,12	27,60

Papel sulfite branco (100 folhas)	Unid	3	3,50	10,50
<b>Total material de consumo (1)</b>				<b>1.741,36</b>
<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>Unid</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>
Locação de veículo	—	1	—	960,00
<b>Total serviços de terceiros (2)</b>				<b>960,00</b>
<b>Recursos Humanos</b>	<b>Horas trabalhadas</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit. (custo p/ hora)</b>	<b>Valor Total</b>
Assistente Social III	10	1	98,57	985,70
Técnico Social II	10	1	98,57	985,70
<b>Total recursos humanos (3)</b>				<b>1.971,40</b>
<b>Total (1 + 2 + 3)</b>				<b>4.672,76</b>
<b>Despesas Indiretas (4)</b>				<b>1.168,19</b>
<b>Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)</b>				203,27
<b>Despesas Financeiras (1%)</b>				46,73
<b>Imprevistos (3%)</b>				140,18
<b>COFINS (3%)</b>				140,18
<b>PIS/PASEP (0,65%)</b>				30,37
<b>ISS (5%)</b>				233,64
<b>Lucro (8%)</b>				373,82
<b>TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)</b>				<b>5.840,95</b>
* ação com meta mínima de 40% (116 participantes, sendo 58 no mínimo por atividade) e orçada em 70% (202 participantes)				

<b>04. Curso profissionalizante na área de Gastronomia (Lanches Comerciais) 60H</b>				
<b>Material de consumo</b>	<b>Unid</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>
Cartaz	Unid	10	2,50	25,00
Convite P/B	Unid	288	0,12	34,56
Cópia simples	Unid	50	0,12	6,00
Pasta	Unid	25	1,00	25,00
Bloco para anotações	Unid	25	2,00	50,00
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Ajuda de Custo	Unid	25	100,00	2.500,00
<b>Total material de consumo (1)</b>				<b>2.665,56</b>
<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>Unid</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>
Empresa técnica especializada na área do curso	Unid	25	425,50	10.637,50
Locação de veículo	—	1	—	960,00
<b>Total serviços de terceiros (2)</b>				<b>11.597,50</b>
<b>Recursos Humanos</b>	<b>Horas trabalhadas</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit. (custo p/ hora)</b>	<b>Valor Total</b>
Assistente Social III	10	1	98,57	985,70
Técnico Social II	10	1	98,57	985,70





<b>Total recursos humanos (3)</b>				<b>1.971,40</b>
<b>Total (1 + 2 + 3)</b>				<b>16.234,46</b>
<b>Despesas Indiretas (4)</b>				<b>4.058,62</b>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				706,20
Despesas Financeiras (1%)				162,34
Imprevistos (3%)				487,03
COFINS (3%)				487,03
PIS/PASEP (0,65%)				105,52
ISS (5%)				811,72
Lucro (8%)				1.298,76
<b>TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)</b>				<b>20.293,08</b>
* ação com meta mínima de 22 pessoas inscritas, sendo a meta mínima de 17 pessoas concludentes e orçada em 25 participantes				

<b>05. Curso profissionalizante nas áreas de Moda e Design (Customização de Camisetas) 30H</b>				
<b>Material de consumo</b>	<b>Unid</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>
Cartaz	Unid	10	2,50	25,00
Convite P/B	Unid	288	0,12	34,56
Cópia simples	Unid	50	0,12	6,00
Pasta	Unid	30	1,00	30,00
Bloco para anotações	Unid	30	2,00	60,00
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Ajuda de Custo	Unid	30	90,00	2.700,00
<b>Total material de consumo (1)</b>				<b>2.880,56</b>
<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>Unid</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>
Empresa técnica especializada na área do curso	Unid	30	328,60	9.858,00
Locação de veículo	—	1	—	960,00
<b>Total serviços de terceiros (2)</b>				<b>10.818,00</b>
<b>Recursos Humanos</b>	<b>Horas trabalhadas</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit. (custo p/ hora)</b>	<b>Valor Total</b>
Assistente Social III	10	1	98,57	985,70
Técnico Social II	10	1	98,57	985,70
<b>Total recursos humanos (3)</b>				<b>1.971,40</b>
<b>Total (1 + 2 + 3)</b>				<b>15.669,96</b>
<b>Despesas Indiretas (4)</b>				<b>3.917,49</b>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				681,64
Despesas Financeiras (1%)				156,70
Imprevistos (3%)				470,10
COFINS (3%)				470,10
PIS/PASEP (0,65%)				101,85



ISS (5%)	783,50
Lucro (8%)	1.253,60
<b>TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)</b>	<b>19.587,45</b>
* ação com meta mínima de 27 pessoas inscritas, sendo a meta mínima de 20 pessoas concludentes e orçada em 30 participantes	

<b>06. Curso profissionalizante na área de Gastronomia (Doces e salgados para festas) 60H</b>				
<b>Material de consumo</b>	<b>Unid</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>
Cartaz	Unid	10	2,50	25,00
Convite P/B	Unid	288	0,12	34,56
Cópia simples	Unid	50	0,12	6,00
Pasta	Unid	30	1,00	30,00
Bloco para anotações	Unid	30	2,00	60,00
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Ajuda de Custo	Unid	30	90,00	2.700,00
<b>Total material de consumo (1)</b>				<b>2.880,56</b>
<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>Unid</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>
Empresa técnica especializada na área do curso	Unid	30	400,00	12.000,00
Locação de veículo	---	1	---	960,00
<b>Total serviços de terceiros (2)</b>				<b>12.960,00</b>
<b>Recursos Humanos</b>	<b>Horas trabalhadas</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit. (custo p/ hora)</b>	<b>Valor Total</b>
Assistente Social III	10	1	98,57	985,70
Técnico Social II	10	1	98,57	985,70
<b>Total recursos humanos (3)</b>				<b>1.971,40</b>
<b>Total (1 + 2 + 3)</b>				<b>17.811,96</b>
<b>Despesas Indiretas (4)</b>				<b>4.452,99</b>
<b>Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)</b>				774,82
<b>Despesas Financeiras (1%)</b>				178,12
<b>Imprevistos (3%)</b>				534,36
<b>COFINS (3%)</b>				534,36
<b>PIS/PASEP (0,65%)</b>				115,78
ISS (5%)				890,60
Lucro (8%)				1.424,96
<b>TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)</b>				<b>22.264,95</b>
* ação com meta mínima de 27 pessoas inscritas, sendo a meta mínima de 20 pessoas concludentes e orçada em 30 participantes				

<b>07. Curso profissionalizante nas áreas de estética e beleza (Limpeza de Pele) 40H</b>				
<b>Material de consumo</b>	<b>Unid</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>
Cartaz	Unid	10	2,50	25,00
Convite P/B	Unid	288	0,12	34,56
Cópia simples	Unid	30	0,12	3,60
Pasta	Unid	30	1,00	30,00
Bloco para anotações	Unid	30	2,00	60,00
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Ajuda de Custo	Unid	30	80,00	2.400,00
<b>Total material de consumo (1)</b>				<b><u>2.578,16</u></b>
<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>Unid</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>
Empresa técnica especializada na área do curso	Unid	30	253,20	7.596,00
Locação de veículo	—	1	—	960,00
<b>Total serviços de terceiros (2)</b>				<b><u>8.556,00</u></b>
<b>Recursos Humanos</b>	<b>Horas trabalhadas</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit. (custo p/ hora)</b>	<b>Valor Total</b>
Assistente Social III	10	1	98,57	985,70
Técnico Social II	10	1	98,57	985,70
<b>Total recursos humanos (3)</b>				<b><u>1.971,40</u></b>
<b>Total (1 + 2 + 3)</b>				<b><u>13.105,56</u></b>
<b>Despesas Indiretas (4)</b>				<b><u>3.276,39</u></b>
<b>Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)</b>				570,09
<b>Despesas Financeiras (1%)</b>				131,06
<b>Imprevistos (3%)</b>				393,17
<b>COFINS (3%)</b>				393,17
<b>PIS/PASEP (0,65%)</b>				85,19
<b>ISS (5%)</b>				655,28
<b>Lucro (8%)</b>				1.048,44
<b>TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)</b>				<b><u>16.381,95</u></b>
<b>* ação com meta mínima de 27 pessoas inscritas, sendo a meta mínima de 20 pessoas concludentes e orçada em 30 participantes</b>				

<b>08. Curso profissionalizante na área de informática (Informática Básica) 66H</b>				
<b>Material de consumo</b>	<b>Unid</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>
Cartaz	Unid	10	2,50	25,00
Convite P/B	Unid	288	0,12	34,56
Cópia simples	Unid	100	0,12	12,00
Bloco para anotações	Unid	50	2,00	100,00
Pasta	Unid	50	1,00	50,00
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Ajuda de Custo	Unid	50	100,00	5.000,00



<b>Total material de consumo (1)</b>				<b>5.246,56</b>
<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>Unid</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>
Empresa técnica especializada na área do curso	Unid	50	306,80	15.340,00
Locação de veículo	—	1	—	960,00
<b>Total serviços de terceiros (2)</b>				<b>16.300,00</b>
<b>Recursos Humanos</b>	<b>Horas trabalhadas</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit. (custo p/ hora)</b>	<b>Valor Total</b>
Assistente Social III	20	1	98,57	1.971,40
Técnico Social II	20	1	98,57	1.971,40
<b>Total recursos humanos (3)</b>				<b>3.942,80</b>
<b>Total (1 + 2 + 3)</b>				<b>25.489,36</b>
<b>Despesas Indiretas (4)</b>				<b>6.372,34</b>
<b>Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)</b>				1.108,79
<b>Despesas Financeiras (1%)</b>				254,89
<b>Imprevistos (3%)</b>				764,68
<b>COFINS (3%)</b>				764,68
<b>PIS/PASEP (0,65%)</b>				165,68
<b>ISS (5%)</b>				1.274,47
<b>Lucro (8%)</b>				2.039,15
<b>TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)</b>				<b>31.861,70</b>
* ação com meta mínima de 22 pessoas inscritas para casa atividade, sendo a meta mínima de 17 pessoas concludentes para cada atividade e orçada em 25 participantes para cada atividade.				

**09. Workshop entre os moradores e os concludentes dos curso profissionalizantes e feirinha dos produtos confeccionados durante os cursos.**

<b>Material de consumo</b>	<b>Unid</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>
Cartaz	Unid	10	2,50	25,00
Cópias simples	Unid	200	0,12	24,00
Banner	Unid	5	30,00	150,00
Fita adesiva (crepe)	Unid	1	4,73	4,73
<b>Total material de consumo (1)</b>				<b>203,73</b>
<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>Unid</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>
Aluguel de mesas/cadeiras (conjunto 1 mesa + 4 cadeiras)	Unid	15	12,00	180,00
Aluguel de carrinho de pipoca	Unid	1	120,00	120,00
Aluguel de carrinho de algodão doce	Unid	1	120,00	120,00
Locação de veículo	—	1	—	960,00
<b>Total serviços de terceiros (2)</b>				<b>1.380,00</b>
<b>Recursos Humanos</b>	<b>Horas trabalhadas</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit. (custo p/ hora)</b>	<b>Valor Total</b>

Assistente Social I	5	1	98,57	492,85
Técnico Social II	5	1	98,57	492,85
Assistente Social III	5	1	98,57	492,85
Advogado	5	1	98,57	492,85
<b>Total recursos humanos (3)</b>				<b><u>1.971,40</u></b>
<b>Total (1 + 2 + 3)</b>				<b><u>3.555,13</u></b>
<b>Despesas Indiretas (4)</b>				<b><u>888,78</u></b>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				154,65
Despesas Financeiras (1%)				35,55
Imprevistos (3%)				106,65
COFINS (3%)				106,65
PIS/PASEP (0,65%)				23,11
ISS (5%)				177,76
Lucro (8%)				284,41
<b>TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)</b>				<b><u>4.443,91</u></b>
* ação com meta mínima de participação dos concluintes de 50% e meta mínima de participação dos representantes familiares de 30% (86 participantes) e orçada em 65% (188 participantes)				

**EIXO GESTÃO CONDOMINIAL E PATRIMONIAL (GCP)**
**01. Palestras acerca da formação e manutenção do condomínio e das obrigações dos condôminos e do síndico dentro do Residencial.**

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	216	3,50	756,00
Cartaz	Unid	21	2,50	52,50
Cópia simples	Unid	234	0,12	28,08
Fita adesiva (tipo gomada)	Unid	1	4,75	4,75
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Cartilha informativa	Unid	216	2,50	540,00
Bloco de anotações	Unid	216	2,00	432,00
Convite P/B	Unid	288	0,12	34,56
<b>Total material de consumo (1)</b>				<b><u>1.872,89</u></b>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Aluguel de carrinho de pipoca	Unid	4	120,00	480,00
Aluguel de carrinho de algodão doce	Unid	4	120,00	480,00
Locação de veículo	—	1	—	960,00
<b>Total serviços de terceiros (2)</b>				<b><u>1.920,00</u></b>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social I	12	1	98,57	1.182,84

Técnico Social II	12	1	98,57	1.182,84
Assistente Social III	12	1	98,57	1.182,84
Advogado	12	1	98,57	1.182,84
<b>Total recursos humanos (3)</b>				<b>4.731,36</b>
<b>Total (1 + 2+3)</b>				<b>8.524,25</b>
<b>Despesas Indiretas (4)</b>				<b>2.131,06</b>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				370,80
Despesas Financeiras (1%)				85,24
Imprevistos (3%)				255,73
COFINS (3%)				255,73
PIS/PASEP (0,65%)				55,41
ISS (5%)				426,21
Lucro (8%)				681,94
<b>TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)</b>				<b>10.655,31</b>

\* ação com meta 50% (144 participantes, sendo 72 no mínimo por atividade) e orçada em 75% (216 participantes)

## 02. Assembleia para eleição do síndico e do conselho fiscal do Residencial.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	216	3,50	756,00
Convite P/B	Unid	288	0,12	34,56
Cartaz	Unid	10	2,50	25,00
Cópia simples	Unid	220	0,12	26,40
Caneta esferográfica	Caixa	2	25,00	50,00
Papel madeira	Unid	10	0,60	6,00
Canetinha	Pacote	3	4,00	12,00
Fita adesiva (dupla face)	Unid	1	4,79	4,79
<b>Total material de consumo (1)</b>				<b>914,75</b>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Locação de veículo	—	1	—	960,00
<b>Total serviços de terceiros (2)</b>				<b>960,00</b>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social I	10	1	98,57	985,70
Advogado	10	1	98,57	985,70
<b>Total recursos humanos (3)</b>				<b>1.971,40</b>
<b>Total (1 + 2 + 3)</b>				<b>3.846,15</b>
<b>Despesas Indiretas (4)</b>				<b>961,54</b>

Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)	167,31
Despesas Financeiras (1%)	38,46
Imprevistos (3%)	115,38
COFINS (3%)	115,38
PIS/PASEP (0,65%)	25,00
ISS (5%)	192,31
Lucro (8%)	307,69
<b>TOTAL GERAL (1 + 2 + 3)</b>	<b>4.807,69</b>
* ação com meta 50% (144 participantes) e orçada em 75% (216 participantes).	

**03. Oficinas de capacitação do Síndico e Conselho Fiscal do condomínio sobre as estratégias para atuação dentro do Empreendimento.**

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	66	3,50	231,00
Convite P/B	Unid	22	0,12	2,64
Cartaz	Unid	10	2,50	25,00
Cartilha informativa	Unid	66	2,50	165,00
Papel A4 Branco (100 folhas)	Unid	1	3,50	3,50
Cópia simples	Unid	98	0,12	11,76
Papel madeira	Unid	15	0,60	9,00
Lápis de cor	Caixa	5	3,50	17,50
Canetinha	Pacote	5	4,00	20,00
<b>Total material de consumo (1)</b>				<b>485,40</b>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Locação de veículo	---	1	---	960,00
<b>Total serviços de terceiros (2)</b>				<b>960,00</b>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social I	30	1	98,57	2.957,10
Advogado	30	1	98,57	2.957,10
<b>Total recursos humanos (3)</b>				<b>5.914,20</b>
<b>Total (1 + 2 + 3)</b>				<b>7.359,60</b>
<b>Despesas Indiretas (4)</b>				<b>1.839,90</b>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				320,14
Despesas Financeiras (1%)				73,60
Imprevistos (3%)				220,79
COFINS (3%)				220,79
PIS/PASEP (0,65%)				47,84
ISS (5%)				367,98
Lucro (8%)				588,77



<b>TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)</b>				<b>9.199,50</b>
------------------------------------	--	--	--	-----------------

\* ação com meta de quantidade mínima de gestores eleitos capacitados (01 Síndico, 03 Conselheiros Fiscais e 06 Apoiadores sociais e orçada em 22 componentes da equipe gestora.

**04. Encontros para elucidação e discussão quanto às normas de funcionamento da Equipe Gestora.**

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	110	3,50	385,00
Convite P/B	Unid	22	0,12	2,64
Cartaz	Unid	10	2,50	25,00
Cópia simples	Unid	200	0,12	24,00
Caneta esferográfica	Caixa	2	25,00	50,00
Papel A4	Resma	2	15,00	30,00
<b>Total material de consumo (1)</b>				<b>516,64</b>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Locação de veículo	—	1	—	960,00
<b>Total serviços de terceiros (2)</b>				<b>960,00</b>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social I	35	1	98,57	3.449,95
Advogado	35	1	98,57	3.449,95
<b>Total recursos humanos (3)</b>				<b>6.899,90</b>
<b>Total (1 + 2 + 3)</b>				<b>8.376,54</b>
<b>Despesas Indiretas (4)</b>				<b>2.094,14</b>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				364,38
Despesas Financeiras (1%)				83,77
Imprevistos (3%)				251,30
COFINS (3%)				251,30
PIS/PASEP (0,65%)				54,45
ISS (5%)				418,83
Lucro (8%)				670,12
<b>TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)</b>				<b>10.470,68</b>

\* ação com meta de quantidade mínima de gestores eleitos capacitados (01 Síndico, 03 Conselheiros Fiscais e 06 Apoiadores sociais e orçada em 22 componentes da equipe gestora.

**05. Reuniões de condomínio a serem realizadas entre os moradores, a Equipe Gestora e a Equipe Social.**

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	606	3,50	2.121,00
Cartaz	Unid	60	2,50	150,00





Livro de Registro	Unid	4	7,00	28,00
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
Convite P/B	Unid	202	0,12	24,24
Cópias simples	Unid	700	0,12	84,00
<b>Total material de consumo (1)</b>				<b>311,24</b>
<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>Unid</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>
Locação de veículo	—	1	—	960,00
<b>Total serviços de terceiros (2)</b>				<b>960,00</b>
<b>Recursos Humanos</b>	<b>Horas trabalhadas</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit. (custo p/ hora)</b>	<b>Valor Total</b>
Assistente Social I	24	1	98,57	2.365,68
Advogado	24	1	98,57	2.365,68
<b>Total recursos humanos (3)</b>				<b>4.731,36</b>
<b>Total (1 + 2 + 3)</b>				<b>6.002,60</b>
<b>Despesas Indiretas (4)</b>				<b>1.500,65</b>
<b>Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)</b>				261,11
<b>Despesas Financeiras (1%)</b>				60,03
<b>Imprevistos (3%)</b>				180,08
<b>COFINS (3%)</b>				180,08
<b>PIS/PASEP (0,65%)</b>				39,02
<b>ISS (5%)</b>				300,13
<b>Lucro (8%)</b>				480,21
<b>TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)</b>				<b>7.503,25</b>
* ação com meta mínima de 40% (116 participante em cada atividade) e orçada em 70% (202 participantes).				

**06. Reuniões com a Equipe Gestora acerca dos assuntos relativos à gestão do condomínio.**

<b>Material de consumo</b>	<b>Unid</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>
Cartilha informativa	Unid	220	2,50	550,00
Caneta esferográfica	Caixa	2	25,00	50,00
Bloco de anotações	Unid	22	2,00	44,00
Pasta	Unid	22	1,00	22,00
Convite P/B	Unid	22	0,12	2,64
Cartaz	Unid	5	2,50	12,50
Cópias simples	Unid	300	0,12	36,00
Lanche	Unid	220	3,50	770,00
<b>Total material de consumo (1)</b>				<b>1.487,14</b>
<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>Unid</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>
Locação de veículo	—	1	—	960,00
<b>Total serviços de terceiros (2)</b>				<b>960,00</b>

Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social I	45	1	98,57	4.435,65
Advogado	45	1	98,57	4.435,65
<b>Total recursos humanos (3)</b>				<b>8.871,30</b>
<b>Total (1 + 2 + 3)</b>				<b>11.318,44</b>
<b>Despesas Indiretas (4)</b>				<b>2.829,61</b>
<b>Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)</b>				492,35
<b>Despesas Financeiras (1%)</b>				113,18
<b>Imprevistos (3%)</b>				339,55
<b>COFINS (3%)</b>				339,55
<b>PIS/PASEP (0,65%)</b>				73,57
<b>ISS (5%)</b>				565,92
<b>Lucro (8%)</b>				905,48
<b>TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)</b>				<b>14.148,05</b>
* ação com meta de quantidade mínima de gestores eleitos capacitados (01 Síndico, 03 Conselheiros Fiscais e 06 Apoiadores sociais e orçada em 22 componentes da equipe gestora.				

**07. Seminários para repasse de informações sobre a manutenção preventiva da moradia e treinamento para o uso adequado dos equipamentos das unidades habitacionais.**

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Lanche	Unid	202	3,50	707,00
Convite P/B	Unid	288	0,12	34,56
Cartaz	Unid	10	2,50	25,00
Cartilha informativa	Unid	202	2,50	505,00
Cópias simples	Unid	230	0,12	27,60
Caneta esferográfica	Caixa	1	25,00	25,00
<b>Total material de consumo (1)</b>				<b>1.324,16</b>
Serviços de Terceiros	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
Locação de veículo	—	1	—	960,00
<b>Total serviços de terceiros (2)</b>				<b>960,00</b>
Recursos Humanos	Horas trabalhadas	Quant.	Valor Unit. (custo p/ hora)	Valor Total
Assistente Social I	20	1	98,57	1.971,40
Advogado	20	1	98,57	1.971,40
<b>Total recursos humanos (3)</b>				<b>3.942,80</b>
<b>Total (1 + 2 + 3)</b>				<b>6.226,96</b>
<b>Despesas Indiretas (4)</b>				<b>1.556,74</b>

Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				270,87
Despesas Financeiras (1%)				62,27
Imprevistos (3%)				186,81
COFINS (3%)				186,81
PIS/PASEP (0,65%)				40,48
ISS (5%)				311,35
Lucro (8%)				498,16
<b>TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)</b>				<b>7.783,70</b>
* ação com meta mínima de 40% (116 participantes, sendo 58 participantes por atividade) e orçada em 70% (202 participantes).				

<b>08. Palestras acerca das noções de segurança coletiva dentro do empreendimento com vistas à prevenção de incêndios e acidentes domésticos.</b>				
<b>Material de consumo</b>	<b>Unid</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>
Cartilha informativa	Unid	202	2,50	505,00
Caneta esferográfica	Caixa	3	25,00	75,00
Bloco de anotações	Unid	202	2,00	404,00
Pasta	Unid	202	1,00	202,00
Convite P/B	Unid	288	0,12	34,56
Cartaz	Unid	15	2,50	37,50
Cópias simples	Unid	230	0,12	27,60
Lanche	Unid	202	3,50	707,00
<b>Total material de consumo (1)</b>				<b>1.992,66</b>
<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>Unid</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>
Locação de veículo	—	1	—	960,00
<b>Total serviços de terceiros (2)</b>				<b>960,00</b>
<b>Recursos Humanos</b>	<b>Horas trabalhadas</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit. (custo p/ hora)</b>	<b>Valor Total</b>
Assistente Social I	18	1	98,57	1.774,26
Advogado	18	1	98,57	1.774,26
<b>Total recursos humanos (3)</b>				<b>3.548,52</b>
<b>Total (1 + 2 + 3)</b>				<b>6.501,18</b>
<b>Despesas Indiretas (4)</b>				<b>1.625,30</b>
Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)				282,80
Despesas Financeiras (1%)				65,01
Imprevistos (3%)				195,04
COFINS (3%)				195,04
PIS/PASEP (0,65%)				42,26
ISS (5%)				325,06



Lucro (8%)				520,09
<b>TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)</b>				<b>8.126,48</b>

\* ação com meta mínima de 40% (116 participantes, sendo 58 participantes por atividade) e orçada em 70% (202 participantes).

### 09. Campanhas de Sensibilização acerca da Conservação de áreas e Equipamentos Comuns do Condomínio.

Material de consumo	Unid	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
<b>Material de consumo</b>	<b>Unid</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>
Cartilha informativa	Unid	202	2,50	505,00
Caneta esferográfica	Caixa	5	25,00	125,00
Bloco de anotações	Unid	202	2,00	404,00
Pasta	Unid	202	1,00	202,00
Convite P/B	Unid	288	0,12	34,56
Cartaz	Unid	15	2,50	37,50
Cópias simples	Unid	230	0,12	27,60
Lanche	Unid	202	3,50	707,00
<b>Total material de consumo (1)</b>				<b>2.042,66</b>
<b>Serviços de Terceiros</b>	<b>Unid</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit.</b>	<b>Valor Total</b>
Aluguel de carrinho de pipoca	Unid	2	120,00	240,00
Aluguel de carrinho de algodão doce	Unid	2	120,00	240,00
<b>Locação de veículo</b>	—	1	—	960,00
<b>Total serviços de terceiros (2)</b>				<b>1.440,00</b>
<b>Recursos Humanos</b>	<b>Horas trabalhadas</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor Unit. (custo p/ hora)</b>	<b>Valor Total</b>
Assistente Social I	20	1	98,57	1.971,40
Advogado	20	1	98,57	1.971,40
<b>Total recursos humanos (3)</b>				<b>3.942,80</b>
<b>Total (1 + 2 + 3)</b>				<b>7.425,46</b>
<b>Despesas Indiretas (4)</b>				<b>1.856,37</b>
<b>Despesas Operacionais Administrativas (4,35%)</b>				323,01
<b>Despesas Financeiras (1%)</b>				74,25
<b>Imprevistos (3%)</b>				222,76
<b>COFINS (3%)</b>				222,76
<b>PIS/PASEP (0,65%)</b>				48,27
<b>ISS (5%)</b>				371,27
<b>Lucro (8%)</b>				594,04
<b>TOTAL GERAL (1 + 2 + 3 + 4)</b>				<b>9.281,83</b>

\* ação com meta mínima de 40% (116 participantes, sendo 58 participantes por atividade) e orçada em 70% (202 participantes).

## 12 AVALIAÇÃO

A avaliação do Trabalho ocorrerá durante todo o processo de execução do mesmo considerando a visão da população, através de seus grupos representativos, bem como da Equipe Técnica Terceirizada e da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Os instrumentos, técnicas e indicadores que serão utilizados para avaliação dos resultados, nível de satisfação dos beneficiários em relação ao PDST, à atuação da Equipe Técnica e do Ente Público serão:

- **Avaliação das Ações desenvolvidas no PDST:** Para cada atividade realizada com a comunidade haverá avaliações individuais. Os participantes responderão a uma breve pesquisa de avaliação da atividade. O instrumental utilizado na pesquisa deverá ser elaborado pela Equipe contratada, tabulado e inserido no Relatório Mensal entregue pela mesma ao Ente Público.

- **Relatórios Mensais de Acompanhamento:** Registros das atividades desenvolvidas durante o mês e das não realizadas com elaboração de justificativa. São o instrumento de medição das ações/atividades realizadas, contemplam os objetivos propostos em cada atividade, resultados alcançados, desvios no PDST e medidas adotadas para corrigir tais desvios. Devem conter a avaliação da comunidade e da Equipe sobre as ações desenvolvidas. A empresa contratada será responsável pela elaboração destes, os mesmos devem conter a descrição das atividades realizadas, comprovação da execução através de fotos, listas de presença e etc. e apresentação de notas fiscais e recibos para posterior reembolso. Estes devem ser encaminhados ao Ente Público em duas vias até o 5º dia útil de cada mês, sendo apreciados e posteriormente encaminhados pelo Ente Público a Caixa Econômica Federal até o 10º dia útil de cada mês.

- **Relatório Final:** A empresa contratada deverá entregar após a execução de todas as atividades um Relatório Final constando a avaliação de todo o processo realizado e conter o resultado da pesquisa de satisfação/insatisfação demonstrando assim o impacto do Trabalho Social.





**- Instrumentos de Registro e Sistematização da avaliação:**

- ✓ Relatório das atividades;
- ✓ Lista de presença;
- ✓ Instrumental de avaliação das atividades;
- ✓ Registros fotográficos;
- ✓ Pesquisa de Satisfação;
- ✓ Relatórios Mensais;
- ✓ Relatório Final



### 13 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da relevância do Trabalho Social sobre a vida das pessoas beneficiadas nos empreendimentos de interesse social conforme vislumbrado na nova perspectiva da questão habitacional e como estabelecido pelas políticas habitacionais vigentes, o Trabalho Social passa a ser visto como parte integrante e indispensável na implementação de grandes projetos arquitetônicos, pois o mesmo possui como horizonte a perspectiva de valorização da autonomia e do protagonismo dos beneficiários em todo o processo, adequando bens e serviços propostos às necessidades e a realidade das famílias em questão.

Com este objetivo fim é que nos propomos a elaborar o presente Plano de Desenvolvimento Socioterritorial – PDST que norteará as ações previstas para serem executadas junto à população beneficiária no Residencial, para tanto estas foram pensadas e formuladas com base no perfil e nas particularidades existentes no mesmo, em anexo seguem as planilhas com a descrição das atividades, cronograma de execução destas e cronograma físico-financeiro e de desembolso das despesas, total, por eixos e por atividades.

Após o decurso de tempo, empenho e planejamento objetivando preparar o presente Plano de Desenvolvimento Sócio Territorial espera-se que o Trabalho Social proposto para ser executado junto aos moradores do Residencial cumpra seus objetivos, atinja suas metas, seja satisfatório e bem aceito e que impacte positivamente nas famílias envolvidas deixando frutos duradouros e efeitos permanentes em suas vidas.

Fortaleza/ CE, 21 de Novembro de 2018.

---

Helane Carneiro Vieira  
CRESS: 5576 – 3ª Região  
Responsável Técnico

---

Andréa Sobreira Cialdini Borges  
CRESS: 2370 – CRESS – 3º Região  
Coordenadora de Programas Sociais